



FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

Jéssica Neves Caetano Ribeiro

MULHERES POLÍTICAS BRASILEIRAS E IMPRENSA

Dissertação de Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientada pela Professora
Doutora Maria João Rosa Cruz Silveirinha, apresentada ao Departamento de Filosofia,
Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Setembro de 2022

FACULDADE DE LETRAS

MULHERES POLÍTICAS BRASILEIRAS E IMPRENSA

Ficha Técnica

Tipo de trabalho	Dissertação
Título	Mulheres políticas brasileiras e imprensa
Autora	Jéssica Neves Caetano Ribeiro
Orientadora	Maria João Rosa Cruz Silveirinha
Juri	Presidente: Doutor João Manuel dos Santos Miranda
	Vogais:
	1. Doutora Rita Joana Basílio de Simões
	2. Doutora Maria João Rosa Cruz Silveirinha
Identificação do Curso	2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação
Área científica	Jornalismo e Comunicação
Ramo	Investigação
Data da Defesa	19/10/2022
Classificação	16 valores

Agradecimentos

Escrever uma dissertação é um processo árduo e solitário, que seria impossível sem o apoio de pessoas queridas. Estes agradecimentos refletem a minha eterna gratidão pelo amparo e incentivo que recebi durante este percurso.

Agradeço à minha mãe, minha grande fonte de inspiração. Ela, que desde sempre me incentivou a caminhar longas distâncias, a desafiar o sistema e a pensar fora da curva. À minha amiga Luna Jeannie pelo constante estímulo, por debater comigo os dilemas do dia a dia, as inquietações intelectuais e sempre acolher meus medos. Agradeço também ao Felipe Queiroz, pela generosa ajuda nas dúvidas com dados e gráficos.

Sou grata aos meus irmãos, Felipe e João, que me incentivam e encorajam em todas as batalhas da vida. Ao meu pai pelo cuidado e carinho nos longos telefonemas. E aos meus amigos de Coimbra, Eryk, Cecília, Luan, Laura e tantos outros que fizeram desta cidade casa para mim.

Agradeço a todos os professores de Jornalismo e Comunicação que, desde a licenciatura, contribuíram para a minha formação intelectual e pessoal. A Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra que promoveu debates que inspiraram este trabalho.

Por fim, tenho uma grande dívida para com a Professora Doutora Maria João Silveirinha cuja grande admiração e afeição inspirou todo este trabalho. Foi durante suas aulas que encontrei as faíscas para produzi-lo e através da sua paciência e orientação pude desenvolver esta pesquisa.

“Me levanto
Sobre o sacrifício
De um milhão de mulheres que vieram antes
E penso
O que é que eu faço
Para tornar esta montanha mais alta
Para que as mulheres que vierem
Depois de mim
Possam ver além”

Rupi Kaur

RESUMO

O presente trabalho procura compreender a relação entre a tríade ‘media, mulheres e política’. Para tanto, partimos com uma visão construcionista, através de uma análise temporal discursiva, observando os relatos presentes em discursos, inclusive, anteriores à imprensa, com o objetivo de compreender a fundo a construção das representações sociais que delimitaram homens/mulheres aos espaços público/privado. Através de uma extensa revisão bibliográfica sobre a historiografia da mulher brasileira, encontramos os múltiplos fatores que construíram os papéis “pré-determinados” que se refletem na cidadania feminina no Brasil, hoje. Ainda estendemos nossa abordagem histórica ao âmbito internacional, a fim de compreender o fenômeno global da sub-representação das mulheres políticas nas democracias ocidentais. Com auxílio da teoria política e crítica feminista abordamos as falhas que permeiam a institucionalização de definições de espaços distintos dentro das “democracias” modernas. Fizemos ainda um levantamento da literatura brasileira e internacional que demonstram que, para além da sub-representação na política, as mulheres políticas – e de forma geral as mulheres – também são sub-representadas nos media, quando não invisíveis e, ainda assim, quando presentes nas coberturas noticiosas, elas são representadas através de estereótipos de gênero. Como objeto empírico de análise, tomámos um corpus constituído por todas as notícias dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estadão*, num recorte temporal do período que antecede as eleições de 2022, procurando perceber qual a visibilidade das mulheres candidatas e eleitas e, de forma exploratória, se as representações destas promovem uma ruptura com o passado. A análise empírica dos problemas em questão desenvolve-se, aí por métodos mistos: o corpo principal do trabalho é inicialmente analisado quantitativamente (análise de conteúdo) e, como estudo qualitativo de caso, procedemos a uma análise textual e visual de uma notícia selecionada para aprofundar a questão da representação. Concluimos que se mantêm fortes défices de visibilidade das mulheres na política e refletimos sobre os dados apurados.

Palavras-chave: Sub-representação das mulheres políticas; visibilidade das mulheres políticas; Media; Representações Sociais; Estereótipos de gênero

ABSTRACT

This work aims to understand the relationships within the triad 'media, women and politics'. To do so, we start with a constructionist view, through a discursive temporal analysis, observing the reports in speeches, including those before the printed press, with the objective of understanding the construction of social representations that delimited the polarization men/ public spaces and women/private sphere. Through an literature review on the historiography of Brazilian women, we found the multiple factors that built the “pre-determined” roles that are reflected in female citizenship in Brazil today. We also extend our historical approach to the international scope, in order to understand the global phenomenon of underrepresentation of women politicians in Western democracies. With the help of political theory and feminist critical stances, we approach the flaws that permeate the institutionalization of definitions of distinct spaces within modern “democracies”. We also carried out a survey of Brazilian and international literature that demonstrate that, in addition to being under-represented in politics, women politicians – and women in general – are also under-represented in the media, if not invisible and, even so, when present in news coverage, they are represented through gender stereotypes. As the empirical object of analysis, we took a corpus consisting of all the news from the newspapers *Folha de São Paulo* and *Estadão*, in a time frame of the period before the 2022 elections, trying to understand the visibility of women candidates and elected, in an exploratory way, if women’s representations promote a rupture with the past. The empirical analysis of the problems at stake is developed through mixed methods: the main body of the work is initially analyzed quantitatively (content analysis) and, as a qualitative case study, we proceed to a textual and visual analysis of a news item selected for delve into the issue of representation. We conclude that there are still strong deficits in the visibility of women in politics and we reflect on the gathered data.

Palavras-chave: Sub-representação das mulheres políticas; visibilidade das mulheres políticas; Media; Representações Sociais; Estereótipos de gênero

Índice

Introdução	1
Capítulo 1 - Mulheres e cidadania no Brasil: uma breve incursão histórica	4
1.1. O cotidiano e as representações da mulher no Brasil-Colônia nos discursos anteriores à imprensa.....	5
1.2 Da casa às ruas e o nascimento da imprensa feminista	10
1.3 As precursoras: eleitas, e agora?	14
1.3.1 Celina Guimarães Viana	14
1.3.2 Luiza Alzira Soriano.....	15
1.3.3 Carlota Pereira de Queirós.....	16
Capítulo 2 - Mulheres políticas e media: uma visão internacional	18
2.1 O Iluminismo: liberdade igualdade e fraternidade?	18
2.2 Mulher, política e os media: no foco das pesquisas feministas	23
2.2.1 América	23
2.1.3 Europa.....	27
Capítulo 3 - Os media no brasil e os estereótipos de gênero: o machismo mostra sua face	33
3.1. Horizontes analíticos	34
3.2 Representantes e representadas: o campo político	39
3.3. Desvendando os véus patriarcais presentes nos noticiários brasileiros	43
3.4 O Global Media Monitoring Project: a invisibilidade ao longo do tempo	49
Capítulo 4 – Análise da imprensa: as mulheres políticas no período pré-eleitoral	53
4.1 Metodologia	53
4.2 A Invisibilidade das mulheres no contexto eleitoral: Análise de conteúdo.....	54
4.3 Temáticas	55
4.4 Pessoas citadas, fontes e sujeitos/as.....	58
4. 5 Espaço concedido aos temas dentro dos jomais.....	58
4.6 Distribuição da agenda nas subcategorias da ‘política brasileira’	59
4.7 O gênero dentro dos jornais.....	61
4.8 A visibilidade das mulheres políticas	65
4.9 Atores políticos e os formatos jornalísticos	67
4.10 Visibilidade seletiva	69
4.11 Aprofundando as representações: uma análise exploratória	71
Conclusão	74
Bibliografia e fontes consultadas	77

Introdução

Este ano, as mulheres brasileiras celebraram 90 anos da instituição do voto feminino. Atualmente elas são 52% do eleitorado. Ainda assim, são sub-representadas na política local, regional e nacional. As construções históricas e culturais do Brasil arquitetaram “posições presumidas”, onde a mulher está intimamente ligada ao espaço privado e o homem ao espaço público. Quando fazemos um recorte étnico e social, a historicidade se mantém quase intocável no que tange as relações de poder.

Desde a instalação da imprensa no Brasil, os rostos políticos que integram o noticiário refletem o campo político: homens, brancos e membros da elite. Muito embora as mulheres tenham travado lutas que resultaram em direitos e leis, ainda há um longo caminho a ser percorrido para uma democracia verdadeira. Afinal, elas ocupam apenas 15% das cadeiras no Congresso. São minoria nos tribunais (11,1%) e a única mulher que se elegeu a Presidência foi impedida de continuar no cargo.

Vale ressaltar que todas as conquistas femininas até aqui estiveram estreitamente ligadas com os media. Mas, infelizmente, tanto no contexto nacional como internacional, a literatura nos alerta que também nos meios de comunicação elas são sub-representadas, quando não invisíveis. É esta relação conflituosa e assimétrica entre ‘media, mulheres e política’ o foco deste trabalho. Uma tríade ainda pouco estudada, principalmente se comparada com estes mesmos temas em pares.

O contexto eleitoral que está a decorrer no Brasil reforça a necessidade de compreendermos a fundo a visibilidade dada as mulheres políticas nos meios de comunicação e como elas são representadas. Além disso, levamos também em conta os resultados do monitoramento GMMP2020 Brasil, que trouxe dados impactantes sobre a invisibilidade feminina nos maiores meios de comunicação do país.

Cientes da importância dos media para a produção do capital político e da discussão de pautas que promovam uma ruptura com as desigualdades instauradas, procuramos então neste trabalho aprofundar nesta reflexão.

Para tanto, no Primeiro Capítulo desta dissertação estendemos o nosso olhar para a historiografia da mulher brasileira, para os discursos normativos presentes em diferentes períodos históricos, atentas aos silêncios, aos interlocutores e as delimitações que construíram as representações sociais que refletem e interferem na cidadania feminina no Brasil hoje. Fazemos também uma abordagem sobre as primeiras mulheres eleitas no país,

sua relação com os media e o seu perfil político, para compreendermos se, ao ocupar lugar de poder no espaço público, elas romperam ou não com os papéis e representações que as instituíam no privado. Partimos, portanto, com uma visão construcionista da realidade social. E, por isso, nos pareceu fundamental essa revisão histórica, o que nos leva também ao 2º Capítulo.

Sabemos que a dominação interfere na vida de mulheres de forma globalizada e a sub-representação na política, infelizmente, é um fenômeno internacional.

No 2º Capítulo desta dissertação procuramos, pois, compreender, através de uma breve abordagem da História da cidadania internacional das mulheres, os conceitos e as ideologias que nos trouxeram até aqui. Fez-se necessário uma crítica através da teoria política feminista para compreendermos como as democracias liberais falharam em um dos seus conceitos mais importantes: a igualdade.

Partimos daí, então, para o pressuposto que o campo comunicacional emerge nas discussões “como um espaço de luta política decisivo e não apenas complementar de outras instâncias em que se encerra a dinâmica histórica” (Silveirinha, 2001). Nesse sentido, percorremos as análises de âmbito internacional para compreender a conflituosa relação entre os media e as mulheres políticas do ocidente.

Feita a revisão histórica e constatada as consequências destas na vida pública da mulher, chegamos ao Terceiro Capítulo. Aí, enquadrando teoricamente a relação do nosso objeto de estudo: os media e as representações simbólicas das mulheres políticas brasileiras nas notícias. Teremos, neste ponto, uma atenção especial ao caso da ex-presidenta Dilma Rousseff, a qual foi vítima de ataques misóginos por parte da imprensa durante toda a sua carreira política, sendo que os media tiveram um papel fundamental também no golpe que levou ao seu impedimento.

Tendo isto em consideração, o nosso 4º Capítulo volta-se para o contexto eleitoral sabendo da importância da visibilidade e presença feminina para que, neste pleito, seja possível uma ruptura com as desigualdades do passado. Para isto, adotamos uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa), para responder aos seguintes questionamentos:

1. Qual a visibilidade das mulheres candidatas ao pleito os cargos da Câmara dos Deputados, do Senado, governo dos estados e Presidência na cobertura eleitoral?
2. Como são elas representadas?

Terminamos a dissertação com a apresentação das nossas conclusões, no que é também uma expressão da nossa afirmação de cidadãs.

Capítulo 1 - Mulheres e cidadania no Brasil: uma breve incursão histórica

“Cidadania não é um conceito estático e fechado. O entendimento que se tinha sobre ela no século XVI, de obrigação geral de obediência ao soberano, não corresponde à cidadania do século XXI”. (Bertolini e Machado¹, 2018, p.183)

São vários os/as autores/as que conceitualizaram a cidadania e, mesmo havendo entre eles e elas diferentes formas de a pensar, todos e todas partilham o consenso de que para compreendê-la é necessário estarmos atentos ao tempo e espaço que analisamos, já que a cidadania em essência é uma expressão social e uma construção histórica. Por isso, “não se pode imaginar uma sequência única, determinista e necessária, da evolução da cidadania, em todos os países” (Pinsky, 2003, p.12), além de precisarmos estar atentas aos sujeitos que a possuem para, enfim, compreendermos de fato como ela é exercida.

Neste trabalho, optamos como ponto de partida a premissa de Kosselick (1996), citada por Clemente (2020, p.22), de que para um conceito fundamental como a cidadania, dificilmente teremos a precisão de um significado único, face às suas características de “temporização, democratização, politização e ideologização”. Mais do que os aspetos conceituais particulares destas características, interessa-nos sobretudo a sua relação com nosso objeto de estudo - as mulheres brasileiras - que nos ajudará depois a percorrer o caminho que as levaram a ocupar cargos políticos.

Outro ponto que nos parece fundamental é encontrar os discursos normatizadores - mesmo antes da imprensa comercial - para compreender se as representações de hoje (que analisaremos posteriormente), são ou não, de algum modo reflexos do passado e como se constituíram os papéis atribuídos a elas socialmente. Feito esse trajeto, passaremos, então, à análise empírica da atualidade.

Sendo, como vimos, a temporização uma das características da análise da cidadania, fundamentamos a importância desta análise temporal discursiva para compreensão dos papéis atribuídos às mulheres políticas na imprensa atual que em termos foucaultianos se constitui como um conjunto de enunciados, que não se pode separar da sua história e que estabelecem um vínculo entre o saber e o poder. Em outras palavras, Ponsoni e Costa (2020) resumem:

¹ Revista Direitos Fundamentais & Democracia, v.23, n3. Acessado dia 10/12/2021 – (<https://revistaeletronicardfd.unibrazil.com.br/index.php/rdfd/article/view/892/560>)

“Se os discursos se constituem a partir de outros discursos e assim constroem as significações, eles carregam em si memórias de passado, presente e futuro e, dessa forma, são capazes de inter-relacionar e conectar diversas partes da estrutura social em seu conteúdo ideológico vinculado”(p.81).

A historicidade é, pois, fundamental para compreendermos o próprio presente. No entanto, não precisamos regressar a antiga Grécia, lugar de onde remonta a etimologia da cidadania e onde a comunicação se desenvolveu em amplitudes sociais, mas andaremos no tempo, através do trabalho de pesquisadoras e pesquisadores que, no desbravar de documentos, fontes e arquivos, conseguiram ouvir as vozes de “personagens e situações anônimas e, junto a elas, o irrisório ou o trágico, o singular ou o coletivo, o marginal e o geral” (Priori, 1990, p.08) das mulheres, de diferentes etnias e que, desde o período colonial, estavam sujeitas a determinados papéis.

Pretende-se, portanto, neste capítulo inicial fazer uma revisão bibliográfica sobre a historiografia da mulher brasileira e a partir dos discursos normativos presentes no período, ressaltar os múltiplos fatores que construíram as representações sociais e que refletem na cidadania feminina no Brasil.

1.1. O cotidiano e as representações da mulher no Brasil-Colônia nos discursos anteriores à imprensa

Quando falamos do Brasil-Colônia temos de pensar na pluralidade de mulheres que o habitavam, e que cada uma delas, em razão de suas origens, contribuíram culturalmente com a formação da sociedade brasileira da época: a mulher de diversas etnias indígenas, a mulher africana e a mulher europeia.

Ronald Raminelli² (In Priori e Bassanezi, 2004, p.10), ao analisar documentos dos viajantes que passaram pelo Brasil neste período histórico, nos adianta que as representações encontradas sobre as mulheres indígenas - neste caso, as Tupinambás - são fruto do imaginário do conquistador e que é preciso considerar que os viajantes adotavam uma perspectiva típica da tradição cristã. Aqui, já temos indícios de um valor presente nos discursos da época - onde prevalecia a voz dos europeus - e que vale a pena abordarmos: a importação de valores cristãos. Mas antes, será importante pensar o cotidiano feminino das mulheres indígenas, que no do trabalho de Raminelli (2004) nos permite enxergar as diferentes formas de ser/estar de mulheres de várias etnias originárias brasileiras através, sobretudo, dos olhares dos viajantes.

² RAMINELLI, R. Eva Tupinambá. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Acessado em 05/01/2022

Na análise de livros, gravuras e relatos de viagem, Raminelli mostra como os viajantes - e inclusive europeus que nunca haviam pisado em terras brasileiras - enxergavam a mulher indígena. Porém, ao nosso ver, embora o autor reconheça a misoginia presente nos relatos, ele não vai além da narrativa da estranheza que comparava as Tupinambás e as mulheres de outras etnias com os papéis ocupados pela mulher europeia (mãe e esposa), ignorando o fato de que havia papéis muito diferentes do esperado nos discursos encontrados, e que incluem o facto de essas mulheres serem muitas vezes participativas na sociedade da comunidade indígena.

Por exemplo, quando relata os nascimentos Raminelli observa que, “um mês depois do parto, elas retomavam os trabalhos na roça” (2004, p.11). Tal observação demonstra que as mulheres nativas brasileiras contribuíam nas atividades da comunidade em que viviam, visto que a agricultura era um meio de sobrevivência fundamental para os povos indígenas. Porém, Raminelli (2004, p.18) constatou uma divergência entre relatos da época. De acordo com o autor, o missionário Yves d’Evreux narra que, a partir dos dois anos, as diferenças entre os afazeres e atitudes de meninos e meninas já começavam a ser visíveis, sendo que as mulheres eram responsáveis por “fiar algodão, tecer redes, cuidar das roças, fabricar farinha e vinhos e, sobretudo, preparar a alimentação diária” e, a partir dos 15 anos, também assumiam os cuidados com a casa.

Por outro lado, nas observações do sertanista Gabriel Soares de Sousa, Ronald Raminelli (2004, p.20) encontra algo diferente: “as nativas nem coziavam, nem lavavam, apenas fiavam algodão”. A discrepância de discursos em relação ao cotidiano feminino das mulheres é o retrato do imaginário do conquistador. Durante toda a análise do material de Yves d’Evreux – missionário e catequista - Raminelli encontra uma narrativa cristã, com relatos que promovem uma analogia aos textos bíblicos, referindo-se às jovens indígenas como “puras”, tal qual Eva quando Deus a criou, mas dizendo que, com o decorrer do tempo, mostravam-se fracas e suscetíveis ao pecado.

Outro ponto que não passou despercebido aos olhos dos viajantes além-mar, são os corpos nus, que eram habituais nos homens e mulheres indígenas. No entanto, são elas o foco da estranheza, sexualização e fonte do pecado. Mas, se por um lado havia a narrativa da luxúria como característica marcante, por outro Raminelli (2004, p.21) encontra nos relatos de Gabriel Soares de Souza, mulheres que se negavam às projeções desses papéis: elas “deixavam, por conseguinte, as funções femininas e passavam a imitar os homens, exercendo os mesmos ofícios dos guerreiros”.

Diante do exposto, podemos tirar algumas conclusões: a primeira delas é que as narrativas eram dotadas de valores e comparações com aquilo que já era habitual aos

viajantes, descrevendo, assim, o “exótico”, que habitava o novo mundo, mas, ainda assim reafirmando discursos normativos que já estavam presentes na sociedade europeia. Também é importante frisarmos que no período colonial estas obras atravessavam o atlântico e exerciam uma função informativa, que validava a conquista do território, as missões catequistas e a imposição da cultura lusitana nos povos originários, para a implantação do sistema colonial.

Gilberto Freyre (2003, p.65) caracteriza a formação do sistema colonial em três pontos: “uma sociedade agrária, na estrutura; escravocrata na técnica de exploração econômica; híbrida de índio – e mais tarde de negro – na composição”. Embora concordemos com Freyre, nos dois primeiros tópicos (estrutura e exploração econômica), não podemos alinhar ao pensamento de miscigenação por ele defendido. Não porque o Brasil não tenha na composição da sua sociedade a mistura de diversas culturas e etnias, mas por causa da forma como essa miscigenação é narrada: através de um discurso marcado pela romantização e erotização dos corpos das mulheres negras e indígenas. Freyre acaba por ignorar o racismo, a violência e a imposição patriarcal, que já era parte do cotidiano neste período.

Na verdade, as mulheres de diversas etnias africanas chegaram ao Brasil e que vistas pelo colonizador como mercadoria ocupavam lugares de submissão diferentes das mulheres europeias e nativas, embora todas estivessem sujeitas ao poder patriarcal. Enquanto que, ao olhar do conquistador as mulheres indígenas, eram vistas como inferiores no comportamento e pecadoras, precisando de ser domesticadas e ensinadas, as mulheres africanas que chegaram ao Brasil nos navios negreiros, não eram sequer vistas como detentoras de humanidade - eram escravas, e sofriam todo tipo de violência/exploração física e sexual. Essas mulheres faziam parte do cotidiano, tanto no meio rural quanto urbano, da então chamada Terra de Santa Cruz.

Neste período, como dissemos, a sociedade agrária prevalecia diante da urbana e, dentro das fazendas, os limites eram impostos de maneira clara. Na Casa Grande, habitava o senhor, sua esposa e filhos, e por vezes escravas que eram amas das crianças brancas e que faziam o serviço doméstico. Mas, na sua maioria, elas habitavam a senzala, com os demais escravos e faziam todo tipo de trabalho da casa ao campo. De toda forma, nos alerta Silva e Castilho³ (2014, p.268), “além de trabalharem muito também eram abusadas sexualmente pelos senhores, capatazes, feitores, visitantes”. E na contramão do discurso de Freyre, muitas vezes elas engravidavam. Além de não terem os filhos assumidos, ainda

³ Acessado dia 19/01, Disponível em: [file:///C:/Users/Jessica/Downloads/21942-Texto%20do%20artigo-56279-1-10-20150127%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jessica/Downloads/21942-Texto%20do%20artigo-56279-1-10-20150127%20(1).pdf)

sofriam ao ver eles também serem violentados ou vendidos, inclusive pelo pai da criança (Silva e Castilho, p. 269).

Nas cidades, além do trabalho nas casas, muitas vezes, elas também recebiam a permissão dos seus senhores para trabalhar com venda para os patrões, ou como um trabalho extra para juntar dinheiro para alforria. Outras vezes, eram submetidas a prostituição para o enriquecimento dos seus “donos” (Silva e Castilho, p.269). Campos (2019, p. 273) encontra as representações sociais dessas mulheres nas obras de Carlos Julião, militar a serviço da Coroa, em cartografias, que segundo a autora, iam de encontro aos interesses colonialistas - seja na representação da “negra sagaz”, que inspirou o discurso de Freyre, ou nas “Negras do Tabuleiro” que eram figuras presentes nas cidades. Embora na atual historiografia sobre as mulheres africanas seja clara a violência da escravidão, ainda assim, também encontramos a resistência nas entrelinhas do olhar do conquistador. Mas, antes de abordarmos as reações das mulheres aos discursos normatizadores do seu corpo, seu espaço e conduta, será importante compreender qual espaço a mulher europeia ocupava na Colônia.

As mulheres portuguesas chegaram ao Brasil nas expedições colonizadoras. Para compreender o que a sua presença em terras tupiniquins representava, vejamos o seguinte pedido feito por Manuel de Nobrega⁴ ao rei (Thiago, s/d, p.02):

“A' El-Rei D. João (1552)

JESUS

Já que escrevi a Vossa Alteza a falta que nesta terra ha de mulheres, com quem os homens casem e vivam em serviço de Nosso Senhor, apartados dos peccados em que agora vivem, mande Vossa Alteza muitas orphãs, e si não houver muitas, venham de mistura dellas e quaesquer, porque são tão desejadas as mulheres brancas cá, que quaesquer farão cá muito bem à terra, e ellas se ganharão, e os homens de cá apartar-se-hão do peccado. Manoel da Nobrega.”

Por algum tempo, muitos portugueses mantiveram relações com as índias, sendo que uma boa parte delas não eram matrimônios oficializados pela igreja. A “vida em pecado” era uma afronta aos valores cristãos e aos costumes portugueses, pelo que era necessária uma atitude da Metrópole: trazer as mulheres brancas para tirar os homens do “pecado”. Embora elas ocupassem um lugar diferente na hierarquia social, a elas também era

⁴ Miranda, 1996, citado em Thiago, D. F. O, “Mulheres do brasil colonial e o mito da dona ausente no romance de Ana Miranda”, sem data, Universidade Federal de Goiás, acessado dia 19/01, Disponível em: https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/113/o/Diovana_Ferreira_de_Oliveira_Thiago_-_MULHERES_DO_BRASIL_COLONIAL_E_O_MITO_DA_DONA_AUSENTE_NO_ROMANCE_DE_ANA_MIRANDA_.pdf

designado um papel: o casamento, a família, a casa e os valores cristãos. Georgina Santos⁵, complementa que “a presença de mulheres livres no espaço público era conveniente apenas em aparições rápidas, em sinal de recato, e se acompanhadas do pai, marido ou tutor para protegê-las dos olhares curiosos”. Inclusive, acrescenta Santos (2020, p.10), muitas das mulheres portuguesas que chegaram ao Brasil eram órfãs, patrocinadas pela Coroa nos seus dotes nupciais, enviadas além-mar aos seus futuros maridos. Alguns destes recebiam pedaços de terra, para proteger e cultivar cana de açúcar, a principal base econômica da colônia até então. Com a descoberta do ouro, no século XVIII, as mulheres também migraram pelo país, para as terras de extração (Minas, Mato Grosso e Goiás). Luciano Figueiredo⁶ (2004, p.119), responde desta forma ao questionamento, “Em que lugar encontramos a mulher mineira?”:

“Começamos pela negação, que parece ter sido a característica central na vida dessas mulheres. Estiveram nas Minas excluídas de qualquer exercício de função política nas câmaras municipais, na administração eclesiástica, proibidas de ocupar cargos da administração colonial que lhes garantissem reconhecimento social. Os papéis sexuais na colônia reproduziam o que se conhecia na metrópole”.

De acordo com o autor, na divisão das terras (sesmarias), também existia uma grande diferença de gênero do que diz respeito à propriedade: “entre 1728 e 1745, a proporção era de uma mulher para 35 homens” (Figueiredo. p. 120). Além disso, as exigências para herdar a terra, no caso das mulheres, iam além do habitual, já que a elas era imposta a anuência do pai e do marido. No entanto, na contramão das imposições, as mulheres resistiam e buscavam papéis diferentes, como roceiras em pequenas propriedades rurais, na pecuária, na produção de produtos primários e no comércio. A presença das mulheres no comércio, merece especial atenção por ser uma herança cultural advinda tanto de Portugal, como das comunidades africanas (Figueiredo, p.121).

Embora fosse um trabalho exercido tanto por mulheres europeias de classes sociais baixas, eram as “negras do tabuleiro” que exerciam um controle tanto no Nordeste e Sudeste, como nas minas. Nestas, eram solidárias e participes no desvio de ouro, mantinha ligações com quilombos, contrabandeavam produtos e inquietavam senhores e o governo português. Figueiredo (2004, p. 122) ressalta as metáforas utilizadas pelo jesuíta italiano Antonil para representar essas mulheres: “mina à flor da pele” ou “rendosíssima lavra”. Este

⁵ “Papéis passados: a história das mulheres a partir da documentação arquivística”, 2020. Acessado dia 19/01, disponível no Arquivo Nacional, em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5347:mulheres-na-colonia&catid=64&Itemid=460

⁶ FIGUEIREDO, L. Mulheres nas Minas. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Acessado em 20/01/2022

risco de desvio nos comportamentos, na sociedade patriarcal e colonial da época, também pode ser encontrado na legislação deste período, a exemplo do que aconteceu em Vila Rica em 1719 (Figueiredo, p.123), quando foi decretado que “nenhum negro ou negra poderá ter trato de venda de coisas comestíveis nem bebidas, nem poderá recolher em sua casa negros cativos...”.

Essas repressões por parte do governo e da Coroa geraram diversas revoltas, dentro e fora das casas. Nas ruas, as mulheres ocupavam um papel central na economia, levando alimentos aos trabalhadores de vilas distantes e ainda contrariando o poder colonial. Em casa, a realidade do cotidiano impediu que o programa normalizador institucional prosperasse, cabendo a muitas mulheres outros papéis além de esposa, mãe e devota.

Na segunda metade do século XVIII, as Minas entram em decadência, mas logo no início do século XIX, em março de 1808, a chegada da Coroa portuguesa traria novas perspectivas ao Brasil.

1.2 Da casa às ruas e o nascimento da imprensa feminista

A mudança de posição de Colônia para a capital do Império português causou grandes mudanças no Rio de Janeiro - lugar onde desembarcou e se instalou a corte portuguesa - mas também promoveu transformações em todo o Brasil. Melhorias urbanas (pavimentação, iluminação e saneamento), aumento populacional, alterações socioeconômicas com a abertura dos portos e da economia, entre outras mudanças burocráticas estatais, contribuíram para o crescimento do Rio de Janeiro como cidade, bem como de outros centros urbanos. A presença da Corte foi um catalisador de crescimento para o Brasil.

Dentro desse cenário, no dia 13 de maio de 1808, Dom João implantava a Imprensa Régia através do decreto que “oficializava a publicação de papéis públicos e particulares. Nascia então a Imprensa brasileira” (Meirelles, 2015, p.10). Outro fator importante deste período que devemos ressaltar é que, junto com todas essas importantes mudanças sociais, alterou-se também a organização das famílias e as atribuições femininas. Formava-se então a família burguesa brasileira (Coelho e Baptista, 2009).

A imprensa e esses novos hábitos estavam intimamente ligados. Afinal, ela reafirmava em publicações a proposta de transformar a sociedade brasileira e a sua pluralidade cultural em algo similar aos padrões “civilizatórios” europeus, além de essas novas condutas serem institucionalizadas por leis. Tudo isso ajudou a ampliar ainda mais a

oposição entre a rua, como um espaço público e a casa, como um espaço privado (Maria de D'Incao⁷, 2004,p.54).

A partir de então, as mulheres burguesas estavam sujeitas não só a tutela patriarcal do pai ou marido nos espaços públicos, mas também aos olhares da sociedade que iriam ditar/analisar a sua conduta. E isso implicava uma representação social nova aos olhos das brasileiras, ainda que já estabelecida nas sociedades burguesas europeias - elas “cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social” (D'incão, 2004, p. 192).

Do ponto de vista cultural, houve ampliações no consumo de livros, espetáculos, mas principalmente romances e novelas francesas e inglesas (Telles⁸, 2004).

Em meio a este cenário novo e conflituante, as vozes femininas começaram a ecoar nas maiores cidades do Brasil. Mas, antes delas protagonizarem suas lutas, alguns escritos por homens em periódicos começavam a questionar os papéis. No Rio de Janeiro em 1827, no mesmo ano “em que foi autorizada escolas para meninas no país” (Duarte, 2017, p. 99), a primeira edição do ‘O Espelho Diamantino’ afirma que manter as mulheres “em estado de estupidez, pouco acima dos animais domésticos é uma empresa tão injusta quanto prejudicial ao bem da humanidade” (Duarte, 2017, p.99). Em Recife, em 1822, ‘O Sentinela da Liberdade’, traz um manifesto assinado por mais de 120 mulheres da paraíba.

Duarte (2017, p.100) acrescenta que em outras regiões do país, apareceram outras publicações exclusivamente voltadas a defender o direito das mulheres à educação: em Minas, ‘O Mentor das Brasileiras’; em São Paulo, ‘O Manual das Brasileiras’; em Salvador ‘O Despertador das Brasileiras’; e em Recife ‘O Espelho das Brasileiras’. Diante dos títulos das publicações, a autora ressalta que eles “revelam a ideologia patriarcal que os dominava” (2017, p. 101).

Com esta mesma bandeira – da educação - em janeiro de 1852, no Rio de Janeiro era publicada a primeira edição do então intitulado ‘O Jornal das Senhoras’, que também “questionava o tratamento conferido às mulheres pelos maridos, defendendo que fossem mais valorizadas” (Coelho e Batista, 2009). Entretanto, desta vez, era uma mulher que estava à frente da publicação: Joana Paula Manso de Noronha, argentina, “chamada em sua pátria de “la Loca” (Zahidé Muzart, 2003) foi uma mulher a frente do seu tempo, que por

⁷ D' incao, M. A. Mulher e família burguesa. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Acessado em 25/01/2022

⁸ Telles, Norma. ESCRITORAS, ESCRITAS, ESCRITURAS. In: PRIORE, Mary Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2004. Acessado em 25/01/2022

diversos locais na América do Sul, defendeu a emancipação da mulher através da educação.

Aqui, ainda vale a pena destacarmos, um trecho escrito pela jornalista no editorial no 'O Jornal das Senhoras', citado por Zahide Muzart (2003), para ressaltar a originalidade da escritora:

“Redigir um jornal é para muitos literatos o apogeu da suprema felicidade, já sou Redator, esta frasezinha dita com seus botões faz crescer dois palmos a qualquer indivíduo.

No círculo ilustrado o Redator é sempre recebido com certo prestígio do homem que em letra de imprensa pode dizer muita coisa, propícia ou fatal a alguém.

Ora pois, uma Senhora à testa da redação de um jornal! que bicho de sete cabeças será?

Contudo em França, em Inglaterra, na Itália, na Espanha, nos Estados Unidos, em Portugal mesmo, os exemplos abundam de Senhoras dedicadas à literatura colaborando [em] diferentes jornais.

Porventura a América do Sul, ela só, ficará estacionária nas suas idéias, quando o mundo inteiro marcha ao progresso e tende ao aperfeiçoamento moral e material da Sociedade?”

Joana Paula Manso de Noronha afirmava em alto e bom som a sociedade da época: “uma senhora à frente de um jornal? Sim!” E o ato pioneiro encorajou novas mulheres a fazerem o mesmo. Júlia Sandy Aguiar, em 1862 publica 'O Belo Sexo', também no Rio de Janeiro. Em Minas, Francisca Senhorinha da Mota Diniz, em 1873, edita e publica o nomeado 'O Sexo Feminino' (Duarte, 2017, p.101). De referir ainda “O Eco das Damas (1879) de Amélia Carolina Couto; O Direito das Damas (1882) de Idalina D'Alcântara Costa, A Família (1888) de Josephina Álvares (Moura, p.08).

Portanto, muitas mulheres provocaram as representações sociais da época, comprovando que elas poderiam ocupar os espaços públicos com suas palavras. No entanto, quantas brasileiras eram capazes de ler esses pensamentos?

De acordo com Duarte (2017, p. 101) elas eram poucas. A autora apresenta os dados do Censo Demográficos de 1872, que afirma que o Brasil à época tinha 81,43% da sua população livre analfabeta e, entre os alfabetizados, havia 11,5% de mulheres; já entre os escravos, menos de 1% eram alfabetizados. Ou seja, esses jornais eram destinados as poucas mulheres burguesas que tinham acesso à educação.

Coelho e Batista (2009) também revelam que, na década de 1860, parte dessas mulheres (burguesas) o envolvimento em reivindicações sociais abolicionistas, mas acrescentam que a atuação delas era “dedicada a levantar fundos e não à participação nos debates públicos sobre emancipação, refletindo a condição de subordinação feminina em nossa sociedade”. Embora os papéis normatizadores fossem difíceis de serem desvinculados por já estarem presentes no imaginário social da época, os jornais feministas oitocentistas reivindicavam novos papéis: as mulheres queriam acesso à educação, ao mercado de trabalho e também o sufrágio feminino. Através das suas publicações, as mulheres alcançaram o poder de emitir discurso dentro de sua comunidade, em busca dos saberes que lhes foram negados.

“Queremos reaver nossos direitos perdidos” (Oliveira, 2009, p.15), dizia Francisca Senhorinha, nas páginas do jornal ‘O Sexo Feminino’. Além de requerer a inserção da mulher no âmbito social, indo além do discurso, ainda dirigia um curso secundário para meninas. Do norte ao sul do país, mulheres exigiam o seu direito à rua, ao voto e a participação política. Embora não usassem o termo, eram feministas.

Entretanto, não eram apenas essas vozes que ecoavam na imprensa deste período. Havia, claro, uma dicotomia vigente: os papéis destinados à mulher (mãe, esposa, devota) continuavam a ser reafirmados nos valores embarcados nos descobrimentos e reforçados com a formação da sociedade burguesa já as vozes insurgentes começavam a reivindicar o papel da mulher como cidadã no Brasil. Estas últimas seriam as precursoras de uma luta que cresceria com a Proclamação da República no Brasil.

Em 1910, duas mulheres fundaram o Partido Republicano Feminino: Leolinda Daltro e Gilka Machado (Coelho e Batista, 2009), que conseguiram em 1917 reunir em uma passeata a favor do voto feminino quase 100 mulheres (Moura, 2020, p.10). De acordo com Moura (2020), as mulheres operárias também se reuniram em busca de direitos trabalhistas - União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas. Em 1918, depois de se formar em Biologia na França, Bertha Lutz publica um artigo convidando a todas as mulheres brasileiras a “[...] tornar-se capaz de cumprir os deveres políticos que o futuro não pode deixar de repartir com ela.” (Revista da semana, 28 de dezembro de 1918, citado por Hahner, 1981: 101, citado por Coelho e Batista, 2009).

Em 1920, junto da professora Maria Lacerda de Moura, elas fundam a Liga para a Emancipação Internacional da Mulher, “um grupo de estudos cuja militância principal era lutar pela igualdade política das mulheres” (Moura, 2020, p.12) e que em 1922 organizou a ‘Federação Brasileira para o Progresso Feminino’. Dela fazia parte mulheres da elite, mas que também eram ativas no mercado de trabalho. Por isso, conseguiam alguma influência

para lutar pelos seus direitos., No entanto, nem por isso estavam ilesas ao ataque da imprensa, sendo rotuladas "(...) terceiro sexo, carentes de charme feminino, histéricas, declassées." (Coelho e Batista, 2009). Porém, a Fundação teve grande influência ajudando a que, na Constituição de 1934, se instituisse, finalmente, o direito das mulheres de votar e serem votadas.

1.3 As precursoras: eleitas, e agora?

Embora a instituição do voto feminino tenha acontecido apenas em 1934, na cidade de Mossoró, no Rio Grande do Norte, uma mulher já havia requerido e conquistado este direito.

1.3.1 Celina Guimarães Viana

A ambiguidade presente na primeira constituição republicana impulsionou as mulheres, mesmo antes de vir descrito na lei, a lutarem por seus direitos ao voto (Silva, 2013), mas elas encontraram muitos impedimentos pelo caminho. Entretanto, a omissão em relação aos direitos e deveres femininos da Constituição de 1891 permitiu que alguns estados fossem favoráveis ao voto feminino. De acordo com informações do Portal do Tribunal Superior Eleitoral Brasileiro⁹, “com advento da Lei nº 660, de 25 de outubro de 1927, o Rio Grande do Norte foi o primeiro estado que estabeleceu que não haveria distinção de sexo para o exercício do sufrágio”. A vanguarda do estado foi tema do ‘O Jornal das Moças’, o qual comemorou a decisão: “Que assim seja. Viva o Brasil. Viva o feminismo!” (Jornal das Moças, 16/02/1928 citado por Aflalo, 2017, p. 342).

Assim, Celina Guimarães Viana entra para a história do Brasil como a primeira mulher a conseguir o direito de votar em 1927. No ano seguinte, neste mesmo estado, outras 15 mulheres seguem o seu exemplo.

Apesar da importância histórica do ato, coragem e pioneirismo de Celina, tivemos grande dificuldade de encontrar fontes oficiais que relatassem detalhes da sua vida a ação. Pelo material encontrado, disponível no site da Associação Paranaense do Ministério Público¹⁰, sabemos que ela “concluiu o curso de formação de professores na Escola Normal de Natal” e, assim como outras mulheres precursoras citadas anteriormente, dedicava-se ao magistério. Ainda de acordo com a associação, ela lecionava em moldes diferentes dos da

⁹ Acessado no dia 29/01/2022 – Disponível em: <https://www.tse.jus.br/imagens/fotos/professora-celina-guimaraes-vianna-primeira-eleitadora-do-brasil>

¹⁰ Acessado no dia 29/01/2022 – Disponível em: <https://mulheres.apmppr.org.br/noticias/celina-guimaraes-viana-312>

época, incluindo o fato de ter abolido a palmatória, como forma disciplinar e de utilizar do teatro e do esporte como meio de trabalhar valores com os alunos.

Além de romper com a exclusão da mulher como ator político, ela ocupou outro lugar, até então exclusivamente masculino, de acordo com o site da Associação Paranaense do Ministério Público (2020): “relatos de jornais apontam que, possivelmente, Celina entrou na história do país por ser a primeira mulher a apitar uma partida de futebol”. Entretanto, apesar da coragem e dedicação de Celina e tantas outras mulheres potiguares na luta pelos direitos políticos, em 1930 elas tiveram seus votos anulados. Mas antes, outra mulher também do Rio Grande do Norte conseguiria se eleger como a primeira prefeita do Brasil.

1.3.2 Luiza Alzira Soriano

Filha mais velha do coronel Miguel Teixeira de Vasconcelos, Alzira Soriano, como era conhecida, fazia parte da elite potiguar e, embora tenha nos seus primeiros anos como adulta seguido os papéis a ela impostos e ensinados, ela se tornaria a primeira mulher brasileira e da América Latina a ser eleita. Aos 17 anos, casou-se com o promotor da província de Jardim de Angicos, Thomaz Soriano de Souza Filho que havia sido transferido do Maranhão por influência política de sua família (Engler, 2019, p.35). O enlace matrimonial foi segundo os padrões da época: ambos pertenciam a famílias da elite – era o padrão do período, o casal ter a mesma condição econômica e social. Casados, tiveram quatro filhas, mas antes do nascimento da caçula, Alzira Soriano ficou viúva e retornou para a fazenda dos pais, local de encontro políticos, por causa da posição que o pai ocupava na região (Engler, 2019, p.36).

A empolgação desta pioneira diante do decreto que garantia direitos políticos as mulheres no seu estado pode ser encontrada no artigo publicado no jornal Paiz, em 2 de dezembro de 1927 que traz o telegrama de Alzira Soriano com os seguintes dizeres (Engler, 2019, p.33): “Orgulhosa pelo gesto da Assembleia Legislativa do nosso querido Estado, concedendo o direito ao voto feminino, em nome das mulheres de Lages, felicito V. EX. pela brilhante vitória e asseguro solidariedade política ao futuro governo”.

Nota-se que Alzira Soriano já tinha influência política, porque não era dado a todas as mulheres o poder de escrever tal relato na imprensa. Mas foi em setembro de 1928 que, ao receber a visita de Bertha Lutz, juntamente com o governador do Estado do Rio Grande Norte e de seu pai, Alzira recebeu o convite para ser a primeira candidata mulher do país (Engler, 2019, p. 37). Assim, aos 32 anos, venceu o pleito com 60% dos votos da população local. Segundo Engler (2019, p.38), o fato histórico foi noticiado pelo jornal ‘O Paiz’, com a seguinte manchete: “A primeira prefeita brasileira”. A reportagem estampava uma foto de

Alzira ao lado das três filhas e o pai. Além disso, ao lado da foto uma biografia que reforçava o papel normalizador exercido (mãe que zela pela educação das filhas) – de acordo com a reportagem - de forma excepcional, e ressaltava o apoio do pai, Coronel e político da região.

A reportagem reflete os valores morais da época, bem como contra-argumenta as ideias defendidas pelos opositores aos direitos políticos femininos. Durante a discussão parlamentar sobre o sufrágio das mulheres, um dos opositores, o deputado Muniz Freire (Partido Liberal/ES), afirmava que dar às mulheres direitos políticos seria o mesmo que votar para a “dissolução da família brasileira” (Anais do Congresso Constituinte, 1891, p. 456 citado por Aflalo, p.345).

Apesar de carregar nos discursos o peso das normas e valores que lhe foram impostos, não podemos deixar de reconhecer a importância e coragem da primeira mulher política brasileira. Entretanto, precisamos também reconhecer a prevalência de mulheres da elite, brancas e letradas no pioneirismo e compreender que as questões políticas da história do Brasil são responsáveis também pela exclusão de outras. Alzira permaneceu no cargo até 1930, quando aconteceu o golpe promovido pela revolução e a crise econômica.

1.3.3 Carlota Pereira de Queirós

A Nova República, como ficou conhecida, trouxe transformações importantes para as mulheres no corpo da lei. Além do voto, como já anteriormente mencionado, “outra alteração referiu-se à representação parlamentar que, além dos eleitos pelo voto popular, incluía os eleitos por associações profissionais” (Álvarez, 2016, p. 146). E foi através da indicação de associações que Carlota Pereira de Queiroz, elegeu-se em 1933. Médica e filantrópica atuante, além disso, reforça Schpun (2015, p.6) “sua origem social e seu nome de família são elementos fundamentais para explicar a posição que conquista”. Além disso, obteve grande apoio das organizações feministas.

Apesar do prestígio do seu nome, do feito histórico e de circular e manter relações com os grandes nomes de prestígios da época, Carlota Queirós não deixou de receber ataques misóginos, como narra um parente em entrevista a Schpun (2015, p.345) sobre a parlamentar:

“A senhora sabe que ela não tinha atrativo físico, né? Não, era feia. Não tinha atrativo físico algum. Mas, quando se manifestava, era brilhante. Tinha uma inteligência privilegiada e uma cultura muito extensa. Eu me lembro até de uma coisa engraçada que havia depois da revolução na revista humorística, no jornal humorístico chamado A Manhã. E veio então num desses números do jornal o retrato dela, e embaixo escrito: “Dizem que São Paulo perdeu a revolução por falta de armas, mas estamos vendo que lá havia cada canhão!”. A senhora

sabe: as mulheres feias são apelidadas de canhão. Não sabia disso? É, canhão... “havia cada canhão!” [riso] e o retrato de Carlota, né? Sem o nome dela... só podia reconhecer quem a conhecia pessoalmente, né?

Carlota mantinha uma postura constitucionalista, defendia os ideais do seu bloco político e, apesar de manter boas relações com grandes nomes do feminismo da época, ela nunca se definiu assim (Schpun, 2015). Tal qual Alzira Soriano, Carlota sabia que apesar das conquistas, o seu trabalho como mulher política deveria comprovar o contrário dos discursos opositores e normatizadores que reinavam até então, mas para a época, para se manter nos espaços e se fazer ouvida era preciso cautela. Porém, o fato não agradou a Bertha Lutz e às mulheres da Federação que ajudaram na campanha do nome de Carlota para o pleito. Schpun (2015, p. 360) transcreve um trecho de uma carta enviada pela feminista: “Aqui os jornais têm explorado muito contra a mulher e o eleitorado feminino a sua declaração de que não é feminista, embora o resto das suas palavras desmintam essa declaração”.

Ser uma mulher política e feminista à época era demasiado perigoso, mas concordando com o pensamento de Bertha Lutz, concluímos que apesar das suas declarações, os atos em vida de Carlota Queiroz, dizem o contrário.

Ao analisarmos a história das mulheres e reconhecermos os discursos normativos patriarcais que foram institucionalizados desde a Colônia até à República, e que se manteve como eixo opressor mesmo após o sufrágio, vislumbramos que embora as precursoras tenham ocupados novos papéis e exigido o espaço que lhes era direito na esfera pública, a fração concedida a elas não as colocava em espaço de igualdade, nem as retirava do lugar que lhes foi imposto. Com as palavras de Aflalo (2017, p.357), concluímos que, pelo contrário, “fica acordado que a mulher tem seu lugar no público ao mesmo tempo em que mantém seu lugar no privado.”

Capítulo 2 - Mulheres políticas e media: uma visão internacional

Analisamos até aqui como as imposições sociais, reforçadas e validadas por meio de discursos de dominação limitaram o acesso das mulheres ao espaço público durante boa parte da história brasileira. As restrições históricas foram instituídas por representações a partir de discursos existentes desde o processo de colonização. Mantiveram-se ao longo do tempo, tendo sido introduzidas na imprensa desde sua implantação no país. Afinal, a imprensa brasileira surgiu dentro do projeto colonizador. Com o decorrer da História, podem surgir exceções, mas, apesar da conquista dos direitos políticos, os discursos hegemônicos prevalecem, inclusive interferindo/delimitando os espaços das mulheres eleitas.

Sabemos que a cidadania não é um conceito estanque (Pinsky, 2003, p.11). Apesar disso, pesquisas feministas internacionais têm notado que há pontos em comum na História, principalmente no que tange ao discurso dominador na abordagem sobre as mulheres políticas. São esses mecanismos que funcionam de forma global que iremos abordar neste capítulo. Para isso, precisamos também compreender de que forma houve a universalização da dominação e como isso interfere na representação das mulheres políticas, atualmente. Para tanto, uma breve abordagem da História da cidadania internacional das mulheres, com uma crítica filosófica, também se faz necessária para compreendermos os conceitos e as ideologias que nos trouxeram até aqui.

2.1 O Iluminismo: liberdade igualdade e fraternidade?

“O que é o iluminismo?” (...) Sapere aude! Tenha coragem de servir-se de seu próprio entendimento”. (Kant, 1985)¹¹.

É consensual entre os/as autores/as que as democracias ocidentais descendem do pensamento iluminista. Há, todavia, diferenças entre os estudiosos quanto à definição do que é Iluminismo. Kant, no tratado acima citado, responde ao questionamento “O que é Iluminismo?”, fazendo um apelo para que a humanidade tenha coragem de servir-se do seu próprio entendimento.

¹¹ Disponível em:

<https://ppgfil.propesp.ufpa.br/ARQUIVOS/Processo%20Seletivo/2019.2/KANT,%20Immanuel.%20O%20que%20%C3%A9%20Esclarecimento.pdf>

O iluminismo, conforme Kant o descreve, é tido como um processo que traz no seu cerne a Razão, e que dela “nada mais se exige do que a liberdade” (Kant, 1985). Além disso, como a razão pertence a todos os ‘homens’, eles são, assim, iguais. Esse conceito desdobrar-se-ia em direitos, opiniões, discursos e poderes. Gonçalves (2015, p.280) diz-nos que o iluminismo tem como base a construção racional da sociedade. Complementa que “a concepção moderna de democracia, e também de direito, é produto desta Razão, moralmente universalizada: enquanto o racional caracterizava-se pelo bem e pelas luzes, o irracional era identificado com o mal e o obscurantismo” (Gonçalves,2015, p.281).

Embora os discursos e ideias iluministas tragam um pensamento progressista capaz de transformar a sociedade, especialmente a Ocidental, nele há, de forma entranhada, uma escolha enunciativa excludente das mulheres. Como explica Lúcia Maria Sánchez Coelho da Silva Cabrita (2010, p.19):

“Trata-se de uma atitude que se manteve muito tempo, pois que até meados do século XX, se usou o termo «homem» para designar a totalidade dos humanos, anulando as diferenças e deixando, assim, de fora, metade da humanidade, e sem que isso perturbasse a consciência dos filósofos. (...) Ora, esta atitude dos filósofos influenciou o modo como a cultura ocidental tem encarado a diferença masculino/feminino e torna-os muito responsáveis pelo lugar que as mulheres ocupam na tradição filosófica ocidental.”

Alguns filósofos iluministas optaram por um ‘silenciamento’, na escolha enunciativa, do termo que representava quem falava e a quem eles se dirigiam, “os homens”. Mas, autores reconhecidos do iluminismo - Jean Jacques Rousseau e Denis de Diderot, por exemplo – embora fossem grandes defensores da igualdade e liberdade, denotaram, de forma explícita em seus discursos, de que os ideais por eles defendidos não incluíam as mulheres (Miranda, 2010, p.10). Para Rousseau, “a natureza humana, a masculina e a feminina, pensada em termos de assimetria valorativa, era um dado evidente” (Henriques, 2012, p.6). As distinções de valores, acrescenta Fernanda Henriques, delegavam ao homem a racionalidade plena, enquanto às mulheres cabia “o pudor” e controlar seus instintos, “sendo o feminino o lugar a partir do qual se pensa o sexo” (2012, p.6).

Carla Bassanazi Pinsky e Joana Maria Pedro¹² (2003, p. 300/301) acrescentam que se tratando de mulheres políticas, havia, ainda, uma evocação da influência exercida por elas nas Cortes (rainhas, princesas e cortesãs) que, culminada a ideia do velho e tradicional que a Monarquia representava aos pensadores iluministas, fortaleceu o repúdio à

¹² Em “Mulheres: Igualdades e Especificidade”, Inserido em Pinsky, J e Pinsky.C. (2003). “História da Cidadania”. 6ª edição, São Paulo, Contexto.

participação feminina nas esferas de poder, fortalecendo, por sua vez, a dicotomia que designava a mulher ao espaço privado.

Entretanto, a hegemonia dos discursos encontra novamente exceções em homens e mulheres como, por exemplo, da inglesa Mary Wollstonecraft, mas Pinsky e Pedro nos alertam que, “as vozes dissonantes foram logo esquecidas” (2003, p.300).

As ideias iluministas foram as faíscas para as principais revoluções que transformaram a história do mundo ocidental: a Revolução Francesa, a Revolução Industrial e a Revolução Americana. Delas surgiu uma nova concepção de cidadania universalizada, a qual influenciou os demais sistemas jurídicos no ocidente, além de constituir um modelo econômico e social (Del’olmo, F., & Lunardi, L., 2013, p. 191). Do ponto de vista das mulheres, no entanto, esses novos códigos serviram, também, para reforçar a dominação, formalizando a exclusão de mulheres do espaço público, uma vez que consideravam o ambiente privado como o seu lugar ‘natural’, a constituição da família como sua obrigação moral, e, inclusive, a submissão como a função reservada a elas (Pinsky e Pedro, 2003, p. 305/306).

A construção social desta dicotomia não foi em vão. As definições de espaços distintos deram ao sistema liberal uma justificativa “racional” para “um quadro de dominação baseada no contexto das relações de gênero, no qual a submissão das mulheres na sociedade civil acaba justificando o reconhecimento do direito patriarcal dos homens” (Santos, 2021, p.19). O modelo patriarcal, portanto, manteve-se e foi institucionalizado nas “democracias” modernas, reforçando o seu poder nas demais esferas (cultural, econômica, entre outras). A sua base foi o que Pinsky e Pedro (2003, p. 310) denominaram como “Ideal de domesticidade”, reforçado por representações de características e restrições de lugares as mulheres e inserido na sociedade através de variados discursos criando um “contrato sexual”, reforçado por uma variedade de fontes, abrangendo a imprensa e futuramente os media. Caroline Pateman, nos explica como funciona este contrato:

“A dominação dos homens sobre as mulheres e o direito masculino de acesso sexual regular a elas estão em questão na formulação do pacto original. O contrato social é uma história de liberdade; o contrato sexual é uma história de sujeição. (...) O pacto original é tanto um contrato sexual quanto social: é sexual no sentido patriarcal – isto é, o contrato cria o direito político dos homens sobre as mulheres -, e também sexual no sentido do estabelecimento de um acesso sistemático dos homens aos corpos das mulheres” (1993, p. 16-17).

Ademais, parece-nos fundamental apontar que esta estrutura presente na construção histórica da cidadania feminina dentro do sistema capitalista age como limitador de espaço

impondo uma “divisão sexual de trabalho”, ao construir barreiras para que as mulheres ocupem o espaço público (Santos, 2021, p. 23). Desde o surgimento das cidades industriais, no século XVIII e XIX, com a ampliação de trabalho devido à industrialização, as mulheres, especialmente das classes populares, não obstante tenham ocupado lugar no mercado laboral, seguiram tendo os trabalhos domésticos impostos como a elas como obrigação principal (Pinsky e Pedro, 2003, p.312). Essa ‘obrigação’ refletia em seus ordenados, como nos explica Carla Bassanazi Pinsky e Joana Maria Pedro (2003, p.313): afinal, “por todo o século XIX, o pagamento de mulheres (como no passado), era de metade a dois terços do que ganhavam os homens.”

Ao olharmos para a História, temos consciência dos impactos globais dos discursos que moldaram as democracias do ocidente, e, assim, conseguimos visualizar os impactos da realidade que nos contextualiza. Conhecer esses mecanismos históricos do patriarcado, que são sustentados pelo sistema político, econômico e cultural, permite-nos então chegar ao objetivo deste capítulo, que pretende revisitar as pesquisas feministas internacionais que analisam como tais pressupostos de dominação são interiorizados pelos media, por intermédio de representações e estereótipos que reafirmam a dicotomia público/privado, contribuindo na limitação das mulheres na política.

Assim, pode-se retornar à atualidade cientes das construções sociais e históricas que contribuíram para o déficit de representatividade das mulheres na política mundial, apesar da instituição de instrumentos legais inclusivos. Hoje, muitas das legislações já trazem as mulheres ao pé de igualdade relativamente aos direitos, reafirmando nos códigos a necessidade delas no espaço público e na política com uma variedade de mecanismos. Como exemplo, pode-se citar mecanismos de afirmação positiva, como é o caso das ‘cotas’, que são conquistas dos movimentos feministas ao longo dos últimos anos. Apesar disso, ainda não superamos as desigualdades instauradas. A sub-representatividade de mulheres em cargos políticos, nas mais variadas esferas de poder, ainda é uma realidade, em todo o mundo.

Dustin Harp e Ingrid Bachman, ao abordar as mulheres que ocuparam os cargos de chefia nacionais, presidentas e primeiras-ministras, ressaltam que, na Era Moderna, até à década de 60, quando Sirimavo Bandaranaike foi eleita a primeira-ministra do SriLanka, na época Seilão, nenhuma mulher havia chefiado um governo democraticamente (2018, p.184). As autoras concluem que “após este feito cerca de 80 mulheres foram eleitas presidentas e primeiras-ministras – a maioria delas na última década” (2018,p.184). Diante de tais fatos, reafirmamos os preceitos que nos estimularam a realizar esta pesquisa. Afinal, as demais esferas dos sistemas políticos não nos mostram dados diferentes, seja no Executivo ou no

Legislativo e, inclusive, no Judiciário, as porcentagens de cargos assumidos por mulheres são desiguais.

Engana-se quem pensa que tais números interferem apenas na vida das mulheres, visto que os dados do Relatório de Desenvolvimento Humano, organizado pelas Nações Unidas, já em 1995 concluía que: “O desenvolvimento humano, se não abranger o género, está em perigo”. Ainda assim, o Relatório de Desenvolvimento Humano¹³, de 2019, não nos traz dados animadores sobre a porcentagem de mulheres que ocupam assentos no parlamento, onde a América Latina e Caraíbas ocupam a maior porcentagem, com 31% de cadeiras ocupadas, a África Subsaariana ocupa o segundo lugar com a porcentagem de 23,5%, a Europa e Ásia Central está no terceiro lugar com a porcentagem feminina no parlamento de 21,2%, a Ásia Oriental e Pacífico segue logo atrás com 20,3%, seguindo os Estados Árabes possuem 18,3% e por último, a Ásia do Sul com 17,1%.

Diante dos dados expostos, cabe questionar: as desigualdades vividas pelas mulheres no campo política são fruto dos resquícios históricos patriarcais? Krook e Restrepo Sanín, reforçam que a violência política de género praticada através de discursos e comportamentos, inclusive partindo dos media e das redes sociais, reforçam estereótipos e reafirmam que a política não é o local das mulheres.

Dessa forma intimidam-nas e coagem-nas a desistirem de seguir como candidatas, ou, até mesmo, a abandonar o pleito (2016, p. 126). “Não é surpresa, que a maioria das pesquisas que tratam sobre mulheres políticas demonstram que a esfera política é ‘genderizada’, e que os media reforçam esta noção”¹⁴ (Harp e Bachman, 2018, p. 184)

Além disso, Harp e Bachman (2018, p. 184¹⁵) acrescentam que:

“As mulheres políticas recebem menos encorajamento e são menos cotadas para os cargos, são mais prováveis de serem dispensadas, marginalizadas e trivializadas. Por exemplo, elas têm a viabilidade de suas candidaturas dificultadas e são mais vezes recusadas a candidatar, têm suas competências e aptidões para cargos questionadas, muitas vezes veem suas habilidades e currículos serem reduzidos a “mulheres servem para cuidar da família e dos filhos”, ou estão sujeitas a representações que as limitam a suas aparências e roupas ao invés de suas pautas.”

Dito isso, é fundamental olharmos para os media “como práticas significantes e sistemas simbólicos públicos pelos quais os significados são produzidos” (Silveirinha, 2001),

¹³ Relatório de Desenvolvimento Humano, do ano de 2019, disponível em: https://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf

¹⁴ Tradução própria.

¹⁵ Tradução própria.

e buscar, então, compreender como esses significados posicionam as mulheres políticas na atualidade. Para tanto, faremos no próximo ponto a revisão de alguma literatura que nos permita compreender as pesquisas que abordam a tríade Media, Política e Mulheres, especificamente no Ocidente, onde todo este processo foi instituído e reforçado.

2.2 Mulher, política e os media: no foco das pesquisas feministas

A tríade, “Mulheres, Política e Media” tem sido o centro de diversas pesquisas feministas. Afinal, a busca pelo espaço público e os direitos políticos é uma pauta recorrente no movimento, desde a denominada ‘primeira onda’ do feminismo e a luta pelo sufrágio. A histórica designação das mulheres ao espaço privado, bem como a forma como são representadas, refletem na vida cotidiana e resultam na sub-representatividade atual, tal qual foi anteriormente mencionado. Partimos, assim, então do pressuposto que, o campo comunicacional emerge nas discussões “como um espaço de luta política decisivo e não apenas complementar de outras instâncias em que se encerra a dinâmica histórica” (Silveirinha, 2001). E parece-nos essencial olhar quais são os resultados das análises no ocidente que envolvem os media e as mulheres políticas, para compreender a relação simbólica e suas consequências.

Neste ponto olharemos para pesquisas da Europa, incluindo Portugal (Martins, 2013) Espanha (Fernandez- Rivira e Giraldo-Luque, 2022), Reino Unido (Tischner, Malson e Fey, 2021,) e da França (Fernandez- Rivira e Giraldo-Luque, 2022), Nas Américas, abordaremos pesquisas dos Estados Unidos, Argentina, México (Monsiváis,2020) e Chile (Valenzuela, S., & Correa, 2005).

Estas pesquisas com perspectiva de gênero na análise das coberturas dos media sobre os candidatos e candidatas são relativamente recentes (Larson, 2001, p.227), já que somente nos últimos 30 anos encontramos pesquisas relacionadas ao tema (Valenzuela e Correa, 2009, p.05).

2.2.1 América

Para compreender a sub-representatividade feminina, devemos contextualizar os fatos. Foi apenas no início dos anos 90, que Violeta Chamorro, na Nicarágua, entrou para a História, tendo sido eleita a primeira presidenta da América Latina. Em contraposição ao pioneirismo do país, de 2000 a 2018, não houve nenhuma campanha presidencial com candidatas mulheres na Nicarágua (Álvarez Monsivais, 2020, p.3). A participação política de mulheres no continente americano, do sul ao norte, tem despertado os olhares acadêmicos,

que desenvolveram pesquisas com diferentes métodos, e cujos resultados encontrados nos dão um norte para compreender melhor a realidade em que estamos sujeitas.

Das bibliografias por nós selecionadas, notamos que as coberturas sobre as campanhas eleitorais presidenciais, com o foco nas mulheres políticas que concorreram à presidência, têm sido uma das abordagens mais escolhidas por autoras e autores. Escolhas que não são feitas em vão.

Após o pioneirismo da Nicarágua, outros países da América Latina elegeram suas primeiras presidentas: o Panamá elegeu Mireya Moscovoy, em 1999, Michele Bachelet foi eleita em 2006 no Chile e reeleita em 2014, Cristina Fernández na Argentina também acumulou dois mandatos (2007 e 2011), Laura Chinchilla conquistou o cargo na Costa Rica em 2010 e Dilma Rousseff foi eleita presidenta por duas vezes consecutivas, em 2011 e 2015 no Brasil. Nos Estados Unidos da América, Hillary Clinton concorreu a duas eleições presidenciais (2008 e 2016), sendo a primeira mulher do país a conseguir tal feito. No México, Margarita Zavala, concorreu as eleições presidenciais de 2018, sem partido nenhum para apoiá-la.

Tais dados demonstram que a luta para a democrática presença feminina no espaço público e na vida política está presente em todo o continente americano. Algumas dessas mulheres supracitadas conseguiram conquistar por voto popular o mais alto cargo Executivo do país, outras fizeram história sendo as primeiras a tentarem tal façanha. Apesar disso, a desigualdade entre homens e mulheres, na arena política, ainda é um fato. Alguns pesquisadores buscaram compreender qual a relação dos media na cobertura dos fatos históricos latino-americanos e como eles influenciaram as campanhas eleitorais.

Álvarez Monsivais (2020), em sua tese de doutoramento, focou em três das candidatas americanas, que anteriormente haviam sido primeiras-damas: a argentina Cristina Fernández, a mexicana Margarita Zavala e a estadunidense Hillary Clinton, analisando a cobertura dos media em ambos os períodos em que ocuparam posições públicas (na campanha eleitoral e quando eram primeiras-damas). Para isso, Monsivais (2020) recorreu a uma metodologia mista (quantitativa e qualitativa), na qual aplicou um modelo de duas etapas (um enfoque metodológico e depois o outro). Na primeira etapa, o autor optou por fazer uma análise de conteúdo das coberturas dos jornais impresso dos três países, e, na segunda etapa, a análise de recepção de um grupo focal da cobertura dos jornais.

Dentre os resultados encontrado na análise de conteúdo, enquanto eram primeiras-damas, a mostra revelou que, tanto Fernández (62%), quanto Zavala (38%), assim como

Clinton (35%), foram abordadas pelos meios de forma politizada, “as caracterizando como decididas e politicamente ativas, tendo desempenhado um papel importante na carreira e agenda política de seus maridos” (Álvarez Monsivais, 2020, p.312). No período em que foram primeiras-damas, o segundo enquadramento que mais receberam foram os de celebridades, e o mesmo se repetiu, enquanto eram candidatas à presidência (Monsivais, 2020,pag.313).

Além disso, outros resultados enquanto concorriam à presidência, encontrados na tese de Monsivais (2020 p. 315, 316) nos parecem relevantes: a pesquisa constatou que poucas vezes a voz das mulheres aparecem em citação direta; nos resultados relativos a visibilidade, mostram que na cobertura das candidatas elas não são protagonistas das notícias, elas aparecem como coprotagonistas (junto de seus maridos), ou por diferenciação (aparecem quando divergem de outro candidato).

Outro ponto interessante, de três em cada cinco notícias da mostra (58%), contém dados sobre a esfera privada da vida das mulheres políticas (filhos, aparência física, família, etc); da mesma forma foram usadas o dobro de referenciais pessoais (mãe, filha, esposa) do que políticas (ex-senadora, ex-deputada, ex-ministra ou ex-primeira-dama) para se referir a elas; as candidatas também foram apresentadas dentro de uma perspectiva de gênero, com a reiteração do termo mulher para se referir a elas, na utilização dos sobrenomes de seus maridos, bem como na utilização de verbos combativos para descrever suas ações (Monsivais, 2020, p. 317, 320).

Na comparação do período em que eram primeiras-damas com o período de campanha eleitoral, elas foram representadas mais vezes com características tradicionalmente masculinas; e ainda, quando as mulheres políticas foram enquadradas dentro de temas ditos ‘masculinos’, a notícia tende a ter um tom negativo em mais da metade dos casos (Monsivais, 2020, p.323).

Quando comparado os resultados quantitativos encontrados na análise de conteúdo, com a interpretação e recepção do grupo focal (análise qualitativa) da pesquisa de Álvarez Monsivais (2020), foram encontradas algumas discrepâncias, bem como concordâncias. Chamaram-nos a atenção, sobretudo, os resultados que abordam a única das três candidatas que conseguiu ser eleita, Cristina Fernández. De acordo com os resultados encontrados por Monsivais, tanto no período em que Cristina Fernández foi primeira-dama, quanto no período eleitoral, características sobre sua força política e liderança coincidiram tanto nas notícias analisadas (que a incumbiu uma personalidade masculina), como na percepção do grupo focal. Já a discrepância que chamou-nos atenção, é que embora na análise de conteúdos, os temas sobre Família e Sociedade raras vezes tenha disso

mencionado (4%), os receptores se lembraram de que Fernández era propulsora de leis sobre estes temas. Mas o conteúdo mais abordado foi política interna (25%) (Monsivais, 2020, p.338).

Ao olharmos para os resultados apresentados por Álvarez Mosivais, em relação as mulheres políticas na corrida presidencial de seus respectivos países (Argentina, México e Estados Unidos) conseguimos perceber como a análise de conteúdo, bem como a análise dos receptores, vai ao encontro da bibliografia que identifica os media como um quarto poder, ou melhor dizendo um “ambiente em que não só as informações são divulgadas, como também são questionadas, valoradas e utilizadas como base para definições de opiniões, convicções e tendências políticas” (Machado e Silva, 2015, p.27).

No sul do continente americano, Valenzuela e Correa (2009), analisaram a campanha eleitoral para a presidência do Chile, encabeçada por Michelle Bachelet – que além de ser a primeira mulher do seu país a ser eleita, rompeu também com uma tradição conservadora do país, sendo vitoriosa pelo Partido Socialista. Os autores, tal como na pesquisa realizada por Monsivais (2020), utilizaram metodologia mista, optando por fazer análise conteúdo de três jornais chilenos, durante 6 meses e, posteriormente, a análise de recepção, ambas durante o período da campanha eleitoral para a presidência do Chile, em 2005.

Os resultados encontrados coincidem com as pesquisas realizadas no México, Estados Unidos e Argentina, especialmente sobre o tom utilizado na cobertura da imprensa no enquadramento de características tradicionalmente relacionadas como femininas. Valenzuela e Correa ressaltam que, “enquanto o carisma e a honestidade de Bachelet foram enquadrados positivamente, sua competência foi enquadrada de uma forma esmagadoramente negativa” (2020, p.24). Os autores, inclusive, reforçam que os resultados já eram esperados, visto que durante o período eleitoral, o *background* de Bachelet foi várias atacado por seus oponentes.

Diferentemente da pesquisa realizada por Monsivais, não havia como concluir por meio do método de pesquisa selecionado, a relação da cobertura da imprensa na comparativa entre os candidatos homens e mulheres com temas tradicionalmente femininos ou masculinos. Valenzuela e Correa fizeram um comparado na análise de conteúdo no seu quadro condutor de variações entre os candidatos na corrida presidencial do Chile, que eram todos homens, a exceção de Bachelet. Desse modo, encontraram como resultado que, Bachelet “foi retratada dentro do estereotipo feminino de cuidado e compaixão, enquanto os candidatos masculinos foram enquadrados como competentes e bons líderes” (2005, p.24).

Entretanto, um dos resultados encontrados por Valenzuela e Correa chama-nos a atenção, especialmente pelo contexto no qual estava inserido e por ir na contramão da bibliografia mundial. É que a cobertura da mostra selecionada atribuí de forma igualitária entre os concorrentes da corrida presidência características nas notícias habitualmente ligadas ao gênero feminino, tais como família, estado civil, entre outros. De acordo com Valenzuela e Correa, o motivo para tal é que “os candidatos reforçaram durante o período eleitoral temas relacionados a família, bem como colocaram em evidência suas esposas, para contrabalancear o favoritismo de Bachelet nas pesquisas” (2005, p.20).

Analisando tais dados encontrados por Valenzuela e Correa (2005), constatamos que a dicotomia entre o público e o privado ainda está enraizada culturalmente quando falamos sobre gênero. Muito embora a candidata Michelle Bachelet fosse uma mulher divorciada, em um país majoritariamente católico como o Chile, na visão dos oponentes da candidata, todos eles homens, era necessário trazer a pauta familiar para o debate eleitoral, visto que a candidata mulher era apontada nas pesquisas desde o início da campanha como favorita.

Quanto à análise dos receptores, “o estudo mostra que houve uma relação entre a atenção dada pelos media a cada candidato e o reconhecimento do público destes números” (Valenzuela e Correa, 2005, p. 25), bem como das características pessoais atribuídas nas coberturas da imprensa aos candidatos e a candidata, com a apreciação do público destes, inclusive com o tom positivo similar ao apresentado nos jornais. Os resultados vão ao encontro a teoria da *agenda-setting*, desenvolvida em campanhas eleitorais por McCombs & Shaw, em 1972.

2.1.3 Europa

“O convite dirigido a “algumas senhoras” poderia procurar transmitir um sinal de modernidade do país. Na verdade, pelo menos nas primeiras legislaturas, o grupo de “senhoras” ficaria afeto à responsabilidade de contribuir para a “integração mental” da população feminina nos princípios ideológicos de um sistema que concebia a família como pilar essencial da sociedade e as mulheres como seu garante.” (Martins, 2013, p.63/64)

Do outro lado do Oceano Atlântico, em Portugal, encontramos poucas pesquisas que abordam a relação entre as mulheres políticas e os media. De entre as encontradas, destaca-se a feita por Carla Martins, em sua tese de doutoramento, que traz considerações relevantes sobre a agenda dos media na cobertura sobre as mulheres políticas e a relação dos estereótipos de gênero: “Os homens serão independentes, objetivos, dominadores,

ambiciosos ou agressivos, as mulheres emocionais, compreensivas, gentis, calorosas ou compassivas” (Martins, 2013, p. 103).

É interessante notarmos que as mesmas representações destacadas por Carla Martins na agenda dos media na cobertura das mulheres políticas foram as ressaltadas por Salazar, em 1934, quando apresentou os nomes das primeiras mulheres Deputadas no país. Inclusive, uma destas “senhoras”, - como foram chamadas pelo ditador - Maria Guardiola, em entrevista ao Diário de Lisboa disse que a mulher: “nasce para a missão confiada ao sexo e a ela não pode fugir, ainda que seja arrastada para qualquer outra atividade como aquela que eu exerço” (Gorjão *apud* Martins, 2013, p.64).

Nos seus estudos de caso, Carla Martins aborda duas mulheres que fizeram história em Portugal. A primeira delas, Maria de Lourdes Pintassilgo, pioneira e até então a única mulher que desempenhou a função de primeira-ministra no país, e Manuela Ferreira Leite, a primeira a assumir o cargo de Ministra de Estado e Finanças. Para tanto, a autora “atenta-se na existência de enquadramentos de género e de marcas “genderizadas” no discurso jornalístico – gendered frames, na terminologia de Norris (1997) – na representação das líderes políticas” (Martins, 2013, p. 123), de alguns dos jornais impressos que englobam os períodos políticos de atuação de ambas.

Os resultados constataram que o género aparece como fator de destaque nos jornais. No que se refere ao pioneirismo de Maria de Lourdes Pintassilgo, entretanto há um paradoxo entre o anúncio da novidade da conquista feminina do cargo e o que Martins (2013, p. 309) chamou de “embaraço linguístico”. Já que predominantemente as notícias referiam-se a Maria de Lourdes Pintasilgo como ‘primeiro-ministro’. Ao verificar tal ambivalência, a autora conclui que, “o modo como as publicações enquadraram a nomeação de Lourdes Pintassilgo torna perceptível a adesão de um paradigma ancorado na naturalidade da hegemonia masculina na política (2013, p.310).”

Anos depois, comparativamente, os resultados encontrados por Carla Martins mostram que Manuela Ferreira Leite, embora também tenha sido uma mulher política pioneira em vários dos cargos que assumiu, tal fato não recebe a mesma atenção na cobertura da imprensa. Há uma diferença na descrição de suas características e perfis nas notícias. Enquanto a Primeira-Ministra é destacada por suas qualidades comunicacionais e relacionais, ou seja, com um “arquétipo de liderança feminina” (2013, p.311), Manuela Ferreira Leite “é associada a uma norma masculina, surge retratada em termos masculinizados, sem aparente tensão pelo facto de se tratar de uma mulher” (Martins, 2013, p.312).

Diante dos resultados encontrados de períodos e mulheres políticas distintas de Portugal, Carla Martins sintetiza que, “a trama de discursos mediáticos através da qual se constrói a visibilidade de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite está eivada de marcas “genderizadas”, com pressuposições quanto a um ideal de feminilidade” (Martins, 2013, p.316).

Tais resultados vão ao encontro ao apontamento encontrado por Fernández-Rovira e Giraldo-Luque, que ressalta que no que tange as mulheres políticas e a cobertura delas feitas pelos media, ao longo do tempo:

“em vez de usar estereótipos fortes, a cobertura havia se transformado fazendo uso de enquadramentos mais discretos: o enquadramento da primeira mulher, uma pioneira cuja liderança se apresenta como um avanço para todas as mulheres, e como algo anormal; a enquadrando do como “outsider” ou recém-chegada ao mundo político, e o enquadramento das líderes como agentes de mudança” (2022, p.404).

Os resultados encontrados por Carla Martins vão ao encontro destes perfis, bem como dos anteriormente encontrados nas pesquisas da América Latina. Inclusive, a sutileza nos enquadramentos estereotipados e discriminatórios estão presentes nos resultados encontrados na pesquisa realizada por Cristina Fernández-Rovira e Santiago Giraldo-Luque (2022,p.403), que por meio de análise sistemática e exploratória, de jornais da França, Espanha e Reino Unido, na cobertura de seis mulheres políticas, duas de cada países, procurou identificar a polaridade no tom das notícias e opiniões publicadas pelos media, com o foco nas mulheres políticas: Ada Colau e Inês Arrimadas (Espanha); Anne Hidalgo e Marine Le Pen (França); e Nicola Sturgeon e Theresa May (Reino Unido).

Nos resultados apresentados pelos autores (Cristina Fernández-Rovira e Santiago Giraldo-Luque, 2022) houve majoritariamente tons positivos e neutros nas coberturas, sendo que a Espanha, foi o país onde mais encontrou-se tons negativos (27%), e Ada Colau foi a mulher política que mais recebeu coberturas negativas, sendo a única das mulheres a ter mais notícias com tom negativo publicado por um dos media analisados (ABC) (37,2%) (2022, p.408). Já a França, foi o país que apresentou o maior número de coberturas com tons positivos sobre as mulheres políticas (61,4%), sendo que Anne Hidalgo teve 25,3% de notícias positivas a mais que Marine Le Pen (2022, p.409). Já no caso do Reino Unido, as publicações tiveram em sua maioria tons neutros (2022,p.410).

Entretanto, embora as autoras afirmem que os resultados encontrados reafirmam “a tendência de mudança para uma cobertura dos media menos discriminatória sobre as mulheres que participam na política” (Fernández-Rovira e Giraldo-Luque, 2022, p.

411), temos que questionar e olhar outras pesquisas que aprofundam a análise nas representações para compreender se está tendência é mesmo positiva.

Para tanto, a pesquisa de Irmgard Tischner, Helen Malson e Kelly Fey, realizada um ano anterior (em 2021) da pesquisa de Fernández-Rovira e Giraldo-Luque, é instrumental. Primeiro, por também abordar o Reino Unido na sua análise. Segundo, por ser uma abordagem crítica feminista, atendo-se às representações e como gênero é posicionado nos discursos de 12 perfis de mulheres líderes veiculados por um programa semanal de rádio, encontrar pontos de vista diferentes que merecem ser levados em consideração.

De facto, tratar-se de um programa que dedicou-se exclusivamente para a produção de um perfil dedicado a uma mulher líder, o que claramente tem um tom positivo, visto que isto dá visibilidade a estas mulheres. Entretanto, nuances presentes nos discursos que emergem dos resultados nos fazem refletir sobre esta tendência positiva afirmada por alguns autores, em se tratando de gênero, mulheres políticas e os media.

Primeiramente, temos que ressaltar que “não surpreendentemente, houve três vezes mais programas dedicados a perfis masculinos no período de tempo analisado” (Tischner, Malson e Fey, 2021, p. 454). Para além disso, foram encontradas três construções discursivas das mulheres líderes, que as autoras descreveram como: ““tradicionalmente” feminina; uma combinação de atributos “masculinos” e “femininos”; e por último, o perfil de uma mulher excepcional que provavelmente irá falhar. (Tischner, Malson e Fey, 2021, p. 454)”.

No primeiro perfil, “tradicionalmente feminino”, as autoras identificaram por diversas vezes, ênfase nas aparências das mulheres líderes, ressaltando estereótipos de gênero, “mais precisamente, em conformidade com o tradicionalmente heteronormativo de feminilidade branca” (Tischner et Al, 2021, p. 464). Em contraponto, “na maioria dos programas a aparência dos homens raramente foram mencionadas” (Tischner et Al, 2021, p. 466). Também foram encontradas “narrativas sobre cuidado com os filhos, atividades domésticas e família, tópicos quase inexistentes nos perfis masculinos” (Tischner et Al, 2021, p. 466).

Dentro desse primeiro perfil, o tom das narrativas em relação a estas mulheres, eram positivos, “defendendo-as de possíveis acusações de serem “egoístas”, negligenciando a maternidade para ter uma carreira de sucesso. (...) Entretanto, ao mesmo tempo eles rearticulam o tradicional status quo que coloca a mulher em casa” (Tischner et Al, 2021, p. 468).

No segundo perfil, os resultados mostraram que algumas das mulheres foram representadas através de atributos “femininos” e “masculinos”, ou seja, embora eles haja atributos que as relacionam a aparência ou ao lar, da mesma forma, elas são descritas como “notável em usar uma imagem militar, sendo algumas vezes agressivas e racionais” (Tischner et Al, 2021, p. 468). Mas as autoras acrescentam que, embora ambas as características apareçam nas mulheres líderes como um bônus, o perfil criado dos homens líderes não parece precisar de quaisquer características femininas para reafirmá-los como capazes, visto que, em nenhum dos programas sobre os homens foram apresentadas características femininas (Tischner et Al, 2021, p. 469).

No terceiro perfil, as mulheres líderes são descritas como únicas, sendo que, nenhuma outra mulher é igual a ela, “ao contrário dos perfis masculinos, essas mulheres são construídas como excepcionais e extraordinárias e o seu sucesso e poder é visto com surpresa” (Tischner et Al, 2021, p. 470). E, muito embora isso possa soar com um tom positivo, Tischner, Malson e Fey, ressaltam que: “isso também pode ser lido como uma reprodução machista que diz que o sucesso das mulheres em suas carreiras não é expectável e apenas mulheres excepcionais, que não são como as outras mulheres podem imaginar ser bem-sucedidas” (2021, p.470).

Diante disso, a perspectiva positiva, segundo a qual o tom em relação às mulheres políticas/líderes tem sido aperfeiçoado ao longo do tempo, parece-nos, no mínimo, ambígua. A representação das mulheres nos media, muito embora com tons positivos, reafirmam papéis tradicionalmente femininos, tornando-se assim num fator limitante construído “por meio de desigualdades em relação ao sujeito homem e pela manutenção da opressão nas relações de gênero” (Lopes, 2017, p.08). Para compreendermos melhor como esses estereótipos de gênero são reforçados nos media no Brasil, no próximo capítulo, revisitaremos pesquisas que englobam a nossa temática.

Capítulo 3 - Os media no brasil e os estereótipos de gênero: o machismo mostra sua face

"Às mulheres brasileiras, que me cobriram de flores e de carinho, peço que acreditem que vocês podem. As futuras gerações de brasileiras saberão que, na primeira vez que uma mulher assumiu a Presidência do Brasil, o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces. Abrimos um caminho de mão única em direção à igualdade de gênero. Nada nos fará recuar". (Dilma Rousseff, ao se despedir no Planalto após a aprovação do Impeachment).¹⁶

Após revisarmos pesquisas internacionais que abordam a tríade que nos dedicamos a compreender, olhamos para o que Bruna Camilo Silva (2019, p. 19) descreve como os "laços fraternos liberais" que, "apenas mostra o caráter patriarcal das categorias ostensivamente ditas universais". Retornamos ao Brasil, país onde já vimos como a dominação das mulheres foi inserida historicamente dentro do contexto colonizador, e onde através de lutas e reivindicações "coube às mulheres se organizarem para combaterem os fortes nós que as prendiam a um status inferior e que lhes conferiam um papel de cidadãs incompletas" (Moreira, 2009, p. 5).

Feita a revisão histórica da representação social da mulher brasileira é chegado o momento de abordar o nosso objeto de estudo, os media, para compreender as representações das mulheres políticas brasileiras nas notícias. Temos como pressuposto as delimitações encontradas na literatura internacional de que as esferas pública/privada fazem parte da "complexa codificação dos papéis e comportamentos" que atuam nas relações de poder onde o gênero aparece como elemento central (Biroli, 2011, p.5).

Partindo deste ponto, neste capítulo faremos o Estado da Arte da literatura brasileira, apresentando não só os resultados de pesquisas, como também as fundamentações teóricas que as suportam. Procuramos através deste mapeamento compreender os diferentes enfoques teóricos que suportam as discussões a cerca da presença das mulheres políticas nos media e, sobretudo, propor uma reflexão sobre como, neste aspeto ayuam os meios de comunicação dentro das democracias liberais.

¹⁶ Texto retirado da BBC, acessado 09/06/2022 – link: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-37226797.amp>

3.1. Horizontes analíticos

Biroli e Miguel (p.24), na pesquisa de 2008 intitulada “Gênero e política no jornalismo brasileiro”, constatavam logo em sua introdução que as três temáticas – Política, Gênero e Media – constituem algo que “ainda é um campo pouco estudado, na literatura internacional e no Brasil”. No entanto, enquanto buscávamos autores para este Estado da Arte, percebemos que esta realidade se transforma (embora de forma pouco significativa) após a eleição da primeira mulher presidenta da República do Brasil, Dilma Rousseff, que foi eleita para o seu primeiro mandato nas eleições de 2011.

Tal qual evidenciado nas pesquisas internacionais – vide capítulo anterior - a conquista histórica de uma mulher ao cargo Executivo nacional tornou-se alvo de muitas críticas, elogios, notícias, e também de pesquisas acadêmicas, comprovando que “a forte presença de mulheres nas eleições presidenciais colocou a questão do “feminino” em pauta, tematizando as relações entre gênero e política” (Mendonça e Orgando, 2013, p. 195). No caso de Dilma, a violência simbólica fez-se presente de forma nada sutil, ao contrário da tendência internacional. Mais adiante analisaremos uma série de pesquisas que analisam a cobertura mediática em diversos períodos da carreira política da ex-presidente.

Antes, no entanto, abordaremos os estudos anteriores a eleição da ex-presidente, visto que pesquisadores já se dedicavam, embora em menor número, ao nosso tema. Escosteguy e Messa, em 2006, documentaram os estudos dedicados ao gênero e os media no Brasil, entre o período de 1992 e 2002. De acordo com as autoras, a primeira pesquisa que inclui também a política, na correlação com estes dois temas, no Brasil, foi produzida por Celsi Brønstrup, no artigo intitulado “Gênero, Política e Eleições (USP, 2000)”, que buscou compreender “dois roteiros de programas de campanhas eleitorais com o propósito de destacar nas duas situações discursivas a articulação das questões de gênero” (2006, p.77).

Destacam-se também, Miguel e Biroli com o livro “Caleidoscópio convexo”¹⁷, publicado em 2011 que, na visão de Sarmiento (2013), apresenta-se como “a obra mais completa sobre a interseção dos três temas” no cenário nacional (p.7). De acordo com a autora (2013), os estudos dedicados dividem-se em três temas centrais: “a) representação simbólica do gênero na mídia, b) a construção discursiva da representação política e c) o ativismo das mulheres na mídia” (p. 13). É importante nos debruçarmos sobre essas vertentes, para compreender a construção deste e de outros trabalhos.

¹⁷ Cabe a nós acrescentar que, embora seja evidente a importância deste estudo para o nosso trabalho, não conseguimos ter acesso a ele dentro do tempo necessário para incluí-lo nesta dissertação. Para amenizar esta perda, vários artigos dos autores foram incluídos nas referências bibliográficas orientadoras deste estudo.

A primeira delas, a representação simbólica do gênero na mídia, é uma preocupação frequente entre as feministas e acadêmicas. Estudos neste sentido vem sendo produzidos desde a década de 60, de que é exemplo o pioneirismo da obra, *A Mística Feminina*, de 1963, de Betty Friedan (Silveirinha, 2004, p.11). A obra dedicou-se a compreender como eram as representações das mulheres nas revistas femininas americanas entre as décadas de 30 e 50 e constatou uma discrepância temporal. No primeiro período, as revistas anunciavam a independência feminina e, na década seguinte exaltavam a imagem das donas de casa (Silveirinha, 2004, p. 11). Já neste estudo, Friedan se propôs também a discutir os efeitos destas mensagens nas mulheres (Silveirinha, 2004, p. 11).

O debate feminista volta-se então para os meios de comunicação. É importante referir a importante contribuição feminista aos Estudos Culturais, bem como as correntes pós-estruturalistas (Sarmiento, 2013, p.4) para estes estudos. Este novo olhar que os estudos de gênero acrescentaram aos estudos culturais “desafiou a centralidade da categoria classe social na interpretação dos processos de dominação, inserindo a questão do gênero” (Escosteguy, 1998, p.5).

Esta vertente teórica impulsionou investigações pioneiras, sobretudo na análise de recepção/audiência. Alguns exemplos que podemos citar são: “Reading Romance: Woman, patriarchy, and popular literature”, de Janice Radway, em 1984; e “Reel to real”, de Bell Hooks, em 1996 (Sarmiento, 2013, p. 5). Também pesquisas atuais, tais como as vistas no capítulo anterior desta dissertação, de Álvarez Monsivais (2020) e Valenzuela e Correa (2009), além da análise de recepção, optaram por metodologia mista, observando também como as candidatas foram representadas pelos media. Aí encontramos o segundo tema citado por Sarmiento (2013): a construção discursiva da representação política.

Antes de abordarmos esse segundo ponto, adiantamos que fomos inspiradas pelos Estudos Culturais no nosso primeiro Capítulo, onde abordamos as diferentes formas pelas quais as mulheres brasileiras, em sua diversidade, foram representadas através de diferentes discursos e posteriormente na imprensa, tendo nós ampliado a nossa visão às resistências aos papéis a elas destinados. Afinal, de acordo com Hall, os estudos culturais abordam “discursos múltiplos, bem como numerosas histórias distintas. Compreendem um conjunto de formações, com as suas diferentes conjunturas e momentos no passado” (2003, p.200/201).

Já o segundo enfoque orienta a análise que propomos fazer no Capítulo 4 e 5, desta dissertação. Por esta razão cabe explicar alguns conceitos fundamentais. Biroli (2010) traz dois pontos que devemos levar em conta ao analisar a presença das mulheres políticas nos media:

“(1) que se trata de pensar a presença de mulheres como uma potencialidade de ruptura com a oposição masculinidade/esfera pública versus feminilidade/esfera privada, uma vez que essa presença pode significar uma ruptura com a categoria supostamente universal e abstrata de indivíduo que vem embasando a política liberal e suas formas reiteradas de exclusão, mas (2) que a mera presença, quantitativamente falando, não indica por si só uma potencialidade de reconfiguração dessa oposição e das relações de gênero que ela embasa, daí a importância de se trabalhar a relação entre gênero e estereótipos” (2010, p.50).

No ponto (1), onde Biroli fala de ruptura ou não das estruturais patriarcais e liberais, ela adianta um conceito valioso: a visibilidade. Como vimos anteriormente, as mulheres foram privadas do espaço público, invisibilizadas nas leis, na imprensa, entre outras estruturas institucionais. Sabendo disso, é essencial pensarmos nos media como um meio privilegiado de se alcançar e se manter no campo político (Miguel e Biroli, 2008), bem como de promover uma ruptura histórica. Por isso, “o ‘quem’ das notícias é particularmente relevante” (Biroli, 2010, p.48).

Relativamente ao ponto (2), Biroli (2010) reitera que a visibilidade quantitativa, só por si, não representa só uma ruptura significativa. Pelo contrário, a vasta pesquisa feminista que se debruça sobre o tema nos alerta continuamente que os papéis tradicionalmente impostos e repetidamente reafirmados na história são confirmados e naturalizados nas notícias, de forma menos ou mais sutis, mantendo assim, as diferenciações hierárquicas entre gênero através dos estereótipos.

Destacamos que, neste trabalho, entendemos os estereótipos como “construções simbólicas enviesadas e resistentes à mudança social” (Filho, Herschmann e Paiva, 2004, p.3). Em outras palavras, podemos dizer que os estereótipos “se constituem em percepções socialmente partilhadas com alto grau de generalização e rigidez que frequentemente reforçam discriminações sociais” (Soares e Dantas, 2017, p.72). Ora, a utilização deste mecanismo de perpetuação da dominação pelos media, na representação das mulheres em termos gerais, é, desde há muito tempo, uma preocupação feminista (Silveirinha, 2004, p. 11).

Se tratando das mulheres políticas, há então um questionamento relevante: elas devem opor-se aos estereótipos “arcando com o ônus simbólico de assumir uma postura “desviante”, ou adequar-se a ele” (Miguel e Biroli, 2008, p. 24)? Este é um dos questionamentos que pretendemos discutir neste capítulo. Mais à frente, debruçaremos sobre esta questão que trará outros conceitos importantes.

Antes, porém, abordaremos o terceiro horizonte dos estudos que se dedicam a nossa tríade: o ativismo das mulheres nos media (Sarmiento, 2013, p.10). Este ponto traz reflexões e possíveis respostas para a construção de um cenário mais democrático, pois busca alterar os dispositivos de construção de poder simbólico, com novas perspectivas. Bourdieu (2001), bem como a teoria política feminista anteriormente apresentada, nos recorda que a dominação “se impõe como ponto de vista universal” (p.211). Tal reforça a necessidade de novas perspectivas, necessárias para reconfigurar o campo político, pelo que a presença e reconhecimento de pontos de vista feministas nos media torna-se fundamental para construção de uma via democrática.

O ativismo das mulheres em torno dos meios de comunicação traz reivindicações em busca de capital simbólico de poder. Acompanhamos, no Capítulo 1 desta dissertação, a importância deste meio na luta pela educação feminina no Brasil. Dar voz a quem tem lugar de fala expõe as falhas resultantes das hierarquias sociais. No nascimento da imprensa brasileira, os espaços cedidos as vozes femininas foram um importante ator de transformação. O ativismo mediático que levanta questões cívicas e dá voz a grupos excluídos constitui o que são por vezes chamados “Media Movements” (Sarmiento, 2013, p. 10) que operam através de três estratégias:

“Uma primeira manifesta-se nas lutas por reformas nos sistemas midiáticos, com a aprovação de leis sobre a informação pública e regulação dos meios. A segunda seria a construção de meios alternativos, desvinculados de empresas ou estados. (...) A terceira estratégia, o *civic media advocacy*, caracteriza-se pela existência de organizações preocupadas em fornecer subsídios para a melhoria da qualidade da cobertura de temas cívicos na grande imprensa” (Sarmiento, 2013, p. 10).

Ao olharmos para estas três estratégias nos deparamos novamente com a visibilidade como um conceito central e agente de mudança. No entanto, ela, por si só, não anula a sub-representação. É preciso articular perspectivas sociais diversas, para alcançar uma representação democrática de identidades plurais. No caso do Brasil, onde a historiografia nos mostra que desde as precursoras, o capital político feminino é formado, sobretudo, por mulheres brancas, com herança política paterna e que não se reconhecem como feministas, este aspeto é particularmente relevante.

Da mesma forma, tal como as mulheres brancas e letradas foram importantes para a discussão pública da regularização da educação feminina no Brasil, as mulheres de outras classes e etnias não sequer tinham acesso a estas informações, nem tinham suas vivências representadas por estes discursos. Isto nos leva a reflexão sobre um tema comum nos

estudos feministas político dos media: na atualidade quem são as mulheres no contexto de produção jornalística?

É fato que a feminização do jornalismo é uma realidade internacional (Silveirinha, 2001; Rocha & Dancosky, 2016; Souza, 2017; Sarmiento, 2018; Lelo, 2019; Lima & Mick et Al, 2022). Esta presença é claramente positiva para a construção de uma comunicação e sociedade mais democráticas. Entretanto, a literatura vem mostrando que apesar de sermos maioria, as desigualdades de gênero também operam dentro do campo profissional de várias formas: “desde a disparidade salarial, passando pelas condições de trabalho desiguais, acesso obstruído a posições de destaque na carreira, períodos mais extensos de desemprego, até incidir nas rotinas produtivas permeadas por assédios e desrespeito” (Lelo, 2019, p.3).

No Brasil, a realidade, infelizmente, está longe de ser a ideal. O estudo intitulado ‘Perfil do Jornalista Brasileiro 2021’¹⁸, realizado pela Universidade Federal de Santa Catarina, confirma que as mulheres (58%) são maioria entre os profissionais, sendo estas majoritariamente brancas (68,4%), solteiras (53%), tendo até 40 anos. Comparado com os dados de uma pesquisa da Federação Nacional dos Jornalistas no Brasil (Fenaj), de 2013, (Sarmiento, 2018, p. 187) onde constatava que 64% dos profissionais de jornalismo são mulheres, houve uma queda de 6 pontos percentuais. Por outro lado, houve um crescimento de 23% em 2012 para 30% em 2021, de pessoas negras jornalistas no Brasil. Lima (2022) atribui este crescimento a uma “combinação entre cotas nas universidades, ações por mais diversidade no mercado e autoidentificação impulsionada pelo avanço das lutas antirracistas na sociedade na última década”.

Da mesma forma, a cultura jornalística ou o campo jornalístico surge também como problemática para uma representação identitária nas redações. Aqui entendemos como campo “um sistema de relações sociais que estabelece como legítimos certos objetivos, que assim se impõem “naturalmente” aos agentes que dele participam” (Miguel & Biroli, 2008, p.25). A objetividade que preside à prática jornalística (Silveirinha, 2001), por exemplo, inviabiliza uma política de presença. Segundo esse valor jornalístico “as experiências profissionais, e sobretudo pessoais, do jornalista são irrelevantes: as suas histórias pessoais não entram no seu trabalho, as suas identidades não interessam” (p.22), o que interfere na produção ativista por parte dos/as profissionais.

Além disso, a precarização do trabalho demonstrada por Lima (2022) avançou na última década, com indicadores preocupantes e que geram instabilidade aos profissionais.

¹⁸ O relatório completo pode ser encontrado no link:

<https://perfildojornalista.paginas.ufsc.br/files/2022/08/RelatorioPesquisaPerfilJornalistas2022x2.pdf>

Disso é exemplo o vínculo trabalhista sem estabilidade e proteção sindical, bem como a jornada de trabalho com cargas diárias acima de 8 horas. Tais aspetos influenciam nas rotinas produtivas das redações e têm peso ainda maior no caso das mulheres, em razão da histórica divisão sexual do trabalho, que imputa a elas as tarefas domésticas.

Diante do apresentado, não podemos celebrar inteiramente a chamada feminização do jornalismo, ignorando que mesmo dentro deste campo o patriarcado mostra sua feia face. Por outro lado, também não vemos as mulheres e suas causas, que estão ausentes do campo comunicacional.

Uma das estratégias que permite às mulheres oporem-se ao discurso hegemônico que as invisibiliza é desenvolver a chamada “Mídia Alternativa”: “A história do feminismo está entrelaçada com a história da mídia alternativa” (Woitowicz e Pedro, 2010, p.2).

Os meios digitais ajudaram a ampliar esse campo, contribuindo para “tensionar as relações de poder e inserir determinadas demandas na agenda pública” (Woitowicz, 2019, p.69) e apresentar novos atores, até então quase invisíveis nas pautas dos grandes meios, como as mulheres negras e indígenas, o que permitiu trazer mais a perspectiva dos feminismos ao público leitor.

Ora, se a questão das “representantes e representadas” (Silveirinha, 2004) se coloca no jornalismo, ela coloca-se também, desde logo no próprio campo político, como veremos a seguir.

3.2 Representantes e representadas: o campo político

A historiografia e a literatura revelam que no passado e na atualidade da cidadania das mulheres brasileiras o capital político feminino manteve-se com um mesmo perfil. Como vimos, entre as precursoras, Alzira Soriano, utilizou do papel de mãe, a herança política familiar e sua posição social para conquistar o eleitorado e sua posição política. Ao reiterar os estereótipos de gênero, contestou o discurso opositor que repetidamente dizia que a inserção das mulheres na política destruiria a família brasileira. No entanto, reforçou também as características ditas femininas como estratégia de diferenciação para evitar o estranhamento dos eleitores.

Como ressaltou Biroli, arcar com o risco de se opor aos papéis pré-estabelecidos é uma jogada arriscada na política. Nota-se que outra precursora neste caminho, Carlota de Queiroz, também era da elite, letrada e mulher branca. E embora tivesse uma ótima relação com as feministas da época, nunca se reconheceu publicamente assim.

Bringhenti & Márquez (2020) avaliaram todas as mulheres que ocuparam uma cadeira na Câmara dos Deputados e, de 1933 até 2018, os resultados não surpreendem. A sub-representação feminina é evidente: apenas “466 mulheres que ocuparam/ocupam a cadeira legislativa durante toda a história da Câmara dos Deputados” (p.7) e, de entre elas, 426 são brancas (91,4%). É, pois, um grupo homogêneo que não representa a população brasileira. Além disso, o índice de escolaridade das mulheres ao longo da história se manteve alto - quase 90% delas possuíam diploma de graduação, convergindo com as primeiras mulheres que se elegeram no país.

Em relação às “representadas”, ou seja, à população de mulheres brasileiras, sabemos que elas constituem a maioria no país, totalizando 51,8%, segundo dados da PNAD¹⁹ Contínua (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua). Outro dado que vai na contramão dos/as representantes políticos é em relação a cor da população brasileira, uma vez que em 2019, se verificou haver uma maioria parda (46,8%).

Ainda nos cargos legislativos, poucas mulheres ocuparam cadeiras no Senado. A primeira mulher a conseguir tal feito, Eunice Michiles²⁰, tomou posse em 1979. Será interessante observar que a agência de notícias oficial deste importante órgão do Poder Legislativo da União descreve que os “parlamentares receberam a colega do sexo feminino com deferência e empolgação. Na cerimônia de posse, a novata foi presenteada com flor, chocolate e poesia”.

Os discursos dos pares são ainda mais interessantes de ser observados, por estarem impregnados de estereótipos: “Que Vossa Excelência seja muito feliz e possa aqui emprestar, com sua inteligência, sua sensibilidade, seu coração e sua beleza, a colaboração de que o Senado tanto necessita. A sua presença aqui é, para nós, motivo de enternecimento” disse o Senador Lomanto Junior, eleito pelo estado da Bahia (Agência Senado, 2019).

Eunice Michilis foi eleita pelo estado da Amazônia, embora fosse natural de São Paulo. Era uma mulher branca que começou sua carreira como professora de grupo escolar e posteriormente entrou na política elegendo-se Deputada Estadual pelo seu estado. Embora no seu discurso inaugural tenha se apresentado como “como uma “mulher simples, misto de dona de casa e política” (Agência Senado, 2019), a ex-senadora apresentou

¹⁹ Pesquisa produzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística (IBGE). Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101707_informativo.pdf

²⁰ Fonte: Agência Senado. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/1a-senadora-tomou-posse-ha-40-anos-e-foi-recebida-com-flor-e-poesia>

projetos contundentes com as pautas feministas. No entanto, em 8 anos de mandato não viu nenhum destes projetos aprovados por seus colegas.

A imprensa na época pautou a eleição inédita da primeira senadora do Brasil, no caderno de variedades, ao invés do político. De acordo com a Agência Senado:

“Os estereótipos femininos eram repisados o tempo todo pela imprensa. A revista Manchete publicou fotografias em que a nova senadora aparecia comprando feijão no supermercado, picando cebola na cozinha, aguando flores no jardim e até fazendo ginástica na sala de casa, trajando collant e polaina. Apenas repórteres mulheres eram recrutadas para escrever sobre a senadora”. (2019)

A ex-senadora abriu portas para outras mulheres. Após a redemocratização (1983) e até 2015, entre senadoras e suplentes, houve 68 mandatos mulheres no Senado, um número irrisório comparado aos homens, que totalizam 942 (Araújo, 2019, p.249). É importante ressaltar que este número contempla mulheres que foram reeleitas, ou seja, que ocuparam uma cadeira no Senado mais de uma vez. Como na outra casa parlamentar, elas possuem um nível escolar alto: 92,6% das senadoras deste período têm nível superior completo (Araújo, 2019, 251).

Em 2018, última eleição para os cargos do Senado, 11,5% das pessoas eleitas foram mulheres (Tabares et Al, 2021, p.70). Na totalidade, entre homens e mulheres eleitas, 75% declaram-se brancos, 19,2% pardos e 5,8% pretos, não havendo porcentagens amarelas (Tabares et Al, 2021, p.71). Não encontramos os dados de etnia designados apenas para as mulheres, mas percebe-se que ambas as casas legislativas brasileiras são compostas sobretudo por homens brancos.

Para os cargos executivos, a realidade não é muito diferente da parlamentar. Durante o mandato de 2017 a 2020, 640 prefeitas foram eleitas: “3% a menos que nas eleições de 2012”, apenas 1 delas governa uma capital brasileira, segundo dados divulgados pelo Instituto Alzira²¹ (p.18). Em termos de distribuição populacional, “as Prefeitas têm sob sua jurisdição somente 7% da população do país” (2018, p.23). As desigualdades raciais anteriormente abordadas se mantêm em termos gerais e entre as eleitas mulheres, sendo que 70,6% delas se declaram brancas. No quesito da escolaridade, “71% das mulheres possuem ensino superior completo, isso é válido para somente 50% dos homens” (Instituto Alzira, 2018, p.30).

²¹ Pesquisa intitulada Perfil das Prefeitas no Brasil – mandato de 2017 a 2020. Disponível em: https://oig.cepal.org/sites/default/files/perfil_das_prefeitas_do_brasil_2017-2020.pdf

Já para governar os estados da nação, a sub-representação feminina é ainda mais alarmante. Nas eleições de 2018²², apenas uma mulher foi eleita, Fátima Bezerra, do Partido dos Trabalhadores, no Rio Grande do Norte. De acordo com um levantamento realizado pela CNN²³, desde a redemocratização do Brasil, em 1985, apenas 8 mulheres foram eleitas governadoras, em comparação 158 homens se elegeram ao cargo. A publicação afirma também que a maioria delas tem ligações com figuras políticas masculinas. Embora a mesma reportagem aponte para metade do número de eleitas, 4 delas (Roseana Sarney, no Maranhão, eleita em 3 mandatos; Rosinha Garotinho, no Rio de Janeiro; Suely Campos, em Roraima; e Wilma de Faria, no Rio Grande do Norte) veem citações aos maridos e pais que já foram governadores dos estados em que elas foram eleitas.

Por último, vale a pena destacar que na história democrática do Brasil, 12 mulheres concorreram ao cargo da presidência, incluindo as quatro candidatas que estão agora em campanha eleitoral no Brasil: Simone Tebet, Vera Lúcia, Soraya Thronicke e Sofia Manzano - um número recorde de presidenciáveis mulheres na história do Brasil.

Em ordem cronológica, em 1989, a primeira mulher candidatou-se à presidência: Livia Maria Pio (Lima & Panke, 2017). Foi seguida de Thereza Ruiz, quase dez anos depois, em 1998 (Garcia, 2022). Duas eleições depois, Heloísa Helena e Ana Maria Rangel concorriam ao cargo em 2006; Marina Silva concorreu a três eleições seguidas (2010, 2014 e 2018) e Dilma Rousseff concorreu e foi eleita em 2010 e 2014. Luciana Genro também entrou na corrida presidencial em 2014. Já nas últimas eleições, inicialmente havia três candidatas: Manuela D'Ávila e Vera Lúcia e Marina Silva, mas a primeira desistiu da corrida para concorrer como vice do candidato Haddad.

Entre todas essas mulheres, apenas uma conseguiu se eleger: Dilma Rousseff que, no segundo mandato, sofreu um *impeachment* e não concluiu seu mandato.

Várias pesquisas acadêmicas dedicaram seu olhar a esta mulher, em diferentes períodos de sua carreira política, bem como a as outras mulheres presidenciáveis, embora em menor número. No próximo subtítulo, abordaremos os resultados encontrados por estas pesquisas, que demonstram como tende a ser a representação das mulheres políticas através das notícias.

²² Dados do Tribunal Superior Eleitoral do Brasil. Disponível em: https://sig.tse.jus.br/ords/dwapr/seai/r/sig-eleicao-resultados/resultado-consolidado?p19_menu=ELEITOS&clear=RP&session=2866541371298

²³ O levantamento pode ser acessado através do link: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mulheres-representam-17-das-223-candidaturas-aos-governos-estaduais/>

3.3. Desvendando os véus patriarcais presentes nos noticiários brasileiros

Miguel e Biroli (2008) analisaram o período pré-eleitoral, eleitoral e pós-eleitoral das eleições de 2006. Optaram como objeto de análise, três telejornais noturnos brasileiros de emissoras diferentes: o Jornal Nacional da rede Globo, o Jornal da Record, e o Jornal do SBT. Além disso, debruçaram-se também sob três das revistas semanais de maior circulação no país: a Veja, Época e a Carta Capital (p.27). Os autores optaram por análises quantitativas e qualitativa, como aa análise de discurso.

Os resultados apresentados mostram que 20,6% do espaço nas revistas, de forma geral, é dedicado à política brasileira. Têm pouca variação quando analisadas de forma separada, sendo que a Veja concede mais espaço (24,6%) ao tema, sendo seguida da revista Época (19,3%) e da Carta Capital (16,8%) (Miguel e Biroli, 2008, p. 28). O tema da política é, em todas as revistas, o segundo mais abordado nas edições, sendo que em todas elas lideraram a temática 'Variedades', inclusive durante o período eleitoral.

Tal informação é importante, inclusive para percebermos o valor notícia dedicado ao assunto e a representação dos atores políticos nestas revistas noticiosas. Partindo deste ponto, na análise dos personagens de forma geral em todas os cadernos das revistas, verificou-se que 80,4% eram homens e 19,4% mulheres (2008,p.31). Mais do que isso, “auando se trata apenas do noticiário político, essa diferença se acentua: de um total de 13001 personagens, 89,9% são do sexo masculino, contra apenas 10,1% do sexo feminino” (Miguel e Biroli, 2008, p.31).

Dentre estas personagens, alguns nomes ganham maior visibilidade. Heloísa Helena, que como vimos era então candidata à Presidência da República, aparece em primeiro lugar entre as mulheres, sendo a 20^a personagem mais citada no geral. A ministra Marta Suplicy, aparece em segundo lugar, com 61 citações e a ministra da Casa Civil. Neste período, Dilma Rousseff é a terceira mulher mais citada (2008, p.31). Quanto ao quesito de visibilidade acompanhada por foto, nas capas das revistas acompanham a presença desproporcional entre homens (87,8%) e mulheres (11,0%).

No que tange aos telejornais, a predominância de personagens masculinos permanece, sendo que a categoria 'política brasileira' “é a única em que a concentração dos homens é substancialmente maior que a das mulheres”. Além disso, nesta categoria, apenas 9,8% das inserções aparecem personagens não-brancos. No noticiário exclusivamente político, a diferença de gênero dos personagens nos jornais televisivos demonstra a invisibilidade das mulheres: “em 67, 9%, das inserções não aparecem nenhuma personagem feminina”.

Heloísa Helena, então candidata à presidência novamente, é a personagem feminina que mais aparece (31,1%) nas inserções que trazem mulheres políticas. É seguida da senadora Serys Slhessarenko, da candidata ao governo do Rio de Janeiro, Denise Frossard, Roseane Sarney, Dilma Rousseff e Maria Rangel (Miguel e Biroli, 2008, p.37). Em relação à voz das mulheres no noticiário televisivo, as mulheres novamente têm menos “acesso à voz do que os homens no noticiário político” (2008,p.37).

A pesquisa de Miguel e Biroli (2008) apresenta dados semelhantes na análise das revistas de maior circulação no país e dos telejornais noturnos, os quais sem dúvidas estão entre as maiores fontes de informação da população brasileira. Em ambos os meios de comunicação, de diferentes empresas, a presença das mulheres, quando comparada à dos homens, não alcança nem os 30% designado na lei de cotas, para candidaturas femininas. Nas revistas, elas são visíveis em 19,6% do total, e nos telejornais em 22,8% das inserções.

Além da invisibilidade das mulheres nos noticiários, e da visibilidade seletiva (a presença concentrada em candidatas no período eleitoral), a análise qualitativa das revistas demonstra que “a presença feminina nos noticiários é acompanhada por estereótipos e compreensões marcadamente redutoras sobre a participação política feminina” (Biroli, 2010, p.55).

Esta concentração gerou um segundo artigo, publicado por Biroli (2010), com foco nas mulheres que mais apareceram nas revistas brasileiras: Heloísa Helena, Dilma Rousseff e Marta Suplicy (na análise do mesmo período 2006/2007). Os resultados nos permitem visualizar como os noticiários representavam a ex-presidente Dilma Rousseff antes da sua eleição e de concorrer como candidata à presidência. Além disso, a presença do ex-ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, também é analisada, o que proporciona um comparado de gênero na análise da representação das personagens políticas no noticiário.

Dentro do período analisado, a única vez em que foi mencionada a palavra ‘feminismo’, ela esteve ligada à personagem de Dilma Rousseff, numa reportagem da revista Carta Capital, referindo-se ao encontro da então Ministra, com a presidente do Chile, Michelle Bachelet. O encontro é intitulado como “Jogo de Damas”. De acordo com Biroli (2010), a matéria:

“publicada no dia 19/04/2006, Dilma seria uma “figura complexa”:
“é durona, mas feminina. Sem ser feminista”. A essa afirmação se segue de que “tem um temperamento forte e é tida como uma negociadora

intransigente e técnica, associando à ministra o rótulo de “Dama de Ferro” (p.60).

A imagem de Heloísa Helena, então candidata à presidência, é da mesma forma construída com adjetivos contrastantes: “de um lado, o radicalismo está associado a uma postura de “Cabra-macho”” (2010,p.60), enquanto também são reforçadas características “ideais” femininas, como a sensibilidade. Com Marta Suplicy, as representações não são diferentes.

Quando essas mulheres são comparadas com personagens masculinas, percebemos como os estereótipos são limitadores do campo político para novos atores. Afinal, as revistas quando descrevem Thomaz Bastos na variável personalidade, destacam “racionalidade e astúcia” (p.61), como características predominantes. As associações que estão presentes nas representações são derivadas das estereotipadas de masculinidade. No comparado entre o Ministro e as outras três mulheres visíveis nas revistas, aparecem para elas as características sobre o seu corpo e a família, , enquanto em nenhuma das matérias ligadas a Thomaz Bastos esses mesmos aspetos estão presentes.

Outra perspectiva interessante constatada na pesquisa é que, no período em que Dilma Rousseff se torna-se provável candidata à presidência, em 2008, ela ganha mais visibilidade. Da mesma forma, “suas representações são mais marcadas pela problemática de gênero e a relação entre competência pública e feminilidade se estabelece de forma mais clara” (Biroli, 2010, p.62).

Cabe ainda ressaltar a espetacularização do tratamento contra um câncer do sistema linfático, vivido por Dilma, em 2009. Em matéria publicada pela revista *Veja*, intitulada “O câncer no palanque”, se insinuava “que o governo Lula (PT) tentava transformar um assunto delicado, a doença de sua possível sucessora Dilma Rousseff, em trunfo para a campanha presidencial de 2010”. Da mesma forma, jornais e revistas deram espaço em agenda temática para a aparência física da presidente durante o tratamento, com especial atenção ao uso da peruca que usou em razão da perda de cabelos durante a quimioterapia (Fernandes, 2012, p. 78 /79).

A literatura a partir deste período retrata bem que o percurso político trilhado por Dilma Rousseff, a partir do momento que o seu nome foi cotado em diante, é carregado de estereótipos e ataques. Como a ex-presidente adjetivou em seu discurso pós *impeachment*: “o machismo e a misoginia mostraram suas feias faces”.

Nas eleições de 2010, por exemplo, os comentários sobre a sua personalidade se intensificam, contrastando com papel “habitual” feminino meigo e reforçando que “até

mesmo Ministros teriam queixado ao Presidente Lula quando ela era Ministra da Casa Civil reforçou a sua representação de uma mulher “mandona” (Lima, 2020, p.260).

Um dos pontos que foi explorado constantemente no jornalismo brasileiro diz respeito ao ativismo de Dilma Rousseff, durante a ditadura militar no Brasil. Fernandes (2012), destaca um trecho de uma matéria publicada na *Revista Época*, que inclusive teve destaque na capa, onde se dizia:

“de 1967 a 1972, a militante Dilma Vana Rousseff (ou Estela, ou Wanda, ou Luiza, ou Marina, ou Maria Lúcia) viveu mais experiências do que a maioria das pessoas terá em toda a vida. Ela se casou duas vezes, militou em duas organizações clandestinas que defendiam e praticavam a luta armada, mudou de casa frequentemente para fugir da perseguição da polícia e do Exército, esteve em São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, adotou cinco nomes falsos, usou documentos falsos, manteve encontros secretos dignos de filmes de espionagem, transportou armas e dinheiro obtido em assaltos, aprendeu a atirar, deu aulas de marxismo, participou de discussões ideológicas, trancada por dias a fio, em “aparelhos”, foi presa, torturada, processada e encarou 28 meses de cadeia” (Revista Época, edição 639, de 14 de agosto de 2010. Citada por Fernandes, 2012, p.80).

Vale, no entanto, a pena dizer que a ex-presidente nunca esteve passiva diante dos ataques. Pelo contrário, costumava expor como eles vinham carregados de preconceito. Em seu blog, em 2010, Dilma Rousseff rebatia as críticas dizendo: “Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro” (Lima, 2020, p. 261). Entretanto, a sua postura de nada adiantou, uma vez que se ampliaram os comentários em relação à personalidade da ex-presidente, inclusive questionando a sua orientação sexual (2020, p. 261).

No período pré-eleitoral, as representações ligadas à ministra Dilma Rousseff são contrários aos “papéis femininos”. Aí, pelo contrário, encontramos “traços de rispidez, austeridade e agressividade, caracterizando uma imagem de sujeito-político-mulher, com potencialidades masculinas” são reiterados em diversos meios de comunicação (Barbara, 2010,p.76).

Apesar de todas as representações vinculadas à ex-presidente, o período eleitoral do pleito elegeu pela primeira vez uma mulher a Presidência do Brasil, em 2011. Neste período, a visibilidade, especificamente sobre a presidente é, finalmente, constatada. Numa pesquisa que envolveu a análise de conteúdo das capas dos jornais, Folha de São Paulo, O Globo e

Estadão, verifica-se que “houve um destaque considerável para o Governo Dilma na mídia impressa, uma vez que cerca de um terço das manchetes dos jornais, ao decorrer de um ano, tratava sobre este governo” (Araújo, 2017, p. 125).

No Correio Braziliense, outro jornal de alta tiragem do país, a reportagem intitulada “O ano em que elas ganharam o mundo”, enaltecia os avanços cívicos femininos, ao mesmo tempo que apresentava críticas dos movimentos feministas ao primeiro ano de governo da ex-presidente (Palacios et Al, 2021, p.209).

No final do seu primeiro mandato e início do segundo, as críticas que até então já eram frequentes se intensificam (Palacios et Al, 2021, p.209).

Vale a pena ainda, comentarmos que sabemos que também alguns homens governantes são alvo de críticas pelos media. Mas, diferentemente do que vimos até agora, não é o seu género que aparece como elemento central nos comentários, notícias e juízos de valor que das notícias analisadas pela literatura. Por exemplo, em 2014, no final do primeiro mandato da ex-presidente, uma reportagem da Folha de São Paulo, intitulada “Quem manda sou eu”, tece críticas a Dilma Rousseff, por ela ter delegado cargos importantes do seu governo para um número significativo de mulheres, além de zombar do termo ‘presidenta’, que Dilma utilizava para referir-se a si (Palacios et Al, 2021, p.208).

O uso de charges e fotografias, também foram analisados por pesquisadores para compreender as representações produzidas pelos media sobre a ex-presidente. Uma charge publicada pelo jornal Folha de São Paulo, sobre o marco histórica da chegada da primeira mulher à presidência, com o título “Novos Tempos”, mostra Dilma rodeada por homens de saia e salto-alto, enquanto ela veste calças, referindo-se a “mudança de papeis, a partir dali as mulheres assumem o comando, enquanto os homens as obedecem” (Parnaíba, 2014, p.141).

No que tange às fotos, a análise da imagem da reportagem “Uma presidente fora de si”, produzida pela revista *Istoé*, traz Dilma “com os braços para cima, de costas e caminhando na direção contrária ao fotógrafo por um corredor externo do Palácio Presidencial” (Gomes, 2021, p.136), em abril de 2016, o momento de auge da crise do seu governo e que desencadearia no seu *impeachment*. A foto vem acompanhada da seguinte legenda: “Descontrole: a presidente se entope de calmantes desde a eclosão da crise. Os medicamentos nem sempre surtem efeito, atestam seus auxiliares” (Pardellas, 2016. Citado por Gomes, 2021, p. 136).

Se as palavras escolhidas pela revista para legendar a foto causam indignação, a análise semiótica da imagem não gera significados diferentes. De acordo com Gomes

(2121), pode-se interpretar que “Dilma está sozinha e sem apoio”, além de que “na imagem Dilma não parece pertencer ao Palácio, visto aqui como um símbolo local político” (p.136).

Seja nas imagens ou através das palavras, após a segunda eleição de Dilma Rousseff, e de forma mais sutil no fim do seu primeiro mandato, a literatura constata uma constante e crescente deslegitimação da sua autoridade nos media, com uso de diversos recursos comunicacionais e uma clara violência política de gênero contra a ex-presidente. Nas ruas, o ódio à mulher que um ano antes havia democraticamente conquistado mais um pleito também passou a ser constante.

Dito isso, acrescentamos que as manifestações populares são mecanismos sempre democráticos, em qualquer governo. No entanto, neste caso, o gênero foi novamente o elemento central dos protestos. Por exemplo, “foi surpreendente a circulação pelas redes sociais de imagens de montagens feitas com o corpo da ex-presidenta, em que ela aparece de pernas abertas” fazendo uma clara alusão ao estupro. Na imprensa, as pesadas críticas não se reduziram apenas à presidente, mas às mulheres de forma geral.

Vale aqui ressaltar que todo o processo político de *impeachment* foi pautado pelos media: as votações nas Câmaras tiveram cobertura ao vivo da televisão e os jornais diários destacavam em suas capas, passo a passo, o procedimento político. As votações do parlamento foram igualmente perturbadoras.

Com efeito, os deputados e senadores antes da votação poderiam proferir palavras que justificassem seus votos. O jornal G1²⁴, fez um levantamento das palavras mais utilizadas pelos parlamentares. Entre elas estão: Deus (58 menções, proferidas por cerca de 10% da casa); Família (o termo foi referido mais de 110 vezes, cerca de 72 parlamentares usaram a família para justificar seu voto); Golpe (usado sobretudo por aliados da presidente para se referir ao processo de impeachment, foi mencionado 96 vezes, por 57 parlamentares), entre outros, que nada revelam sobre crime, ou deslegitimassem a presidente democraticamente eleita. Pelo contrário, estes termos refletem apenas os enraizados preconceitos de gênero que estão presentes historicamente no Brasil.

Vale ainda destacar alguns dos discursos proferidos naquele dia. Entre eles, o do atual presidente da República do Brasil, que até então era um deputado sem muita projeção nacional, com exceção do caso de misoginia e violência política praticado contra uma colega

²⁴ O levantamento pode ser conferido através do link: <https://g1.globo.com/politica/processo-de-impeachment-de-dilma/noticia/2016/04/deus-filhos-veja-os-terminos-mais-citados-na-votacao-do-impeachment.html>

no Congresso. De acordo a Folha de São Paulo²⁵, antes de proferir voto a favor do *impeachment* de Dilma Rousseff, Jair Bolsonaro disse:

“Nesse dia de glória para o povo, tem um nome que entrará para a história. Parabéns, presidente Eduardo Cunha. Perderam em 1964 e agora em 2016. Pela família e inocência das crianças que o PT nunca respeitou, contra o comunismo, o Foro de São Paulo e em memória do coronel Brillhante Ustra, o meu voto é sim!” (Deputado Jair Bolsonaro, no Congresso Nacional, no dia 17 de abril de 2016, citado pelo Jornal Folha de São Paulo).

Todos estes acontecimentos, discursos e imagens estão carregados de simbolismo. É inegável que uma mulher ocupando o mais alto cargo de poder político de um país gerou confronto com os ideais patriarcais que governaram durante toda a história. No entanto, o Brasil experimentou consequências para além da deposição da ex-presidente. Por exemplo, após o que chamamos de *golpe*, os números de brasileiras eleitas vêm caindo (Palacios et Al, 2021, p.201). O governo, de Jair Bolsonaro teve apenas 3 mulheres como Ministras de Estado.

Antes de partirmos para a análise dos meios na cobertura das eleições que estão a decorrer no Brasil, importa ainda fazer uma referência ao relatório Global Media Monitoring Project (GMMP) 2020²⁶, que é a maior ferramenta de monitoramento de gênero e media, de caráter global, para compreender não só a visibilidade nacional das mulheres nos media, durante a gestão de Bolsonaro, mas também a forma que elas são representadas.

3.4 O Global Media Monitoring Project: a invisibilidade ao longo do tempo

O GMMP surgiu a partir da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres. Desde então, a cada cinco anos o projeto proporciona um monitoramento global, onde analisa as notícias de um dia aleatório nos maiores meios de comunicação em mais de 120 países. O objetivo é promover o debate público sobre equidade de gênero e reafirmar os compromissos assumidos na Declaração e Plataforma de Ação da Conferência Mundial realizada em 1995.

Embora o Brasil não tenha integrado o projeto em algumas edições passadas, o último monitoramento foi possível graças ao esforço coletivo de investigadoras/es, com voluntários/as das 5 regiões do Brasil e algumas em Portugal. Os dados apresentados são

²⁵ A matéria com as justificativas de diversos atores políticos pode ser lida através do link:

²⁶ GMMP 2020 em <https://whomakesthenews.org/gmmp-2020-final-reports/>.

importantes para compreendermos a relação entre nossa tríade - as mulheres, os media e a política - durante a gestão de Jair Bolsonaro. Além disso, nos permite visualizar as assimetrias na representação das mulheres pelos media de forma geral.

Logo no prefácio do relatório do GMMP 2020 Brasil somos contextualizados sobre a relação conflituosa enfrentada pela imprensa, durante a gestão do atual governo, que se dividia entre “informar sobre o coronavírus com o dever de dar visibilidade à crise política, econômica e institucional derivada das decisões políticas e governamentais do presidente Jair Bolsonaro, consideradas insuficientes para fazer frente ao momento de extrema fragilidade social da população”. Mas, além da cobertura política (incluindo a questão de saúde pública) e econômica sobre o grave momento vivenciado por todos os brasileiros, o esporte e assuntos variados como celebridade e cultura também “ocuparam importante espaço entre os diferentes noticiários”.

Foram analisados os media impressos, radiofônicos, televisivos e digitais (incluindo o twitter), de diferentes grupos econômicos (embora boa parte dos media no Brasil pertençam às mesmas empresas). A metodologia GMMP divide as notícias em 10 grandes temas “que, por sua vez, são compostos por subtemas como “Mulheres políticas, candidatas eleitorais”, “Emprego” ou “Assédio sexual contra mulheres, estupro, abuso sexual, #MeToo #TimesUp”, como explica o relatório. Na sua sexta edição (2020), em razão da Covid-19, as notícias analisadas que se referiam à pandemia também foram codificadas.

Os dados nacionais e globais mostram as desigualdades de gênero no conteúdo noticioso produzido pelos media, o que converge com todas as pesquisas e delimitações teóricas que apresentámos no segundo e terceiro capítulo desta dissertação, demonstrando que as mulheres não são invisíveis apenas no noticiário político, mas no todo. Em termos globais, foram mais de 30.000 materiais jornalísticos analisados, verificando-se que as mulheres são apenas 25% dos sujeitos e fontes nas notícias mundiais. Entre as pessoas especialistas em saúde pública que têm voz na notícias, as mulheres são 27% das fontes apresentadas na cobertura da crise pandêmica.

Em termos globais – isto é, no que toca à soma de todos os países analisados em diferentes regiões do mundo -, em relação à temática “Política e Governo”, apenas 20% das notícias apresentam mulheres como sujeitos e fontes. Além disso, apenas 3% das histórias desafiam os estereótipos de gênero, exatamente o mesmo dado encontrado há 15 anos atrás pelo GMMP.

No Brasil, os dados apresentados mostram que o desafio da visibilidade e representatividade feminina nos media não são diferentes. De acordo com o monitoramento

brasileiro, as mulheres são 19% dos sujeitos das notícias com ocupação política. Devemos levar em conta que o GMMP Brasil também mostrou que, durante o período analisado, o tópico 'Política e Governo' foi o mais abordado pelos media tradicionais (rádio, TV e jornais impressos) sendo neste tópico também que aparecem o maior número de mulheres, em termos gerais.

Comparando os dados com Portugal, por exemplo, os dados mostram que ainda há muito a ser feito, visto que no monitoramento português elas representam 31% das fontes e pessoas com ocupação política, o que é uma presença "significativa relativamente à referência a outras ocupações profissionais", acrescenta o relatório GMMP Portugal 2020 .

Em todos os diferentes meios brasileiros analisados, as mulheres são minoria como fontes e sujeitos nos noticiários analisados: nos jornais impressos (Folha, Estadão, O Globo, Zero Hora, Correio Brasiliense), elas são apenas 27%. No rádio elas são 26%, na televisão 28%, nos portais digitais 27% e no Twitter 31%. Como podemos ver pela variação quase insignificante entre os meios, a representação das mulheres é um desafio generalizado nos media.

Além disso, outro indicador revela os estereótipos de gênero presentes nas notícias: a identificação das mulheres a partir das relações familiares. Os dados apresentados pelo GMMP Brasil apontam que 28% delas foram apresentadas através de uma ligação aos seus familiares. Este é um fator importante que se relaciona como diferencial eleitoral para as pioneiras políticas na história do Brasil, tal como vimos no primeiro capítulo, além de estar intimamente ligado às fronteiras patriarcais que limitam a presença das mulheres no espaço público. Como esperado, apenas 8% dos homens políticos foram referidos como tendo ligações à família apresentadas.

Quanto às notícias que desafiam os estereótipos de gênero, fator importante como vimos no capítulo dois? para reivindicar novos papéis e visibilidade às mulheres nos media e na sociedade, os dados ampliam a dificuldade de desvendar os véus patriarcais presentes. Na categoria 'Política e Governo', por exemplo, 0% do material jornalístico enquadrava-se neste indicador, o que demonstra a falta de problematização presente nos media.

Além disso, nas perguntas específicas em relação ao Brasil, as/os investigadoras/es buscaram enquadrar pontos importantes e abordados por nós anteriormente: minorias étnicas, a vulnerabilidade econômica e a orientação sexual das mulheres apresentadas. Infelizmente, os indicadores convergem com toda a história da cidadania narrada neste trabalho. Entre as 903 pessoas identificadas nos jornais, por exemplo, apenas 2 são identificadas em vulnerabilidade econômica: os demais elementos codificadores nem sequer

aparecem. Ou seja, a visibilidade nos meios ainda pertence às elites sociais, reforçando o padrão heteronormativo e ignorando a maioria étnica do País (parda e negra).

Capítulo 4 – Análise da imprensa: as mulheres políticas no período pré-eleitoral

“Brasil: 8,5 milhões km². Nove países vizinhos. 212 milhões de pessoas - quatro milhões mais de mulheres do que homens. Um estupro a cada 8 minutos. Penúltimo lugar na América Latina na representatividade feminina na política. 441.691 vidas perdidas para a pandemia... e a contar. 1.314 mulheres mortas pelo fato de serem mulheres em 2020. Marielle para sempre.” (Global Media Monitoring Project 2020, Brasil - Nacional Report, Prefácio)

Diante da revisão da literatura que nos deu, nomeadamente, importantes dados sobre o lugar das mulheres na política brasileira, retornamos ao contexto eleitoral, colocando a hipótese de que a necessidade de visibilidade e presença feminina torna-se ainda mais presente neste contexto específico. Afinal, como ocupar cargos de liderança política se nem sequer somos agentes visíveis nos demais setores sociais?

De acordo com a agência oficial do Senado²⁷, na atual campanha eleitoral, o pleito deste ano bateu recordes de candidaturas femininas, totalizando 9.353 candidatas, ou 33,3% dos registros. São, pois, nossas perguntas de investigação:

1. Qual a visibilidade das mulheres candidatas ao pleito os cargos da Câmara dos Deputados, do Senado, governo dos estados e Presidência na cobertura eleitoral?
2. Como são elas representadas?

Partimos, pois, para a análise dos media para responder estes questionamentos. No entanto, antes de apresentar nossa metodologia de pesquisa, cabe acrescentar que o Brasil enfrenta hoje uma disputa eleitoral polarizada e o tema ‘política’ está presente de forma generalizada na vida dos brasileiros. Dito isso, vamos observar como se fez, no período analisado, a cobertura deste momento democrático.

4.1 Metodologia

De modo a podermos responder às perguntas acima, recorreremos aos métodos de análise de conteúdo (quantitativa) e procedemos a uma análise textual e visual (qualitativa).

²⁷ Agência Senado: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2022/08/26/candidaturas-femininas-crescem-mas-representacao-ainda-e-baixa>

Relativamente à primeira, a codificação tem como base algumas das análises de conteúdo apresentadas anteriormente (Miguel e Biroli, 2008; Biroli, 2010; Araújo, 2017; GMMP 2020; entre outros), o que não só valida nosso método, como também nos permite uma comparação temporal dos resultados.

No que toca à análise qualitativa, trata-se de fazer, de modo exploratório, à semelhança do que faz o GMMP, a análise de uma matéria que traz personagens mulheres políticas de forma central, ou seja, como o foco principal da notícia. Como vimos anteriormente, a visibilidade por si só não significa que as barreiras históricas que limitaram as mulheres do espaço público estejam sendo derrubadas. Precisamos de olhar para como estas mulheres são representadas através dos discursos para compreender se os estereótipos e demais mecanismos que mantêm o ‘teto de vidro’ das mulheres no campo político estão ou não presentes. Metodologicamente, também aqui, recorreremos à base bibliográfica anteriormente apresentada (Fernandes, 2012; Lima, 2020; Barbara, 2010; Palacios et Al, 2021; entre outros) que nos inspirou a olhar para o discurso e perceber se eles carregam as marcas patriarcais presentes desde antes da imprensa, nos textos que iam além-mar informar sobre as terras brasileiras.

4.2 A Invisibilidade das mulheres no contexto eleitoral: Análise de conteúdo

Neste ponto, focamos dois dos jornais impressos com maior tiragem no Brasil: *Folha de São Paulo* e *Estadão (O Estado de São Paulo)*. Em termos de circulação nacional, de acordo com dados divulgados pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC)²⁸, eles ocupam o primeiro (*Folha*) e o terceiro (*Estadão*) lugar no País. Além disso, ambos os jornais são objetos de análise da literatura anteriormente apresentada (Parnaíba, 2014, GMMP Brasil 2020), o que nos permite comparar dados e compreender a evolução ou retrocesso da visibilidade das mulheres políticas ao longo do tempo.

O recorte temporal para a análise situa-se nas duas primeiras semanas do mês de agosto de 2022, entre os dias 1 e 16. A escolha deste período foi feita em razão do Calendário Eleitoral Brasileiro²⁹, visto que, durante este período, acontecem todos os principais eventos partidários para a composição dos candidatos e candidatas que irão concorrer ao pleito. A partir do dia 16 de agosto, os/as candidatos/as já podem legalmente iniciar as campanhas eleitorais.

²⁸ É possível acessar os dados divulgados pelo Instituto através do link: <https://ivcbrasil.org.br/#/home>

²⁹ O Tribunal Superior Eleitoral, o órgão responsável por administrar o processo eleitoral, divulga todas as datas relativas ao período de campanha em seu site: <https://www.tse.jus.br/eleicoes/calendario-eleitoral/calendario-eleitoral>

O primeiro turno de votação acontecerá no dia 02 de outubro. Denominamos, portanto, este recorte como “período pré-eleitoral”, em função da legislação e seu calendário.

A recolha do corpus de notícias foi feita através do acervo digital de ambos os meios que disponibilizam os jornais que circularam de forma impressa. No total, foram recolhidos 32 jornais, 16 de cada. Após esta fase, mapeamos todo o material jornalístico por meio de uma ficha de codificação. Para cada notícia, coluna ou artigo, preencheu-se a respetiva ficha de codificação num total de 4053 materiais noticiosos analisados distribuídos pelas diferentes temáticas, como mostra a tabela 1, abaixo.

	Estadão	Folha	Total
	N=	N=	N=
Política	610	1049	1659
Fait Divers/Variedades	374	343	717
Economia	339	169	508
Internacional	137	190	327
Saúde Pública	94	86	180
Cidades	68	102	170
Esportes	97	71	168
Ciência e Tecnologia	40	78	118
Polícia	21	44	65
Educação	19	29	48
Ecologia/Meio Ambiente	12	28	40
Segurança Pública	8	23	31
Lições de Vida	10	6	16
Outros	3	3	6
	1832	2221	4053

Tabela 1: Número de peças jornalísticas analisadas por temática

4.3 Temáticas

A nossa análise seguiu a estratégia de não recortar apenas a editoria de Política, para termos uma visão ampla da visibilidade das mulheres no espaço público dentro da cobertura dos media. Afinal, reconstruímos nesta dissertação os laços históricos que amarram as mulheres ao espaço privado e descrevemos suas lutas para reivindicar espaço e voz no espaço público. Como vimos, neste ponto, a imprensa teve um papel fundamental.

As mulheres não eram visíveis como personagens ativos sociais - e muito menos as suas pautas - nos grandes meios que circulavam, sendo necessário a criação de jornais alternativos feitos por e para mulheres para que elas apresentassem suas demandas. As pesquisas apresentadas no capítulo anterior reiteram estes mesmos desafios.

Além disso, levamos em conta a atual conjuntura política brasileira que inegavelmente conta com a participação plural de diversos setores sociais no debate eleitoral atual, em razão da polarização marcada pelo favoritismo dos dois candidatos à Presidência que defendem ideais opostos. Vemos, por exemplo, que encontramos personagens políticos, tanto citados no noticiário esportivo como no editorial cultural ou mesmo outros. Mais à frente debateremos estes pontos. Na ficha de codificação, de forma inicial, o material foi categorizado em 14 temas gerais (tabela 2), sendo que a categoria 'política brasileira' foi subdividida em 11 diferentes pontos (tabela 3). De notar novamente, como já foi referido, que a codificação das temáticas foi adaptada de Miguel e Biroli (2008).

Tabela 2: Categorias temáticas

1. Cidades:	curiosidades históricas, direitos do consumidor, trânsito, transporte coletivo, greves municipais, estaduais, etc.
2. Ciência e Tecnologia:	Pesquisas académicas, novidades tecnológicas etc.
3. Ecologia/Meio Ambiente:	curiosidades sobre espécies, espécies ameaçadas, preservação ambiental, etc.
4. Economia Brasileira:	Novidades do mercado económico brasileiro, inflação, impostos, dívida pública, ações nacionais, desemprego, etc.
5. Educação:	inovações na educação, dados sobre desempenho escolar, vagas nas instituições de ensino, curiosidades sobre o ensino, etc.
6. Esportes:	Diversas modalidades esportivas.
7. Internacional:	Todas as notícias, inclusive políticas (que não envolva a política externa nacional), que aborda outros países.
8. Polícia:	Crimes (não envolve crimes eleitorais e políticos).
9. Saúde Pública:	Vacinação, dicas de saúde, direitos trabalhistas de profissionais da saúde, epidemias, etc.
10. Segurança Pública:	Vendas de armas legais, relatórios de criminalidade, políticas de segurança pública, dicas de proteção contra crimes, etc.
11. Variedades:	Vida de celebridades, curiosidades gerais, eventos culturais, fofocas, indústria cultural, etc.
12. Lições de vida:	Pessoas que superaram dificuldades, pessoas que são 'exemplos para a sociedade etc.
13. Outros:	Quando não conseguir categorizar nas demais (evitada ao máximo).
14. Política brasileira:	Separada em outras 11 categorias, vide tabela 3.

Tabela 3- Subdivisão da codificação da temática “política brasileira”

Política Brasileira	
1. ELEIÇÕES 2022 - RESULTADO DE PESQUISAS:	Pesquisas referentes ao pleito de 2022 (polarização, candidatos à frente na disputa, etc.
2. ELEIÇÕES 2022 - CURIOSIDADES E SERVIÇOS:	Informações sobre o processo eleitoral para o eleitor, por exemplo: quais são os cargos eletivos, quais são os dias de votação, qual a declaração fiscal dos candidatos etc.
3. ELEIÇÕES 2022- DEBATE ELEITORAL:	Falas dos candidatos, eventos de campanha, debates, propostas e outras ações que envolvam a campanha eleitoral.
4. AÇÕES DO GOVERNO FEDERAL	Tudo que envolva o pleito do executivo federal, suas pastas e órgãos.
5. AÇÕES DO PODER LEGISLATIVO:	Propostas legislativas, ações que envolvam o Congresso Nacional e os debates do parlamento.
6. AÇÕES DO PODER JUDICIÁRIO:	Decisões dos tribunais, especialmente os superiores, bem como eleição dos seus membros e suas ações.
7. ESCADÂLOS POLÍTICOS:	Denúncias ou investigações de atos ilícitos cometidos por atores políticos.
8. HISTÓRIA E CURIOSIDADES:	Fatos da História brasileira que envolva política, bem como curiosidades da política nacional.
9. MOVIMENTOS SOCIAIS E SOCIEDADE CIVIL:	Ações de movimentos sociais diversos e da sociedade civil.
10. VIDA PARTIDÁRIA	Ações da vida partidária dos partidos.
11. OUTROS/MIX:	Algo relacionado com política que não envolva os tópicos anteriores, ou envolva mais de um deles (só usar se necessário)

4.4 Pessoas citadas, fontes e sujeitos/as

Além das temáticas, também se codificou, como nas pesquisas anteriores, mulheres e homens como sujeitos e fontes das notícias. Aqui, o critério para a variável foi a referência aos nomes das personagens no material noticioso, independente de se elas surgirem como fontes (isto é, se têm voz) ou se são citadas por outros/as personagens. Em cada material assinalamos, então, se na notícia há personagens homens, mulheres e/ou pessoas trans. Caso não haja, assinalamos a categoria ‘nenhum’.

Justificamos esta escolha porque este trabalho busca opor-se aos estereótipos de gênero e aos papéis historicamente distribuídos por eles. Por isso, optamos por renunciar a termos generalistas, que (re)produzem uma visão hegemônica do que é “ser mulher” ou “ser homem”. Foram categorizados em ‘nenhum’, quando termos gerais como “mulheres”, “homens”, “senadores” ou “militantes” foram apresentados para referir-se às pessoas das notícias.

4.5 Espaço concedido aos temas dentro dos jornais

Durante o período de análise, ambos os jornais apresentaram mais notícias sobre a temática ‘política brasileira’, somando todas as subcategorias a ela ligadas, do que os demais temas gerais, como podemos ver na tabela abaixo.

Tabela 4: Temas mais abordados no período pré-eleitoral

	Estadão	Folha	Total
Política Brasileira	33,3%	47,2%	40,9%
Variedades	20,4%	15,4%	17,7%
Economia	18,5%	7,6%	12,5%
Internacional	7,5%	8,6%	8,1%
Saúde Pública	5,1%	3,9%	4,4%
Cidades	3,7%	4,6%	4,2%
Esportes	5,3%	3,2%	4,1%
Ciência e Tecnologia	2,2%	3,5%	2,9%
Polícia	1,1%	2,0%	1,6%
Educação	1,0%	1,3%	1,2%
Ecologia/Meio Ambiente	0,7%	1,3%	1,0%
Segurança Pública	0,4%	1,0%	0,8%
Lições de Vida	0,5%	0,3%	0,4%

Outros	0,2%	0,1%	0,1%
	100,0%	100,0%	100,0%

Foi assim para ambos os jornais, sendo que a *Folha* dedicou quase metade do seu conteúdo (47,2%), aos temas políticos durante este período pré-eleitoral. Já o *Estadão* dedicou 33,3%, um valor ainda considerável.

Os dados obtidos convergem com os do GMMP 2020 Brasil, onde a categoria ‘variedades’, foi a segunda a ocupar mais espaço nos jornais. O *Estadão* mantém o perfil de cobrir a categoria ‘economia’ como um dos temas centrais do jornal, verificando-se que a categoria recebe quase a mesma atenção que ‘variedades’, apresentando apenas uma pequena diferença na distribuição de ambos os conteúdos (1,9%).

Verificamos haver aqui uma diferença temática relativamente aos resultados encontrados por Miguel e Biroli (2008), mas essa diferença não é imediatamente comparável, visto que os autores tinham como objeto de estudo as revistas *Veja*, *Carta Capital* e *Época*. Em todo o caso, vale a pena recordar que na análise desses autores, nas eleições de 2007 a categoria ‘variedades’ ocupava o primeiro lugar em termos de distribuição de conteúdo, o que pode ser justificado por se tratar de revistas. Os percentuais encontrados por eles também são consideravelmente menores do que os atuais. Em a *Veja*, que concedia mais espaço à política, a cobertura totalizava 24,6% do seu material.

A política brasileira como tema central dos jornais não nos surpreende: face ao recorte temporal já era esperado que boa parte do conteúdo fosse dedicado à cobertura do campo político. Sem dúvida, no entanto, a diferença na distribuição entre os temas (tabela 4), especialmente na *Folha de São Paulo*, chama à nossa atenção.

4.6 Distribuição da agenda nas subcategorias da ‘política brasileira’

A relevância das eleições na agenda mediática é comprovada ao olharmos para as subcategorias da política brasileira.

Tabela 5: Distribuição das subcategorias que compõem a política brasileira

	Estadão	Folha	Total
Eleições 2022-Debate Eleitoral	47,0%	36,8%	40,6%
Ações do Governo Executivo Federal	16,2%	19,4%	18,2%
Movimentos Sociais/Sociedade Civil	6,7%	15,8%	12,5%
Judiciário	9,0%	8,8%	8,9%

Ações do Poder Legislativo	6,1%	4,2%	4,9%
Escândalos	4,9%	4,6%	4,7%
Eleições 2022-Curiosidades e Serviços	2,8%	2,9%	2,8%
História/Curiosidades	2,3%	3,0%	2,7%
Vida Partidária	3,3%	2,2%	2,6%
Eleições 2022 - Resultado de Pesquisas	0,8%	1,8%	1,4%
Outros/Mix	0,8%	0,6%	0,7%
	100,0%	100,0%	100,0%
	n=610	n=1048	n=1658

Como podemos observar na tabela acima, em relação a distribuição do conteúdo político, o *Estadão* dedicou majoritariamente o seu conteúdo político (47%) na cobertura do debate eleitoral. Neste ponto, a *Folha* distribuiu o conteúdo de forma mais equilibrada (36,8%), embora o debate eleitoral tenha sido ainda o tema mais abordado. Em seguida, as ‘ações do governo’ são a pauta mais abordada por ambos os meios.

Neste ponto, vale a observação de que muitas vezes durante a codificação das matérias de ambos os meios foi preciso uma leitura especialmente atenta. Isto, porque embora o título remetesse para ações do Governo Executivo Federal, o conteúdo centrava-se no debate eleitoral, comparando o candidato à reeleição Jair Bolsonaro, com os antigos governos do candidato Lula. Dito isso, vale adiantar que embora essa tenha sido uma dificuldade enfrentada durante a análise, em termos de presença dentro do noticiário, Jair Bolsonaro é majoritariamente o ator político mais citado, como veremos adiante.

Antes, observamos que, curiosamente, a categoria ‘Movimentos Sociais e Sociedade Civil’ aparece em posições de destaque, ocupando o terceiro lugar dos conteúdos políticos da *Folha* (15,8%) e o quarto lugar no *Estadão* (6,7%). A numerosa produção de notícias se dá devido ao renascimento de um movimento social vivido durante a Ditadura Militar, que se reestabeleceu após diversos ataques do atual governo ao processo eleitoral. Com efeito, a chamada ‘Carta pela Democracia’, acumulou mais de 1 milhão de assinaturas de brasileiras/os e foi extensivamente coberta pelos media, bem como o evento onde foi apresentada e lida por líderes de movimentos sociais e membros da sociedade civil.

Este marcador é ainda mais interessante quando comparado com os dados da cobertura das eleições de 2006, que “recebeu pouca cobertura em todo o material analisado, o que se acentua no período eleitoral, quando não ocupa qualquer espaço no editorial da *Veja* e quase nenhum da *Carta Capital*”. (Miguel e Biroli, 2008, p. 29).

4.7 O gênero dentro dos jornais

Na distribuição de sujeitos, fontes e citados/as, as assimetrias de gênero são gritantes. Mas antes de analisá-las, explicamos que o número de personagens apresentados nas notícias é maior do que a amostra, já que codificamos tanto homem quanto mulher quando ambos estavam presentes no noticiário. A tabela abaixo apresenta os principais resultados no que ao gênero diz respeito.

Tabela 6. O gênero nos meios

	Estadão	Folha	Total
Homens	53,8%	55,0%	54,4%
Mulheres	23,5%	26,1%	24,9%
Trans	0,0%	0,1%	0,1%
Nenhum	22,7%	18,9%	20,6%
	100,0%	100,0%	100,0%
	n=2272	n=2822	n=5105

É importante dizer que em todo o material, apenas quatro pessoas foram identificadas como transexuais, sendo que apenas uma delas era uma mulher política³⁰.

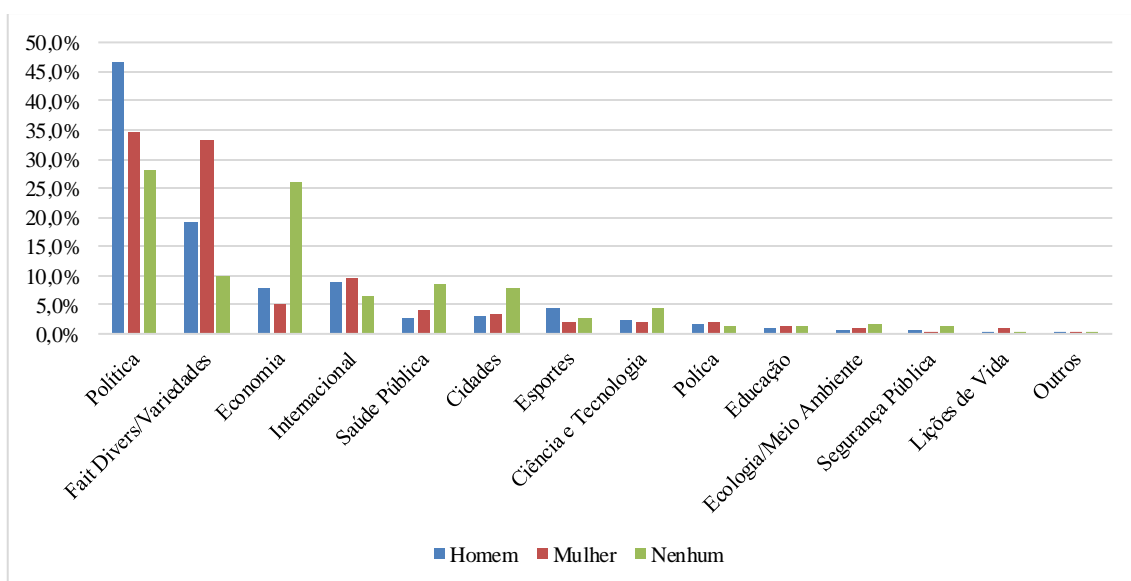
Ainda assim, é importante contrastar os dados encontrados com a realidade política brasileira. Em 2020, foram eleitas 30 candidaturas de pessoas trans para a Câmara dos vereadores de todo o país e, destas, apenas uma está presente nos jornais: Erika Hilton, que é candidata no atual pleito para Deputada Federal.

Constatamos ainda que 54,4% das notícias de ambos os jornais contêm personagens masculinos, mais do dobro das mulheres (24,9%).

Na distribuição de gênero por temáticas, novamente a categoria 'política brasileira' aparece de forma central, estando a grande parte dos personagens (homens/mulheres) que aparecem situados nesta categoria (ver gráfico abaixo). De forma geral, vemos que, em 'Política Brasileira' 46,5% dos homens e 34,5% das mulheres, ou seja, do total de 1266 referências a mulheres nos dois impressos, 437 são na temática política.

Gráfico 1. Distribuição de homens e mulheres por temática

³⁰ Por isso, os gráficos e tabelas deste indicador não aparecem no material que será apresentado, já que o percentual foi menor que 0,1%.



Cabe ainda observar a diferença na distribuição de personagens nos códigos temáticos de cada um dos jornais. O *Estadão* traz a maioria das personagens citadas na categoria ‘variedades’ (43,7%). Já na *Folha* elas estão concentradas na categoria política (40,7%), com uma diferença de mais de 15 pontos percentuais do segundo indicador mais aparente (variedades), como se vê na tabela 7. Os dados apontam a diferença entre os meios na escolha de sujeitos e fontes em sua agenda editorial. A diferença de posicionamento dos gêneros no *Estadão* reforça os papéis instituídos invisibilizando as mulheres em temas ditos “masculinos”. Na *Folha*, não é diferente: a distribuição de mulheres nas notícias sobre ‘economia’ (3,3%) revela a invisibilidade na cobertura das mulheres que atuam neste setor.

Tabela 7. Distribuição de personagens por temas

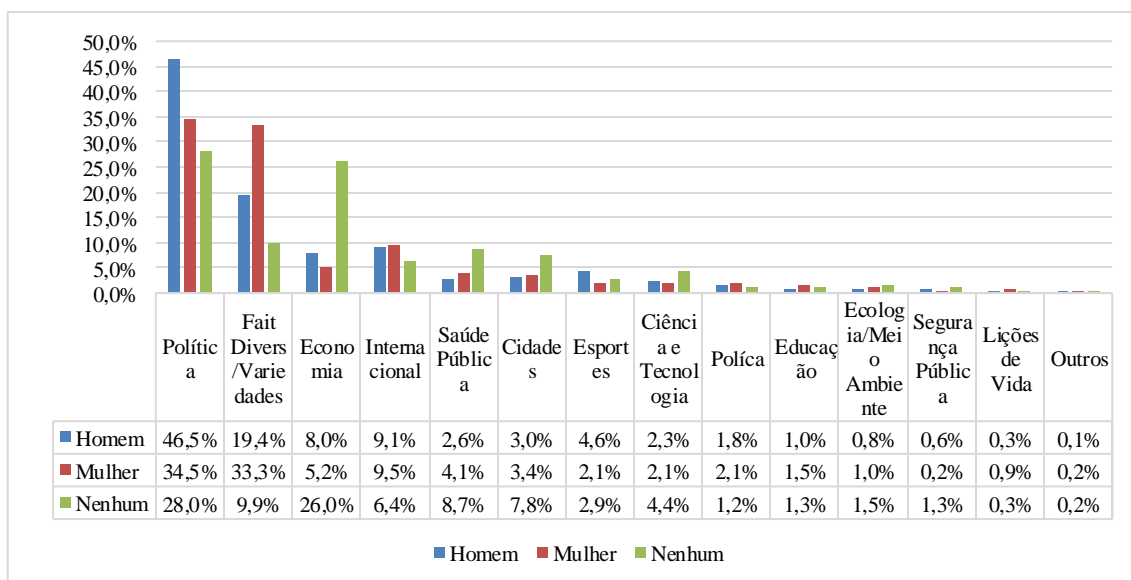
	Estadão				Folha				Total			
	Homem	Mulher	Nenhum	Total	Homem	Mulher	Nenhum	Total	Homem	Mulher	Nenhum	Total
Política	40,5%	26,1%	18,1%	32,0%	51,2%	40,7%	37,6%	45,9%	46,5%	34,5%	28,0%	39,7%
Variedades	24,1%	43,7%	8,4%	25,1%	15,6%	25,6%	11,3%	17,4%	19,4%	33,3%	9,9%	20,9%
Economia	12,1%	7,9%	34,7%	16,2%	4,8%	3,3%	17,7%	6,8%	8,0%	5,2%	26,0%	11,0%
Internacional	8,1%	7,9%	7,0%	7,8%	9,8%	10,6%	5,8%	9,3%	9,1%	9,5%	6,4%	8,6%
Saúde Pública	2,0%	3,6%	12,3%	4,7%	3,2%	4,5%	5,3%	3,9%	2,6%	4,1%	8,7%	4,3%
Cidades	2,0%	1,5%	8,4%	3,4%	3,7%	4,8%	7,1%	4,7%	3,0%	3,4%	7,8%	4,1%
Esportes	5,8%	2,3%	4,1%	4,6%	3,6%	2,0%	1,7%	2,8%	4,6%	2,1%	2,9%	3,6%
Ciência e Tecnologia	1,6%	0,8%	3,9%	1,9%	3,0%	3,0%	4,9%	3,3%	2,3%	2,1%	4,4%	2,7%
Polícia	1,5%	1,9%	0,4%	1,3%	2,0%	2,3%	2,1%	2,1%	1,8%	2,1%	1,2%	1,8%
Educação	1,0%	2,1%	0,6%	1,1%	1,0%	1,1%	2,1%	1,2%	1,0%	1,5%	1,3%	1,2%

Ecologia/Meio Ambiente	0,2%	0,6%	1,6%	0,6%	1,2%	1,4%	1,5%	1,3%	0,8%	1,0%	1,5%	1,0%
Segurança Pública	0,5%	0,2%	0,4%	0,4%	0,7%	0,1%	2,3%	0,9%	0,6%	0,2%	1,3%	0,6%
Lições de Vida	0,5%	1,5%	0,0%	0,6%	0,1%	0,4%	0,6%	0,3%	0,3%	0,9%	0,3%	0,4%
Outros	0,2%	0,2%	0,2%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,1%	0,1%	0,2%	0,2%	0,2%
	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Acrescentamos que os dados convergem mais uma vez com os do GMMP 2020 Brasil, onde as mulheres estavam mais presentes nas notícias relacionadas aos tópicos “Política e Governo”. No entanto, em “Economia” os dados divergem na totalidade dos impressos analisados por nós, onde elas estão presentes em apenas 5,2% da amostra nesta categoria.

Vale a ressalva que estes dados tratam da distribuição por gênero, ou seja do total de mulheres citadas por cada jornal, pelo que encontramos as categorias em que elas foram distribuídas. O mesmo foi feito com os homens. E, quando contabilizamos o total de homens e mulheres juntos, os dados tornam-se ainda mais assimétricos.

Gráfico 2: Presença de homens e mulheres por temática

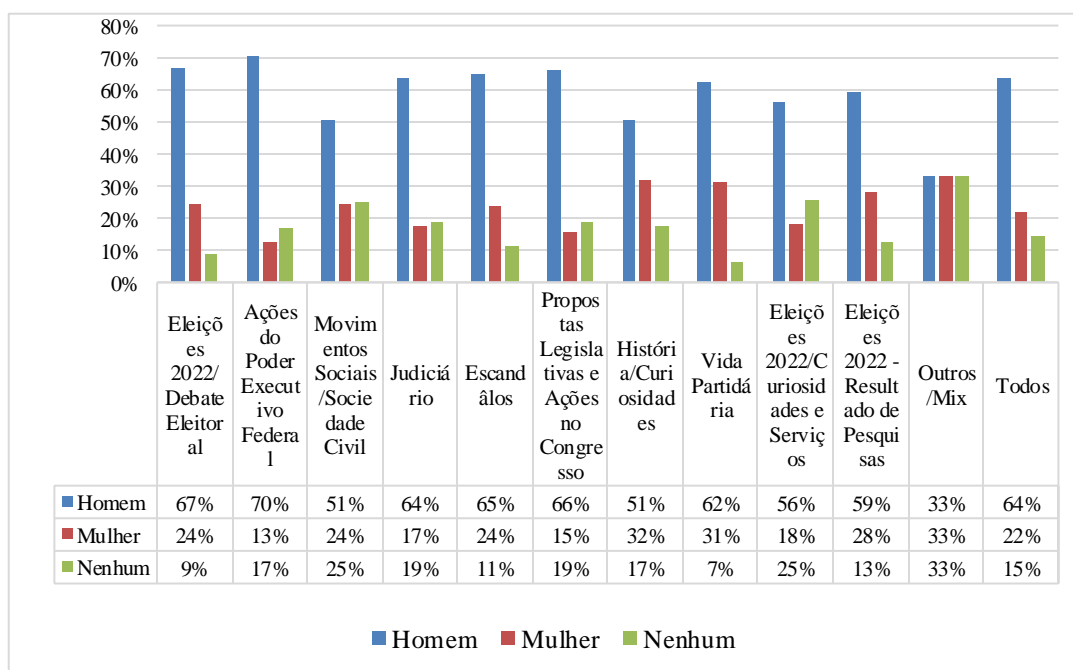


Na categoria política há um total de 2017 personagens aparentes. Destes, 1287 são homens (64%) e 437 mulheres (22%), tendo 293 sido categorizados em ‘nenhum’ (15%). Os homens possuem mais do que o dobro de presença do que as mulheres nesta categoria. De

forma geral, a única temática em que as mulheres são apresentadas mais do que os homens é em ‘lições de vida’. A presença de homens e mulheres em cada uma das categorias gerais de temas pode ser vista no gráfico acima.

Cabe aqui observar que, como nas pesquisas internacionais apresentadas no segundo capítulo, bem como na bibliografia brasileira mostrada no capítulo seguinte, os resultados caminham na mesma direção: a imensa diferença de visibilidade entre homens e mulheres, especialmente em temas centrais do noticiário, como política e economia que ocupam lugares centrais nos jornais locais de destaque (capa, manchete, primeiras páginas). Tais dados, “indicam muito mais do que uma presença quantitativa” (Miguel e Biroli, 2008), mas também a centralidade masculina nos temas principais de debate do espaço público.

Gráfico 3: Presença de homens e mulheres nas subcategorias política



Nas subcategorias da Política Brasileira, os dados ainda se agravam mais. Apenas na categoria ‘outros’, que foi usada 4 vezes durante toda a análise, as mulheres aparecem de forma igualitária aos homens. A diferença menor em termos de visibilidade entre as demais encontra-se em ‘histórias e curiosidades’ que, em termos comparativos, possui 19% mais homens na sua cobertura, o que é uma diferença considerável. A categoria onde a invisibilidade é aparece de forma mais acentuada é ‘Ações do Governo Executivo Federal’. Embora os dados sejam abismais, não nos surpreendem. Tal como referimos no capítulo anterior, o atual governo teve apenas três mulheres nos Ministérios. A baixa presença nos cargos de alto escalão do governo refletem-se na cobertura mediática.

Dito isso, vale ainda olhar para os dados de cada jornal na distribuição de personagens mulheres nas subcategorias da política brasileira. Ambos concentraram as mulheres na categoria ‘debate eleitoral’. No *Estadão*, 139 mulheres aparecem nas subcategorias: 75 delas (54%) estão em ‘debate eleitoral’. Na *Folha*, o percentual (44,1%) é das 299 mulheres que aparecem. Os dados mostram que, durante o período pré-eleitoral, as mulheres estão, sobretudo, dentro da cobertura do ‘debate eleitoral’.

Como desde o início deste trabalho abordamos a sub-representatividade feminina na política, é importante percebermos quantas das personagens que estão no noticiário político são mulheres políticas.

Tabela 8: Atores políticos e sua presença nas categorias da política brasileira

	Estadão			Folha			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Eleições 2022/Debate Eleitoral	238	63	301	308	114	422	546	177	723
Ações do Poder Executivo Federal	81	9	90	150	24	174	231	33	264
Judiciário	42	10	52	58	13	71	100	23	123
Movimentos Sociais/Sociedade Civil	18	2	20	56	16	72	74	18	92
Escândalos	22	4	26	37	11	48	59	15	74
Propostas Legislativas e Ações no Congresso	24	3	27	28	5	33	52	8	60
Vida Partidária	19	11	30	18	7	25	37	18	55
Eleições 2022/Curiosidades e Serviços	9	0	9	17	6	23	26	6	32
História/Curiosidades	8	1	9	16	6	22	24	7	31
Eleições 2022 - Resultado de Pesquisas	3	0	3	15	6	21	18	6	24
Outros/Mix	3	0	3	1	1	2	4	1	5
	467	103	570	704	209	913	1171	312	1483

Afinal, tal como tem sido extensamente argumentado nesta dissertação, a presença das mulheres nos media e as suas representações são essenciais na desconstrução do padrão patriarcal instaurado e repetidamente reforçado. E, especialmente no campo político, os meios de comunicação são uma esfera de visibilidade essencial para que os/as candidatos/as apresentem suas pautas ao público e conquistem o eleitorado.

4.8 A visibilidade das mulheres políticas

De forma geral, olhando para a variável “todas as temáticas”, vemos no Gráfico 5 que nas notícias foram identificadas mulheres políticas 329 vezes (20%), enquanto que os

homens foram citados em 1321 notícias (80%). É importante aqui ressaltar que esse valor não inclui a totalidade de homens e mulheres presentes em cada uma das notícias, mas sim nas notícias em que pelo menos um ou uma deles ou delas apareceu. Vemos, assim, que as assimetrias ampliam-se novamente: a presença de mulheres políticas na amostra é decepcionante. Notamos ainda que 100% dos atores políticos brasileiros presentes nos temas de Educação, Ciência e Tecnologia, Polícia, Segurança Pública e Internacional são homens.

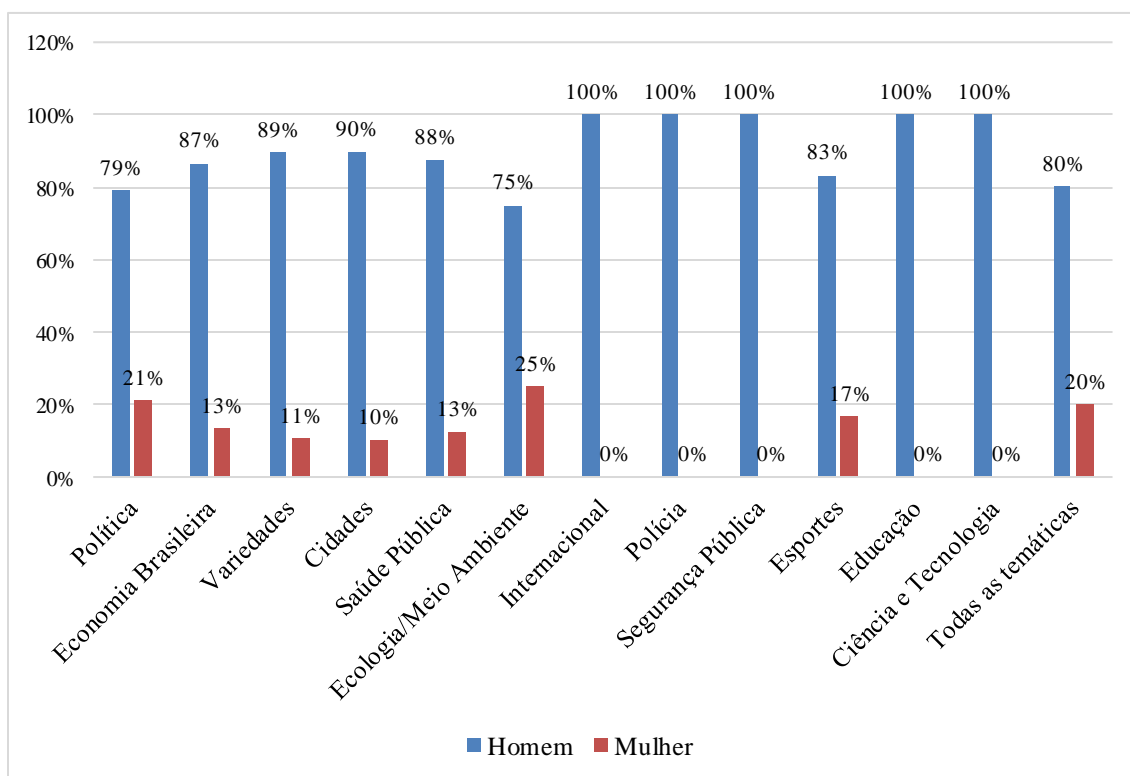


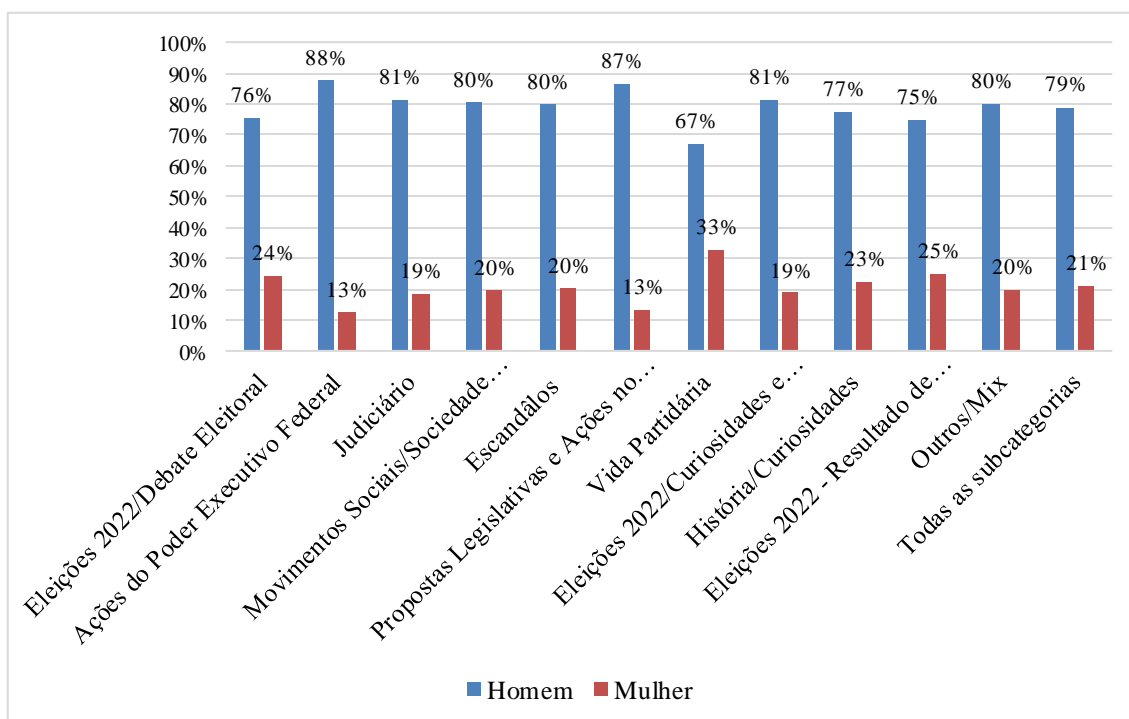
Gráfico 5: As mulheres políticas em todas as temáticas

Durante a leitura dos jornais, podemos perceber que uma das fontes procuradas para estes temas são os Ministros responsáveis por pastas ligadas aos diversos assuntos. Na educação, por exemplo, em muitas notícias sobre Exame Nacional do Ensino Médio ou vestibulares, Milton Ribeiro, o Ministro da Educação foi consultado. Como já abordado anteriormente, temos que levar em conta a cultura jornalística na escolha de fontes e sujeitos e, como ampla literatura demonstra, faz parte da rotina jornalística consultar fontes oficiais para as notícias. No entanto, mais uma vez, os dados apresentados refletem também as desigualdades instauradas no governo atual.

Dos 570 atores políticos presentes no *Estadão* nas subcategorias da política brasileira, apenas 103 são mulheres (18%). A maioria delas estão localizadas em em 'Debate eleitoral' (61,2%). Na *Folha de São Paulo*, dos 913 atores políticos citados, apenas 209 são mulheres (21%), um percentual ligeiramente maior que no outro jornal. Também aqui elas encontram-se concentradas na sub-categoria "Debate eleitoral" (27%).

Embora toda a elaboração deste trabalho tenha desvendado os véus da invisibilidade das mulheres políticas, os resultados por nós encontrados no período eleitoral, causam-nos, ainda assim, espanto. Afinal, nosso recorte enquadra um momento em que a política é o tema central das discussões sociais, sendo também, como vimos nos dados apresentados, dominante nos media. Ainda assim, o gráfico abaixo que mostra a proporção de mulheres políticas por subcategorias da política brasileira (re)afirmam que os dois maiores jornais brasileiros não representam a totalidade de mulheres que são candidatas, nem as eleitas.

Gráfico 6: As mulheres políticas nas subcategorias da política brasileira



4.9 Atores políticos e os formatos jornalísticos

Os formatos jornalísticos do material analisado também foram codificados, já que sabemos que além de possuírem características singulares, eles carregam valores notícias nos seus critérios de seleção. Por exemplo, o espaço dado a um determinado personagem em uma nota e em uma reportagem delimita a importância jornalística do assunto.

Assim, uma correlação de variáveis que nos interessou observar relaciona-se com os formatos jornalísticos e a distribuição dos atores políticos entre eles. A tabela 9 resume os principais dados encontrados.

Tabela 9: Atores políticos distribuídos por formatos jornalísticos

	Estadão			Folha			Total		
	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total	Homem	Mulher	Total
Notícia	161	37	198	330	107	437	491	144	635
Coluna	153	22	175	253	55	308	406	77	483
Artigo	54	11	65	89	20	109	143	31	174
Nota	62	24	86	43	14	57	105	38	143
Opinião do Leitor	35	4	39	51	7	58	86	11	97
Reportagem	14	7	21	12	4	16	26	11	37
Entrevista	10	4	14	15	7	22	25	11	36
Charge	15	1	16	12	3	15	27	4	31
Foto	7	1	8	4	2	6	11	3	14
	511	111	622	809	219	1028	1320	330	1650

De notar que as fotos não foram quantificadas em sua totalidade, ou sempre que apareciam no jornal. Apenas foram codificadas as fotos que se apresentavam como o conteúdo integral noticioso, isto é, quando não estavam relacionadas a outro tipo de formato jornalístico. Apesar de constituírem um gênero noticioso pouco frequente na nossa análise, esse formato jornalístico corresponde uma tradução literal da ideia de “visibilidade” e poderemos assumir que muitas pessoas, mesmo não lendo as notícias, observarão as imagens. Assim, parece-nos importante observar que neste formato (foto) os homens políticos (79%) prevaleceram, bem como nas *charges* (87%). Tais dados reforçam mais uma vez a invisibilidade das mulheres nos jornais – desta vez de forma mais literal.

De uma forma geral, o gênero ‘notícias’ centralizou o conteúdo de ambos (homens e mulheres). No entanto, é interessante também perceber que no *Estadão*, o segundo formato em que as mulheres política estão mais presentes é nas ‘notas’. Tanto na *Folha de São Paulo* como no *Estado de São Paulo*, as ‘colunas’ também concentram os atores políticos de forma significativa.

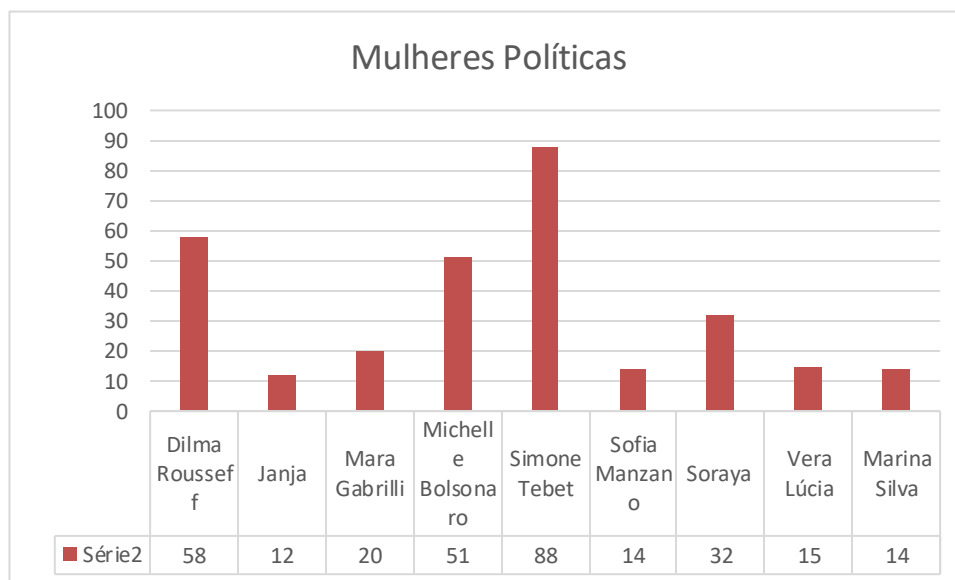
4.10 Visibilidade seletiva

Torna-se agora imprescindível analisar a centralidade das pessoas que são visíveis nos media para compreender se apresentam a totalidade de mulheres políticas brasileiras ou apenas parte delas, como se evidencia nos dados apresentados em outras pesquisas atrás analisadas.

Nesse sentido, procuramos também identificar quem são os personagens políticos nas notícias, o que nos permite compreender, nomeadamente, se com o passar dos anos, os dados apresentados nas eleições de 2006, por Biroli e Miguel (2008), permaneceram ou não. Tal nos permite também perceber se os atores políticos mantêm o perfil constatado na historiografia aqui percorrida - homens, brancos, membros da elite e letrados, isto, é, aqueles que sempre estiveram nos media e ocupando cargos políticos.

Como vimos, cruzando os dados coletados das mulheres políticas com todos os temas da nossa codificação, foram encontradas 329 referências a elas na nossa amostra. O número, por si, já representa um valor absolutamente menor do que o dos homens. Mas, como adiantamos na nossa metodologia, buscamos também encontrar quem eram os personagens políticos das notícias para saber se esta pequena visibilidade também era centralizada.

Gráfico 7: Quem são as mulheres na notícia?



Como podemos visualizar no Gráfico 7, a resposta é positiva. As nove mulheres mais citadas, representam 304 das referências. De entre elas, a que mais vezes foi identificada

pelos media é Simone Tebet, candidata à presidência da república e que tem aparecido entre a terceira e/ou quarta colocação nas sondagens eleitorais. Na verdade, como vimos nas pesquisas anteriormente apresentadas, as mulheres que têm mais chances na disputa têm mais espaço na agenda dos media. Já as outras candidatas à presidência apresentam-se com números muito menores: Soraya Thronicke foi citada 32 vezes, Vera Lúcia 15 vezes e Sofia Manzano 14.

A ex-presidenta, Dilma Rousseff (58 menções) ocupa a segunda posição das mulheres mais mencionadas nas notícias. Já no decorrer da codificação havíamos achado curioso tal fato, pelo ficamos atentas para perceber em que contextos Rousseff era referenciada, tendo nós percebido que, embora referenciada, ela não era central. Com efeito, observamos que muitas vezes o seu nome era usado apenas para identificar algum homem que fez parte do seu governo. Ou mesmo, indo ao encontro do que as pesquisas apresentadas no terceiro capítulo mostraram, ela era apenas referenciada nas notícias que teciam críticas ao seu governo, sendo simplesmente comparada nos problemas ampliados pela gestão de Jair Bolsonaro.

Há ainda um dado que deve ser apresentado diante do contexto que o Brasil enfrenta neste momento; os valores referentes às referências a Lula e Jair Bolsonaro são incomparavelmente maiores do que de qualquer outro candidato político. Na verdade, os jornais contêm 3 vezes mais notícias que os citam, no seu conjunto, do que todas as mulheres juntas, como podemos ver no Gráfico 8.

Como podemos visualizar no Gráfico 7, infelizmente, a resposta é positiva. As nove mulheres mais citadas, representam 304 das referências. De entre elas, a que mais vezes foi identificada pelos media é Simone Tebet, candidata à presidência da república e que tem aparecido entre a terceira e/ou quarta colocação nas sondagens eleitorais. Na verdade, como vimos nas pesquisas anteriormente apresentadas, as mulheres que têm mais chances na disputa têm mais espaço na agenda dos media. Já as outras candidatas à presidência apresentam-se com números muito menores: Soraya Thronicke foi citada 32 vezes, Vera Lúcia 15 vezes e Sofia Manzano 14.

A ex-presidenta, Dilma Rousseff (58 menções) ocupa a segunda posição das mulheres mais mencionadas nas notícias. Já no decorrer da codificação havíamos achado curioso tal fato, pelo ficamos atentas para perceber em que contextos Rousseff era referenciada, tendo nós percebido que, embora referenciada, ela não era central. Com efeito, observamos que muitas vezes o seu nome era usado apenas para identificar algum homem que fez parte do seu governo. Ou mesmo, indo ao encontro do que as pesquisas apresentadas no terceiro capítulo mostraram, ela era apenas referenciada nas notícias que

teciam críticas ao seu governo, sendo simplesmente comparada nos problemas ampliados pela gestão de Jair Bolsonaro.

Há ainda um dado que deve ser apresentado diante do contexto que o Brasil enfrenta neste momento; os valores referentes às referências a Lula e Jair Bolsonaro são incomparavelmente maiores do que de qualquer outro candidato político. Na verdade, os jornais contêm 3 vezes mais notícias que os citam, no seu conjunto, do que todas as mulheres juntas, como podemos ver no Gráfico 8.

4.11 Aprofundando as representações: uma análise exploratória

À semelhança da metodologia usada no GMMP, considerámos relevante analisar a variável dos desafios aos estereótipos de gênero, particularmente no contexto eleitoral atual, nomeadamente porque há, de forma geral, um maior número de mulheres candidatas às diferentes casas do Congresso Nacional e para governar os estados. Além disso, há, pela primeira vez na história do país, 4 mulheres concorrendo para a presidência. Assim, procura-se aqui compreender se há um progresso por parte dos media de desafiar os estereótipos que estiveram sempre presentes, como vimos nos capítulos anteriores, tanto nos media como no ambiente político.

Procurámos, pois, encontrar notícias que desafiassem os estereótipos de gênero. Encontrámos apenas uma notícia, na *Folha de São Paulo* e uma nota no jornal *Estadão* que considerámos entrar neste critério. Por ser um ponto fora da curva dos dados aqui apresentados, escolhermos, pois, a notícia publicada na edição de 3 de agosto, no caderno 8, da *Folha* para identificar como as duas mulheres políticas visíveis nela são representadas. A notícia foi,

A notícia tem o seguinte título: “Chapa Tebet-Gabrilli é lançada com elogios e frases machistas”. O subtítulo refere que “Membros dos partidos fizeram discursos com falas sobre a aparência e ‘docilidade’”. Já a legenda refere que “Simone Tebet (MDB) abraça Gabrilli (PSDB) durante anúncio de que ela seria sua vice na chapa para disputar a Presidência”.

Desde logo, ambos – título e subtítulo - não só localizam os estereótipos presentes na fala dos aliados partidários, como os questionam. No entanto, esse questionamento não se faz sem contradições.

A primeira dessas contradições encontra-se logo na escolha da imagem que ilustra a notícia. Na foto, (Imagem 1) as candidatas estão abraçadas. Mara Gabrilli aparece com a cabeça baixa, olhando baixo. As cabeças estão encostadas uma na outra e ambas estão sorrindo. Apesar da referência, em legenda, ao momento político (anúncio da aliança), a

imagem não foca o contexto político em que essa aliança foi feita - pelo contrário, a foto relembra uma foto com amigos ou com a família, transmitindo doçura, tanto pelo posicionamento acolhedor das candidatas, como pelos seus sorrisos.

Difícilmente, com efeito, veríamos uma foto semelhante de homens candidatos. E, na verdade, não encontramos nenhuma equivalente no nosso corpus de análise. Pela ausência de ambiente político e pela forte aproximação ao domínio das emoções afetivas cremos que esta escolha, ao nosso ver, faz com que, ao mesmo tempo em que a notícia questiona os estereótipos, ela os reitere. É, no entanto, interessante verificar que a mesma notícia, na sua versão online, tem outra imagem, onde o conteúdo político já é visível³¹.

Outros aspetos textuais reforçam a ideia de contradição no afrontamento aos estereótipos. No terceiro parágrafo da fala do senador Tasso Jereissati, ao discursar no lançamento da campanha de Tebet e Gabrilli é transcrita: “Ela [Mara Gabrilli] também traz para a nossa campanha, junto com a Simone, a mensagem de que só o amor e a docilidade da mulher podem unir de novo esse país”. Esta fala reforça o estereótipo feminino. Como contextualizamos a polarização na campanha presidencial é central nas eleições e candidata Simone Tebet, apresenta-se como uma terceira via, mas esta via é apresentada como sendo a dos afetos e não de outros aspetos políticos como a competência o conhecimento das áreas. O discurso do presidente do seu partido ao lançar a chapa é, pois, muito similar aos dos senadores, ao receber a primeira mulher no Senado, como mostramos no terceiro capítulo. Além disso, tal como nas campanhas das precursoras, os “papéis femininos” são usados como estratégia para agradar o eleitor e o jornal dá destaque a esses mesmos argumentos, ainda que, a partir de uma leitura do título, se pudesse entender que eles são machistas

A mesma leitura se pode fazer do parágrafo seguinte da notícia ainda referente a Tasso Jeressati: “Em seu discurso, Tasso afirmou ainda que Elena Landau, que coordena a área econômica da campanha, às vezes é um pouco rebelde. ‘Mas a gente controla’”.

Constatamos nesta última fala similaridades com outros discursos aqui já referidos. Dilma Rousseff, por exemplo, foi exaustivamente caracterizada pela imprensa como “dura”, “rebelde”, “difícil”, entre outros estereótipos usados para referir as mulheres quando elas não assumem o papel esperado.

A notícia relata também outras falas sexistas na apresentação da chapa das candidatas. José Serra, finalizou a sua fala dizendo à senadora e sua vice: “Se produziram

³¹ Consultar <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/08/lancamento-da-chapa-tebet-mara-gabrilli-tem-elogios-e-tom-machista.shtml>

hoje. Nisso eu presto atenção. E o Tasso presta muita atenção também”, relata a notícia. Para complementar os discursos da noite, Roberto Freire, presidente do partido afirmou aos presentes: “A chapa de duas mulheres não é contra os homens, é a favor da humanidade.” São afirmações que, como o título da notícia indica, mais uma vez focam valores historicamente designado as mulheres: a beleza, a caridade, a doçura.

Outra contradição entre o título e o conteúdo da notícia no que à desmontagem dos estereótipos diz respeito, é aparente. Em momento algum da notícia encontramos falas das candidatas que estavam lançando sua campanha na notícia. No entanto, dois dos discursos dos homens ganharam inclusive destaque. Essa foi a única notícia sobre o lançamento da campanha e ela não dá voz as candidatas. Pelo contrário, embora em tom de crítica, a notícia cobre o evento com o olhar voltado para os atores masculinos. Inclusive, cita as negociações do partido com o candidato concorrente, Lula da Silva.

No entanto, é importante referir também que o último parágrafo aborda um breve histórico da vida política de Mara Gabrilli.

Imagem 1: Representações e estereótipos

política



Simone Tebet (MDB) abraça Mara Gabrilli (PSDB) durante anúncio de que ela seria sua vice na chapa para disputar a Presidência

Chapa Tebet-Gabrilli é lançada com elogios e frases machistas

Membros dos partidos fizeram discursos com falas sobre aparência e 'docilidade'

SÃO PAULO A senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) foi anunciada na manhã desta terça (2) como vice na chapa da candidata à Presidência da República Simone Tebet (MDB) e, durante discursos dos membros dos partidos, integrantes falaram sobre a importância de uma chapa formada por duas mulheres, mas usaram frases machistas para defini-las.

O evento foi transmitido pelo perfil do Instagram da presidenciável.

“Ela [Mara Gabrilli] também traz para a nossa campanha, junto com a Simone, a mensagem de que só o amor

afirmou o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE).

Em seu discurso, Tasso afirmou ainda que Elena Landau, que coordena a área econômica da campanha, às vezes é um pouco rebelde. “Mas a gente controla”, disse.

No início de sua fala, o senador afirmou que seu nome chegou a ser cogitado para a chapa. Segundo ele, porém, os membros dos partidos decidiram não tomar uma decisão precipitada, mas que fosse pensada e discutida.

“Percebemos que nada representaria melhor, neste momento em que o país precisa

José Serra, que também esteve presente no evento, elogiou a atuação política das duas candidatas e finalizou a fala dizendo que Tebet e Gabrilli estavam bonitas. “Se produziram hoje. Nisso eu presto atenção. E o Tasso presta muita atenção”, concluiu.

Segundo Roberto Freire, presidente do Cidadania, marca na história do Brasil houve uma chapa formada por duas mulheres. “Dois homens é a regra, essa é a lógica”, afirmou.

Para ele, ter duas mulheres à frente de uma candidatura não é para compor o cenário, mas para mudar a história. “A

humanidade”, afirmou. “Nós temos uma chapa de coragem que vai propor ao Brasil que volte a ter o amor, e a mulher sabe falar de amor”, concluiu.

A cúpula do MDB e da federação Cidadania-PSDB bateram o martelo sobre o nome Mara Gabrilli após reunião que se encerrou no início da noite de segunda-feira (1*), na sede embeixta, em São Paulo.

Tebet estava em São Paulo para a participação de evento na Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) e se reuniu com a cúpula dos partidos envolvidos na candidatura única. Partici-

MDB, Baleia Rossi, do PSDB, Bruno Araújo, e do Cidadania, Roberto Freire.

“Oferecemos formalmente, nós PSDB e federação com Cidadania, ao MDB a análise do nome da senadora Mara Gabrilli. Temos a compreensão que representa muito bem a força da mulher brasileira, junto com a senadora Simone, tem um papel fundamental na sociedade”, afirmou após encontro Bruno Araújo.

Na semana passada, o MDB confirmou durante convenção nacional o nome de Tebet como candidata ao Palácio do Planalto, com uma ampla maioria dos votos. No entanto, houve oposição nos estados que defendiam apoio já no primeiro turno a Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A federação PSDB Cidadania também chancelou no mesmo dia, por unanimidade, o nome de Tebet.

Os partidos e também a União Brasil vinham há meses mantendo discussões para lançar uma candidatura única ao Palácio do Planalto, buscando romper a polarização entre o presidente Jair Bolsonaro (PL) e Lula.

O nome de Mara Gabrilli não era a primeira opção de Tebet, que nos bastidores declarava a sua preferência pelo também senador Tasso Jereissati.

O parlamentar cearense, no entanto, vinha apresentando resistência a integrar a chapa. Tasso vinha apresentando críticas à pré-candidatura, em particular sobre o trabalho da equipe de marketing.

Mara está em seu primeiro mandato como senadora — que termina em 2027. Por isso, não terá problemas de ficar sem cargo, em caso de derrota nas eleições de outubro.

Ela também já foi deputada federal, vereadora e secretária municipal da Pessoa com Deficiência de São Paulo. A equipe de Tebet acredita que uma chapa formada exclusivamente por mulheres pode ser um fator importante para romper a polarização da corrida presidencial.

A senadora também figura como um nome que une a ala paulista do PSDB e a direção nacional do partido — relação que ficou estreitada após a polêmica envolvendo a candidatura e desistência do ex-governador João Dória.

Tebet tem enfrentado dificuldades para subir nas pesquisas de intenção de voto. Levantamento do Datafolha divulgado na semana passada apontou que ela conta com 2%,

“Ela [Mara Gabrilli] também traz para a nossa campanha, junto com a Simone, a mensagem de que só o amor e a docilidade da mulher podem unir de novo esse país

Tasso Jereissati (PSDB-CE) senador

“[As candidatas] se produziram hoje. Nisso eu presto atenção. E o Tasso presta muita atenção também

Conclusão

Desde o início desta dissertação, olhamos para os discursos, os silêncios, a falta de presença como estratégias sutis de dominação das mulheres. Isso mesmo nos ocupou nos primeiros capítulos, aonde vimos através da História a construção social das representações femininas e como as desigualdades estão presentes no Brasil desde o processo de colonização.

Ainda assim, podemos ver a resistência e a luta de mulheres em busca dos espaços que as foram negados. Após revisarmos o passado, percebemos que as batalhas travadas não colocaram fim nos problemas cotidianos, pelo contrário. Ao mirarmos o presente encontramos repetidamente as mesmas faces de dominação, seja de forma sutil ou escancarada.

Por isso, coube também a nós questionar como as democracias liberais foram construídas ignorando boa parte da população. A teoria política feminista foi uma ferramenta essencial neste trabalho para desvendarmos que a igualdade descrita no corpo da lei tem em suas raízes falhas que tornam a desigualdade vivenciada na sociedade uma realidade constante. E que muitas vezes é banalizada, ou não se questiona a falta de presença e representatividade da maioria dos atores sociais, os quais seguem sendo minoria na aquisição de poder.

Podemos ainda ver como as representações e papéis instituídos agem, através das pesquisas que estudaram o tratamento concedido pelos media a ex-presidenta Dilma Rousseff. Desde o período enquanto candidata, explorando seu tratamento a um câncer, até os votos dos parlamentares no processo de Impeachment que fizeram uma ode aos valores que foram incorporados no processo de colonização, referindo-se a família, a Deus e aos valores cristãos Dilma Rousseff foi condenada, sem menções a nenhum crime. Além do fato de ser uma mulher que não incorporava os valores considerados 'femininos'.

Chegadas às eleições de 2022, no último capítulo procurámos, através de dados quantitativos e qualitativos, encontrar pistas de ruptura com os laços patriarcais.

A nossa análise procurou mapear e compreender o conteúdo noticioso dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estadão*, em vésperas da campanha eleitoral. O nosso objetivo foi responder às nossas perguntas de investigação observando se a cobertura neste período rompia com a invisibilidade e os estereótipos que aparecem de forma padrão sobre as mulheres, como constatada por diversas pesquisas apresentadas nos capítulos 2 e 3 deste

trabalho (Biroli, 2011; Biroli e Miguel 2008; GMMP 2020; Fernandez-Rivira e Giraldo-Luque, 2022; entre outros).

Apesar de todas as leituras e preparação para chegar aos resultados da análise nos tenha alertado para as desigualdades presentes nos meios, ao constatarmos resultados semelhantes aos encontrados na análise das eleições de 2006 não deixamos de ficar algo surpreendidas.

Com efeito, 16 anos nos separam das análises de Miguel e Biroli (2008). No entanto, passados estes anos, reencontramos a invisibilidade, nos dados totais de mulheres presentes nos jornais e encontramos nos discursos de um senador, frases semelhantes às que narramos aqui no primeiro e terceiro capítulo, quando as primeiras mulheres se elegeram ao Congresso.

Desse modo os pressupostos com que partimos para esta dissertação e que analisámos no capítulo terceiro de que as esferas pública/privada codificam os lugares e papéis das mulheres com base no gênero são confirmados. O mesmo pode ser observado no silenciamento das vozes femininas no material discursivo analisado.

Todos estes fatores que sustentam a sub-representação das mulheres políticas, como detalhamos nos capítulos anteriores.

Com efeito, nos deparamos com a hierarquia de posicionamento de conteúdos com mais presença masculina. Observamos que nos assuntos sobre Política, os homens são apresentados em 64% do material noticioso, enquanto as mulheres são citadas em apenas 22%. Quando fazemos o recorte para os atores políticos, as diferenças se ampliam. As mulheres políticas estão em apenas 21% do noticiário político, englobando todas as subcategorias que compõem o cenário. As pessoas trans são praticamente inexistentes.

Quanto mais aprofundamos os temas - com exceção dos conteúdos em temáticas como 'lições de vida', onde as mulheres de forma geral aparecem mais que os homens -, mais desigual torna-se o quadro. Constatamos que quando as notícias fazem cobertura sobre o as Ações do Governo Executivo Federal, as mulheres políticas estão em apenas 13% das notícias. A mesma invisibilidade se repete na cobertura do Poder Legislativo, apresentando este um úmero menor do que a atual sub-representação delas no parlamento, visto que, juntas, elas são 15% da Casa Legislativa.

Como vimos, o pleito deste ano apresenta um número maior de mulheres do que as últimas três eleições, totalizando 33,27% das inscrições no Tribunal Eleitoral. A

representatividade delas na cobertura do 'Debate Eleitoral' pelos jornais não é de 1/3, mas de ¼: 24%.

O problema torna-se ainda mais grave, quando olhamos para o indicador que revela que apenas nove nomes ocupam 304 das referências, 82,4% das mulheres referenciadas. Reiterando o resultado partilhado por Miguel e Biroli (2008), na cobertura do processo eleitoral de 2006, vemos, pois, que 16 anos depois, a visibilidade seletiva se mantém.

Terminamos com uma nota pessoal: escrevemos com o coração mais apertado, num momento em que, uma vez mais, se coloca a possibilidade de termos, à frente da presidência do Brasil, um homem que, ao longo de toda a sua vida política, mas especialmente nos anos em que governou o Brasil, mostrou ser misógino, racista e homofóbico, com ataques a mulheres políticas, jornalistas e de alguma forma a todas nós. Reforçamos no entanto a certeza de que, independentemente dos resultados eleitorais, a luta feminista só será ampliada e que os media serão sempre nossos alvos a estudar e analisar para que a sua reforma finalmente se concretize, mesmo que na sua forma alternativa, como as mulheres sempre fizeram.

Bibliografia e fontes consultadas

Aflalo, H. M. (2017). “Basta votar? a luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no brasil”. Estudos de Sociologia, Recife, 2017, Vol. 2 n. 23, p.313/364. Disponível em:

Álvarez, M. L. M. (2016). Entre eleitoras e elegíveis: as mulheres e a formação do eleitorado na democracia brasileira – quem vota? quem se candidata?. Cadernos Pagu, (43), 119–167. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/8645134>

Álvarez Monsivais, E. (2020) “De primera dama a señora presidenta: encuadres noticiosos y lecturas de las audiencias en la cobertura de mujeres políticas.” Publisher: Instituto Tecnológico y de Estudios Superiores de Monterrey.

Araújo, P. M. (2019). “Mulheres no Congresso Nacional Brasileira: perfis sociais e trajetórias políticas”. Revista Fragmentos de Cultura - Revista Interdisciplinar de Ciências Humanas, Goiânia, v. 29, n. 2, p. 244-261, dez. 2019. ISSN 1983-7828. Disponível em: <http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/fragmentos/article/view/6725>

Araújo, V. (2017). “Governo Dilma na mídia impressa: estudo sobre os agentes em destaque nos textos das manchetes”. Revista Eletrônica de Ciência Política, 8(1). doi:<http://dx.doi.org/10.5380/recp.v8i1.50659>

Barbara, L., & Gomes, M. C. A. (2010). “A representação de Dilma Rousseff pela mídia impressa brasileira: analisando os processos verbais”. Letras, (40), 67–92. <https://doi.org/10.5902/2176148512026>

Bertolini, P. e Machado, M. (2018). “Cidadania e Participação das Mulheres: um direito individual ou social?”. *Revista Direitos Fundamentais & Democracia*, v.23, n3. p. 182-199. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/892/560>

Biroli, F. (2010) “Mulheres e política nas notícias: Estereótipos de gênero e competência política», *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], publicado a 15 outubro 2012, consultado a 07 maio 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/1765>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.1765>

BIROLI, F. (2011). É assim, que assim seja: mídia, estereótipos e exercício de poder. In: Encontro da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política

(Compólitica), 4, Rio de Janeiro. Disponível em: <http://www.compolitica.org/home/wp-content/uploads/2011/03/Fla%CC%81via-Biroli.pdf>

BOURDIEU, P. (2001). Meditações pascalianas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Disponível em: <https://nepegeo.paginas.ufsc.br/files/2018/06/BOURDIEU-Pierre.-Medita%C3%A7%C3%B5es-pascalianas.pdf>

BRINGHENTI, T. F. S. & Márquez, L. (2020). Quem são as mulheres na política? Perfil social e carreira das deputadas federais eleitas entre 1933 e 2018. Trabalho apresentado no 44º Encontro Anual da ANPOCS, 2020. Grupo de trabalho 14 - Elites, Espaços e Formas de Dominação. Disponível em: [file:///C:/Users/Jessica/Downloads/Quem%20s%C3%A3o%20as%20mulheres%20na%20pol%C3%ADtica_%20Texto%20integral%20ANPOCS%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Jessica/Downloads/Quem%20s%C3%A3o%20as%20mulheres%20na%20pol%C3%ADtica_%20Texto%20integral%20ANPOCS%20(1).pdf)

Cabrita, L. M. S. C. da S. (2010) “A representação da mulher no pensamento dos filósofos iluministas portugueses” Tese de mestrado, Estudos Românicos, Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras – 2011. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10451/3708>

Campos, M. de F. H. (2019). Visões do Brasil: representações femininas nos relatos de viajantes. Encontro De História Da Arte, (14), 268–276. <https://doi.org/10.20396/eha.vi14.3465>

Clemente, A. (2020). “Cidadania: um conceito inútil?”. 1ª edição, Curitiba, Appris.

Coelho, L. M. e Baptista, M. (2009) “A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público.” Rev. psicol. polít. [online]. vol.9, n.17 [citado 2021-10-10], pp. 85-99. Disponível <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso>.

Del’olmo, F., & Lunardi, L. (2013). A evolução dos direitos de cidadania. Revista Juridica, 2(31), 178-204. Recuperado de <http://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/595/456>

Duarte, C. L. (2017). Imprensa feminina e feminista no Brasil: nos primórdios da emancipação. Revista XIX, 1(4), 95–105. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/revistaXIX/article/view/21741>

Engler, I. (2019) “A primeira prefeita brasileira alzira soriano: o poder político coronelístico, LAGES/RN, 1928”. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal da Fronteira Sul, 2019

ESCOSTEGUY, A. C. (1998). A contribuição do olhar feminista. *Intexto*, (3), 1–11. Recuperado e Publicado em 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/3367>

ESCOSTEGUY, A. C.; MESSA. (2006) Os estudos de gênero na pesquisa em comunicação no Brasil. In: *Contemporânea, Revista de Comunicação e Cultura*, v. 4, n.2, DOI: <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v4i2.3490>

Fernanda Henriques, H (2012) “Concepções filosóficas e representações do feminino: Subsídios para uma hermenêutica crítica da tradição filosófica”, *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], consultado a 16 março 2022. URL: <http://journals.openedition.org/rccs/3661>; DOI: <https://doi.org/10.4000/rccs.3661>

FERNANDES, C. M. (2012). As representações midiáticas de Dilma Rousseff no cenário político brasileiro. v. 5 n. 14 (2012): Dossiê Lideranças Políticas. p.69-85. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/aurora/article/view/9266/7522>

Fernández-Rovira, C., Giraldo-Luque, S. (2022). “The Tone in Media Coverage of Women Politicians. Comparative Analysis of the Polarity of Journalistic Texts in Spain, France and the United Kingdom.” In: Rocha, Á., Barredo, D., López-López, P.C., Puentes-Rivera, I. (eds) *Communication and Smart Technologies. ICOMTA 2021. Smart Innovation, Systems and Technologies*, vol 259. Springer, Singapore. https://doi.org/10.1007/978-981-16-5792-4_40

FILHO, J. F., Herschmann, M., & Paiva, R. (2004). Rio de Janeiro: estereótipos e representações midiáticas. *E-Compós*, 1. <https://doi.org/10.30962/ec.1>

Foucault, M. (2008). “A Arqueologia do Saber”. 7ª edição, 3ª reimpressão, Rio de Janeiro: Forense Universitária. (Original 1969). Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4070132/mod_resource/content/1/FOUCAULT.pdf

Freyre, G. (2003). *Casa grande e senzala*. 48ª edição. Fundação Gilberto Freyre, Recife, Pernambuco, Brasil. Editora Global.

GARCIA, J. M. (2022). Candidatas à presidência da República: A construção da imagem da mulher em jornais e revistas como “submissa” e “dependente”. *Revista Dispositiva*. v.11, n.19, p. 103/123. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/dispositiva/article/view/28571/19849>

GOMES, N. (2021). Uma mulher no espaço político: Um estudo comparativo entre as representações fotográficas de Dilma Rousseff e Aécio Neves na mídia tradicional brasileira.

Interações: Sociedade E As Novas Modernidades, (41), 127-150.
<https://doi.org/10.31211/interacoes.n41.2021.a6>

Gonçalves, Guilherme Leite, (2015) O ILUMINISMO NO BANCO DOS RÉUS: DIREITOS UNIVERSAIS, HIERARQUIAS REGIONAIS E RECOLONIZAÇÃO. Revista Direito GV [online], v. 11, pp. 277-293. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1808-2432201512>>.

HALL, S. (2003). Da diáspora: Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG.

Harp, D., & Bachmann, I. (2018). Gender and the mediated political sphere from a feminist theory lens. In *Feminist Approaches to Media Theory and Research* (pp. 183-193). Palgrave Macmillan, Cham.

HOOKS, B. (1986). Sisterhood: Political Solidarity between Women. *Feminist Review*, 23(1), 125–138. <https://doi.org/10.1057/fr.1986.25>

Kant, I. (1985) “Immanuel Kant – Textos Seletos”. Tradução de Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Editora Vozes. 2ª edição. Petrópolis,

Krook, M. & Restrepo S, J (2016). “Gender and Political Violence in Latin America: Concepts, Debates and Solutions”. *Política y gobierno*. Vol 23. 127-162.

Larson, Stephanie Greco. 2001. "American Women and Politics in the Media: A Review Essay." *PS: Political Science and Politics* 34(2):227-230.

LELO, T. V. (2019). A feminização do jornalismo sob a ótica das desigualdades de gênero. *Revista Estudos Feministas*, 27(2).

LIMA, A. M. de L., & Panke, L. (2017). Da primeira candidata à primeira eleita à Presidência do Brasil: tipologias femininas no HGPE de TV de Livia Maria e de Dilma Rousseff. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Mídia e Eleições do VII Congresso da Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política (VII COMPOLÍTICA), realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Disponível em: http://compolitica.org/novo/wp-content/uploads/2019/04/LIMA_PANKE_DA-PRIMEIRA-CANDIDATA-%C3%80-PRIMEIRA-ELEITA-%C3%80-PRESID%C3%80ANCIA-DO-BRASIL.pdf

Lima, E. C. de A. (2020). MISOGINIA E ESTEREÓTIPOS DE GÊNERO NA CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF. *Vivência: Revista De Antropologia*, 1(56). <https://doi.org/10.21680/2238-6009.2020v1n56ID23688>

Lopes, A. R. (2017) Representação da mulher na mídia: um estudo sobre poder e felicidade femininos. 2017. 62 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação - Habilitação em Jornalismo) - Escola de Comunicação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

Machado, D., Silva, M. “MÍDIA E DEMOCRACIA: contrapontos sobre a construção da influência do poder midiático sobre o poder político.” REVISTA ELETRÔNICA DE DIREITO DO CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA , v. 27, p. 26-34, 2015.

Martins, C. I. A. (2013). “ Mulheres, política e visibilidade mediática. As lideranças de Maria de Lourdes Pintasilgo e de Manuela Ferreira Leite”. Tese de Doutorado em Ciências da Comunicação, Área de Especialização em Estudo dos Media e do Jornalismo. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.

Meirelles, J.G. A chegada da família real e as mudanças sociopolíticas. In: A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821) [online]. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015, pp.9-34. ISBN: 978-85-68576-96-0. <https://doi.org/10.7476/9788568576960.0002>.

MIGUEL, L. F., & Biroli, F. (2008). Gênero e política no jornalismo brasileiro. Revista FAMECOS, 15(36), 24-39. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2008.36.4412>

Miranda, Anadir dos Reis, Mary Wollstonecraft e a reflexão sobre os limites do pensamento liberal e democrático a respeito dos direitos femininos (1759- 1797/ Anadir dos Reis Miranda. – Curitiba, 2010. 155 f.

MOREIRA, L. C. (2009) As mulheres nos espaços de decisão política. Niterói. Disponível em: <https://www.iknowpolitics.org/sites/default/files/mulherespolitica.pdf>

Moura, N. (2020). A Família: Análises e questionamentos sobre o movimento feminista de Primeira Onda no Brasil. Equatorial – Revista Do Programa De Pós-Graduação Em Antropologia Social, 7(12), 1-28. <https://doi.org/10.21680/2446-5674.2020v7n12ID18525>

Muzart, Z. L. Uma espiada na imprensa das mulheres no século XIX. Revista Estudos Feministas [online]. 2003, v. 11, n. 1, pp. 225-233. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2003000100013>.

Oliveira, K. da R. Josefina Álvares de Azevedo: a voz feminina no século XIX através das páginas do jornal A Família. Programa Nacional de Apoio à Pesquisa - FBN/MinC, 2009.

PALACIOS, R. A., Fleck, C. F. & Abbondanza, M. V. P. (2021) Discursos de preconceito de gênero em publicações da mídia e sua relação com a construção da imagem da ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff. *Contratexto*, n. 35, p.199-224. DOI: <https://doi.org/10.26439/contratexto2021.n035.4887>

PARNAIBA, C. dos S. (2014). Demochargia: Dilma Rousseff e seu primeiro ano de mandato pelas charges jornalísticas. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/123829>>.

Pateman, C. (1993) “O contrato sexual”. Tradução de Marta Avancini. Rio de Janeiro: Paz e terra.

Peça, M. P. M. C. (2010) “Os movimentos de mulheres em Portugal: uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa”. Coimbra.

Pinsky, J e Pinsky.C. (2003). “História da Cidadania”. 6ª edição, São Paulo, Contexto.

Ponsoni, S., & Costa, J. L. (2019). “Papéis discursivos para mulher: uma análise dos casos da revista Veja e do discurso presidencial brasileiro”. *Revista Extraprensa*, volume 13(1), p. 75-95. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/163202/159250>

Priori, M (1990). “Ao sul do corpo: condição feminina, maternidade e mentalidades no Brasil Colônia”. Tese de Doutorado apresentada ao Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.pagu.unicamp.br/pf-pagu/public-files/arquivo/94_priore_mary_del_termo.pdf

Priore, M e Bassanezi, C. (coord. de textos). (2004) *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto. Ed. UNESP, 1997, 678 p. Disponível em: <https://democraciadireitoegenero.files.wordpress.com/2016/07/del-priore-histc3b3ria-das-mulheres-no-brasil.pdf>

ROCHA, P. & DANCOSKY, A. (2016). A feminização do jornalismo e a ausência da perspectiva de gênero nas editorias de tecnologia no Brasil. *Intexto*. 119. 10.19132/1807-8583201635.119-136.

Santos, G. M. (2021) “O discurso do jornal O Globo sobre as ministras do Partido dos Trabalhadores (2003-2016): reprodução de estrutura patriarcal e incapacitação política das mulheres”. Tese de Doutorado — Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas.

Santos, G.. (2020). “Papéis passados: a história das mulheres a partir da documentação arquivística. Arquivo Nacional Digital. Disponível em: http://www.historiacolonial.arquivonacional.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=5347:mulheres-na-colonia&catid=64&Itemid=460

SARMENTO, R. (2013). MÍDIA, GÊNERO E POLÍTICA: BREVE MAPEAMENTO DE HORIZONTES ANALÍTICOS. Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura., 1(5). DOI: <http://dx.doi.org/10.5380/am.v1i5.32002>

SARMENTO, R. (2018). Estudos feministas de mídia e política: uma visão geral. BIB - Revista Brasileira De Informação Bibliográfica Em Ciências Sociais, (87), 181–202. Recuperado de <https://bibanpocs.emnuvens.com.br/revista/article/view/463>

Schpun, M. R. (2015). Entre Feminino E Masculino: A Identidade Política De Carlota Pereira De Queiroz.

Silva, L. e Castilho, M. (2014). “Brasil Colonial: As mulheres e o imaginário social” Cordis. Mulheres na história, São Paulo, n. 12, p. 257-279, Revista Eletrônica de História Social da Cidade, São Paulo. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/cordis/article/view/21942>

SILVA, B. C (2019). Patriarcado e teoria política feminista: possibilidades na ciência política. Dissertação de Mestrado, apresentada na Universidade Federal de Minas Gerais. DOI: <http://hdl.handle.net/1843/31963>

Silva, L. V. (2013). Voto feminino e feminismo: o sufrágio feminino em debate na primeira república. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis. Disponível em: http://www.fg2013.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/20/1385127827_ARQUIVO_LeninaVernuccidaSilva.pdf

Silveirinha, Maria João (2001), “O discurso feminista e os estudos dos media: em busca da ligação necessária”, in Faces de Eva. Universidade Nova de Lisboa/Edições Colibri, vol. 6, 65-84.

SILVEIRINHA, M. J. (2004). Representadas e representantes: as mulheres e os Media. Revista Media & Jornalismo, N.5, p. 10/29.

SILVEIRINHA, M. J. (2012). Repensar as políticas públicas sobre as mulheres e os media – ou do quão cruciais são os estudos feministas da comunicação.

Silveirinha, M. J., Peixinho, A. T. & Santos, C. A. (2010) (Orgs.). *Género e Culturas Mediáticas*. Lisboa: Mariposa Azul.

SOARES, R. L., & DANTAS. F. A. (2017) *Presidentas em declínio: A mídia e os estereótipos sobre a incapacidade das mulheres na política*. *Revista Comunicação Midiática*, 12, p.70 - 85.

SOUZA, J. M. (2017). *Feminina e não feminista: a construção mediática do backlash, do consumo e dos pós-feminismos*. *Media & Jornalismo*, 17(30), 71-83. https://doi.org/10.14195/2183-5462_30_5

TABARES, C. de V., Conceição, B. da S., & Marques, R. S. (2021). *Mulheres, raça e partidos no Brasil: análise da sub-representação das candidaturas identitárias nas eleições 2018*. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, 58(229), 57-77. Recuperado de https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/229/ril_v58_n229_p57

Tarrafa, Cristiana Correia. “A Mulher, a Política e os Media”, Teses de Mestrado em Estudos Europeus apresentado à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2016.

Tischner, I. Malson, H & Fey, K. (2021) “Leading ladies: discursive constructions of women leaders in the UK media”, *Feminist Media Studies*, 21:3, 460-476, DOI: 10.1080/14680777.2019.1640266

WOITOWIVZ. K. J & Pedro. J. M. (2010) *Feminismo e ativismo midiático: O jornalismo como estratégia de ação política*. *Fazendo Género 9, Diásporas, Diversidades, Deslocamentos*. Disponível em: http://www.fg2010.wwc2017.eventos.dype.com.br/resources/anais/1278288079_ARQUIVO_FazendoGenero2010.pdf

WOITOWICZ, K. J (2019). *Direito à comunicação e ativismo feminista: A construção de redes de mulheres na América Latina e o processo de apropriação tecnológica*. *Alceu, Revista de Comunicação, Cultura e Política*, V.19, N.39, p.62/74. DOI: <https://doi.org/10.46391/ALCEU.v20.ed39.2019.35>

Valenzuela, S., & Correa, T. (2009). *Press Coverage and Public Opinion On Women Candidates*. *International Communication Gazette*, 71(3), 203–223. <https://doi.org/10.1177/1748048508100913>

Valenzuela, S., & Correa, T. (2009). “Madam or Mr. President? Chile’s Michelle Bachelet, press coverage and public perceptions”. *California Association for Education in Journalism and Mass Communication Annual Convention in San Francisco*.